

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Palloma Victoria Nunes e Silva

A ESCOLA DOMÉSTICA DE BRAZÓPOLIS

Educação profissional feminina nas montanhas mineiras
(1927–32)

Uberlândia, MG
2021

PALLOMA VICTORIA NUNES E SILVA

A ESCOLA DOMÉSTICA DE BRAZÓPOLIS: EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL FEMININA NAS MONTANHAS MINEIRAS (1927–32)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de mestra em Educação.

Orientadora: Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Uberlândia, MG
2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Palloma Victoria Nunes e, 1992-
2021 Escola Doméstica de Brazópolis: [recurso eletrônico] :
Para além das montanhas mineiras (1927-1932) / Palloma
Victoria Nunes e Silva. - 2021.

Orientador: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.20>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza,
1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 34/2021/785, PPGED				
Data:	Dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[09:00]	Hora de encerramento:	[11:30]
Matrícula do Discente:	12012EDU038				
Nome do Discente:	PALLOMA VICTORIA NUNES E SILVA				
Título do Trabalho:	"Escola Doméstica de Brazópolis: para além das montanhas mineiras (1927-1932)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais (1909-1927)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Olívia Moraes de Medeiros Neta - UFRN; Armindo Quillici Neto - UFU; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/12/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Olivia Morais de Medeiros Neta, Usuário Externo**, em 16/12/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/12/2021, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 20/12/2021, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3260162** e o código CRC **B4E67A8D**.

AGRADECIMENTOS

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória.

— JOSÉ SARAMAGO

Acredito que durante a trajetória que fazemos na vida nunca estamos a sós. A cada travessia e obstáculo, encontramos forças e apoio nas pessoas que estão do nosso lado, nas palavras ditas carinhosamente por elas e que habitam nossa memória, se ancoram no coração, alicerçam nosso *ser*. Assim, eu não poderia deixar de agradecê-las neste momento. Se cheguei até aqui, não foi só.

Gostaria de registrar meus agradecimentos à minha orientadora e amiga professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. Com sua dedicação à orientação acadêmica, vieram complacência, empatia e amizade, palavras de guia, encorajamento e de sabedoria. Tudo a me impulsionar, a alimentar as esperanças e forças para continuar em tempos difíceis e de incerteza. Agradeço a oportunidade de aprender, com suas práticas dentro e fora de sala de aula, “que não se pode falar de educação sem amor” — como disse Paulo Freire. Suas orientações foram além da pesquisa: levarei comigo para a vida. Ouvi uma vez que a professora Betânia é uma orientadora que lapida pedra bruta, transformando-a em diamante; e vejo o motivo disso na sua dedicação. Acredito em mim desde as primeiras orientações, ainda na iniciação científica, na graduação. Depositou em mim sua confiança e me fez crer que eu poderia alcançar os sonhos que almejasse. Professora Betânia é inspiração. Tem todo o meu respeito e toda a minha admiração e gratidão.

À minha mãe, Ana Lidia de Souza, por todo apoio, carinho e paciência durante a escrita desse trabalho. Pelas lágrimas que escorrem pelo seu rosto toda vez que seu coração transborda de orgulho com minhas conquistas e segura a minha mão quando encontro os desafios.

Ao meu pai, Sebastião Cândido da Silva, por me acalmar nos momentos difíceis e ser meu porto seguro sem nunca reclamar ou hesitar.

Ao meu padrasto, Eurípedes Vilela Lima, por todo apoio e carinho, por fazer parte da minha vida e se fazer tão importante no meu crescimento pessoal.

Aos meus irmãos, Allysson Divino e Selma Aparecida, que sempre serão minhas inspirações.

À minha prima, Isadora Nunes pelo apoio e amizade.

Às minhas sobrinhas, Katharine e Clarice, por serem minha luz e de esperança por um mundo melhor e fonte de energia onde encontro forças para continuar.

Aos meus amigos de pesquisa e de vida, Loren Paiva, Giovane Balbino e José Lito Salustriano, pelas conversas e trocas de experiências, por caminharem ao meu lado, trazendo leveza no caminho.

Ao meu querido teólogo Felipe Magalhães Francisco, por todo apoio e companheirismo.

À minha amiga Marina Muniz Monteiro de Barros Soares, que mesmo distante se faz tão presente.

Às minhas amigas Bruna Franco, Angélica Dantas e meu amigo Igor de Oliveira Lima, por todo apoio e segurarem minha mão nos momentos mais difíceis.

À minha amiga Kelly Santana, por todas as vezes que me deu força para continuar e um ombro amigo nos meus momentos mais difíceis.

Agradeço o aceite dos professores doutores José Carlos Souza Araújo e Armino Quillici Neto e da professora doutora Olívia Morais de Medeiros Neta para compor a banca de defesa desta dissertação. São pesquisadores de referência na história da educação. É uma honra tê-los como avaliadores.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Ao coordenador, professor Marcelo Soares, aos técnicos administrativos sempre gentis, Ali Ahmad Smidi e James Madson Mendonça, gratidão pelo trabalho de vocês, atendimento com paciência, carinho e presteza para comigo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o fomento da pesquisa. Uma instituição necessária ao Brasil por desempenhar papel fundamental na expansão da pós-graduação *stricto sensu* em todo o país, mesmo sob ataques institucionais perpetrados por governos de feição autoritária e neoliberal.

Agradeço a Wilma Correia Barbosa, que me hospedou e proporcionou a mais confortável e proveitosa viagem para Brazópolis. Sua gentileza, hospitalidade, amorosidade e amizade foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Tenho por ti um apreço imenso e uma gratidão eterna.

A Carmen Luiza Vizotto Bueno Salles, a Isa, por todo afeto e apoio na pesquisa, pela amizade e confiança.

Agradeço ao Guido Noronha Siqueira (IN MEMORIAM), mente inquieta com um conhecimento de mundo gigante que tive a honra de conhecer e que muito colaborou para este estudo.

Agradeço a Rosaura Maria Rezende Faria Hermeto, que me apoiou e auxiliou na realização da pesquisa na prefeitura de Brazópolis, e ao prefeito Carlos Alberto Morais, no apoio à pesquisa. São pessoas especiais que conheci e auxiliaram no levantamento de fontes históricas.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas políticas sociais implementadas no seu Governo (2003-2011), como a expansão de instituições públicas federais, que possibilitaram minha formação no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal.

A todos os amigos e a todas as amigas que estiveram comigo, agradeço-lhes.

*Às minhas avós (IN MEMORIAM), Ana e
Vitória, que foram e sempre serão a
minha força e perseverança. Aos meus
pais, meus amigos, à minha orientadora:
dedico.*

RESUMO

SILVA, Palloma V. N. *A Escola Doméstica de Brazópolis: educação profissional feminina nas montanhas mineiras (1927–32)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2021

Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado à linha de História e Historiografia da Educação. A dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa histórico-educacional sobre a gênese e desdobramentos da Escola Doméstica de Brazópolis, instituída em 1927, na cidade de Brazópolis, sul de Minas Gerais. O recorte temporal da pesquisa parte de 1927, ano de criação, e vai a 1932, ano da primeira mudança na administração escolar. A pesquisa objetou compreender as relações entre Estado, Igreja e sociedade na constituição do ensino profissional e doméstico feminino. Cumprir tal objetivo supôs construir uma compreensão histórica da intenção política, social e econômica subjacente à fundação e instalação da Escola Doméstica; apresentar um entendimento sistematizado de seu currículo; apontar contribuições à mudança no perfil populacional; extrair dados conclusivos sobre concessão de subsídios a escolas domésticas em Minas Gerais. A problemática estudada deriva desta questão: a Escola Doméstica de Brazópolis proporcionou formação pertinente à sociedade que emergiu com a Proclamação da República num diálogo constante com o projeto de modernidade na primeira metade do século XX? A pesquisa se valeu do materialismo histórico dialético como método para analisar articulações, relações, tensões e contradições no movimento subjacente ao ensino profissional doméstico. As fontes históricas incluíram legislação, discursos, textos de jornais, atas de balancetes e despesas, regimento da instituição, estatutos, cartas episcopais, relatórios dos inspetores, quadros de promoção, anuário de ensino e atas da instituição. O lastro teórico se vale autores-referência da história da educação, educação feminina e instituição escolar, produzidas por pesquisadores como Almeida (2014), Araújo (2013), Carvalho (2017), Cunha (1996), Medeiros Neta (2011), Ribeiro e Araújo (2021), Rodrigues (2006), dentre outros. A pesquisa delineou elementos internacionais, nacionais, estaduais e regionais na criação da primeira escola doméstica de Minas Gerais: a proposta europeia de educação feminina na Primeira República (escolarizar a mulher para o lar e a educação da prole); a relação tensa entre República e Igreja; e a expansão escolar. A pesquisa apontou a relação da Igreja com a elite política e civil na institucionalização da Escola Doméstica com objetivo formar mulheres para o lar e a maternidade (educar o cidadão do amanhã pela lógica da maternidade), diminuir casos de divórcios e modernizar a região, possibilitando seu desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Ensino doméstico, instituição escolar, Primeira República, educação feminina.

ABSTRACT

SILVA, Palloma V. N. *The Escola Doméstica de Brazópolis: vocational education for women in Minas Gerais state south (1927–32)*. Dissertation (Master's degree in Education) — Education College, Universidade Federal de Uberlândia, 2021

This master's degree dissertation shows a historical-educational research on the genesis of Escola Doméstica de Brazópolis, a vocational school for women founded in 1927 in the city of Brazópolis, south of Minas Gerais state. The research' timeframe goes from 1927, when the school was created, to 1932, when the first change in school administration happened. The research has aimed to understand relationships between State, Church and society in founding an education level to turn women into professionals. Fulfilling such aim required building a historical understanding of political, social and economic intentions underlying the foundation and installation of the School; presenting a systematized understanding of its curriculum; pointing out contributions to changes in the population profile; drawing conclusive data from public subsidies granting to private schools. The problem studied derives from the following question: **did Brazópolis' school for women provide** them with formation relevant to the society emerging with the Republic and dialoguing with the modernity project in the twentieth century first half? The research relied on dialectical historical materialism as a method to analyze articulations, relationships, tensions and contradictions in the movement underlying the creation and functioning of Brazópolis school. Historical sources included legislation, speeches, newspaper texts, balance sheet minutes and expenses, institution's rules, statutes, Episcopal letters, inspectors' reports, promotion boards, teaching yearbooks and minutes of the institution. Theoretical foundation stems from authors known in the history of education, of women's education and of schooling institution, such as Almeida (2014), Araújo (2013), Carvalho (2017), Cunha (1996), Medeiros Neta (2011), Ribeiro and Araújo (2021), and Rodrigues (2006), among others. The research outlined international, national, state and regional elements underlying the creation of the first vocational school for women in Minas Gerais: European proposals for women's education in the First Republic (women staying home caring for husband and children); tense relationship between Republic and Church; and the school expansion. The research pointed out the relationship of the Church with political and civil elite in the institutionalization of Brazópolis School with the aim of training women for home and motherhood (educating the tomorrow citizen by the logic of motherhood), reducing cases of divorces, and modernizing the region, enabling its economic and social development.

Keywords: Vocational education, schooling institution, Republic, women's education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SOB A CRUZ E O BRASÃO: A PRIMEIRA REPÚBLICA, A IGREJA E A EDUCAÇÃO MINEIRA	21
1.1 O ruído da República: controvérsias e dissonâncias	23
1.2 Minas Gerais e a instrução pública	29
1.3 Igreja e Estado: entre conflito e aliança	37
1.4 Estado, Igreja e educação no sul mineiro	44
1.5 Enfoques na educação feminina	51
2 PELAS JANELAS DE BRAZÓPOLIS: A CIDADE, O EX-PRESIDENTE, A IGREJA E A ESCOLA DOMÉSTICA	59
2.1 O ideal republicano do progresso e desenvolvimento	65
2.2 Wenceslau Braz e suas ligações políticas	78
2.3 A Congregação Irmãs da Providência de Gap	91
3 MATERIALIZAÇÃO DE UM INSTITUTO PARA EDUCAÇÃO FEMININA EM BRAZÓPOLIS	102
3.1 Gênese da Escola Doméstica	107
3.2 Subsídios e mensalidades	119
3.3 Currículo e práticas escolares	122
3.4 Encerramento da administração das irmãs da Providência	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Objeto de investigação deste estudo, a Escola Doméstica de Brazópolis surgiu para se projetar como a primeira de Minas Gerais a tomar o trabalho doméstico como objeto de formação profissional para moças. Nessa cidade — cujo nome homenageia um filho da terra que alçou vãos elevados na política, Wenceslau Braz —, a escola foi construída em 1927, para educar a mulher para o lar e a família. Se parecer modesto tal fim, cabe dizer que a escola foi uma instituição reconhecida pelo prestígio intelectual de seu corpo docente e pelas inovações na educação para mulheres na região, conforme disse Brant em texto dos anos 1950 para a revista *Acaiaca* (BRANT, 1952). Ao mesmo tempo, tal prestígio parece se coadunar pouco com uma formação que enfatizou a prática, o trabalho manual, a aptidão para resolver problemas simples do cotidiano; ainda que disciplinas como Economia Doméstica possam ter demandado o desenvolvimento intelectual das alunas.

O município de Brazópolis era considerado próspero economicamente. Destacava-se no sul, que então experimentava um processo de desenvolvimento urbano; não por acaso, com apoio (força e influência política) de Wenceslau Braz. Desse modo, a cidade foi marcada por um ideal de progresso e civilidade, muito coerente com o contexto histórico: o da primeira República, com os processos que desencadeou (descentralização do poder político; reorganização geográfico-política do Estado; renovação e fortalecimento das bases econômicas; desenvolvimento de um ideal de nacionalismo e patriotismo; reforma da educação como fator de progresso e civilidade, dentre outros pontos).

Diante disso, consideramos que seria relevante estudar tal escola. De seu estudo poderiam advir entendimentos úteis a histórias mais gerais: da educação de mulheres em Minas Gerais; do ensino profissional para mulheres; das relações entre educação e Igreja em Minas Gerais; das relações entre o público e o privado na educação, dentre outras. A Escola Doméstica de Brazópolis mostrou ser um objeto profícuo ao aprofundamento de elementos socioculturais dignos de revisão histórica, sobretudo a tradição patriarcal e a modernização do país e as relações entre abundância (riquezas), miséria (pobreza) e trabalho na cidade. Portanto, este trabalho tenta evidenciar, sobretudo, as razões para instalação e o desígnio educacional da Escola Profissional

Doméstica de Brazópolis. Destacamos sua *gênese*, especificidades políticas na educação e no trabalho de criar de tal escola; também enfocamos seu funcionamento, em especial o cotidiano das práticas escolar-pedagógicas, dentre outras facetas, visando compreender a formação oferecida: importância e implicações para a vida das egressas como futuras mães e profissionais disponíveis à sociedade mineira.

A problematização desse objeto se projeta nestas questões de pesquisa: que cenário se anunciou e se concretizou para a escolarização de moças na República? Que conceito de escolarização de mulheres guiou a Escola Doméstica de Brazópolis? Que vontades, intenções, interesses e objetivos políticos, religiosos e sociais subjazeram à sua criação e instalação? Que currículo pôs em prática? Qual foi a amplitude cultural e social para proporcionar formação profissional relevante à mulher e à sociedade de Brazópolis? A escola proporcionou formação pertinente ao seu contexto: de transição do mundo rural para o urbano, de um processo e projeto de modernização, que se consolidaria na primeira metade do século XX, em especial em Minas Gerais?

Especular tais questões exigiu estabelecer finalidades precisas para que o trabalho pudesse partir de um ponto e chegar a outro. Assim, forma definidos objetivos de pesquisa: geral e específicos.

No plano geral, a pesquisa objetou construir uma compreensão das relações entre Estado, Igreja e sociedade desdobradas em função de um processo de constituir e pôr em prática uma modalidade de ensino particular: o profissional feminino subvencionado por governos estaduais e municipais. Para facilitar a tentativa de alcançar esse objetivo, foi preciso desdobrá-lo em partes. Assim, no plano específico, a pesquisa objetivou: *construir* uma compreensão histórica da intenção política, social e econômica de Wenceslau Braz, da sociedade e da Igreja na fundação e instalação da Escola Doméstica de Brazópolis; *apresentar* um entendimento sistematizado da formulação curricular proposta para a escola — dentre moças abastadas e em situação inversa — e seu destino profissional; *apontar* contribuições da escola ao processo de mudança no perfil populacional — de rural para urbano — no sul de Minas Gerais tendo em vista o processo de modernidade, a civilidade¹ e o progresso como condições fundadas na educação escolar, além da gênese, missão e visão de educação feminina na

¹ Elias (1990) conceitua civilidade como processo em que a sociedade estabelece, em cada época, parâmetros de condicionamento aos indivíduos estipulando o indicador de moralidade, delicadeza e de polidez.

escola; *extrair* de mensagens presidenciais dados conclusivos sobre concessão de subsídios (e seu caráter) a escolas domésticas em Minas Gerais.

A orientação para processos históricos de ordem social, política, econômica e religiosa exigiu uma pesquisa descritivo-exploratória, desenvolvida segundo diretrizes metodológicas do materialismo histórico dialético de que toda e qualquer formação social historicamente dada pode ser analisada e relacionada; de que a realidade é dinâmica; de que se articulam entre essência e a aparência na apreensão da realidade objetiva, material, em que os movimentos da vida social são não lineares e arbitrários, daí contraditórios, muitas vezes. Nessa lógica, interessam aqui os movimentos encetados na realidade socioeducacional de Brazópolis (o dado local) e sua conjunção com movimentos nacionais (o dado global). As contradições são aparentes — vide a ação educacional da Igreja em meio ao Estado laico, a subvenção estatal à ação educacional da Igreja. Prevalece a força do dado local ante o global (nacional): em Minas Gerais, a tradição católica foi forte o bastante para se manter em posição de certo prestígio no governo. As contradições eram, então, profundas, essenciais: está nos arranjos de bastidores entre governo de Minas Gerais e Igreja Católica, que se sucederam desde a validação da primeira Constituição de Minas Gerais, onde foi reservado lugar à Igreja. Nesse contexto de aparências e essências, tensões e contradições, incide nossa análise de elementos políticos imbricados como elementos educacional-pedagógicos e religiosos.

Com efeito, dentre os procedimentos da pesquisa aqui descrita, um deles foi levantar mensagens de governo (relatórios) estadual e federal para leitura analítica. Por exemplo, discursos de Wenceslau Braz permitiriam derivar intenções latentes e manifestas do estado subjacentes à gênese da Escola Doméstica de Brazópolis. Seus discursos se referem à atuação na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa; mas também (se) reverberam em discursos políticos de aliados pró-escolas no sul. Afora tais documentos oficiais (discursos, notas, ementas, projetos, anais e outros), o rol de fontes incluiu textos publicados na imprensas (notícias, artigos de fundo, notas, anúncios e outros de jornais e revistas), relatórios dos inspetores escolares (registros descritivo-avaliativos de atividades), anuários de dados escolares, entrevista com ex-alunas e outros. O levantamento de tais se atentou ao recorte temporal da pesquisa: vai de 1927 — data de criação da escola por nós estudada — a 1932 — quando termina a primeira

gestão da escola. Usamos, ainda, atas de balancetes e despesas, regimento, estatutos, lista de alunas que receberam instrução gratuita, a Constituição de 1891, cartas episcopais, legislação educacional, registros de atividades escolares contidos nos relatórios dos inspetores, quadros de promoção, anuário de ensino e atas da instituição. Esse conjunto de fontes permitiu fazer o entrecruzamento delas entre si e com o arcabouço teórico-metodológico da história da educação.

Para Le Goff (2013), levantar fontes, analisá-las suas entrelinhas silenciosas e a necessidade do espírito crítico para questioná-las e interpretá-las pode ter como resultado a compreensão de causas e circunstâncias subjacentes a dada fonte. Com efeito, a leitura histórico-crítica do repertório de fontes da pesquisa convergiu para estas categorias de análise: *educação, modernização, progresso, religião e política*. Além disso, a leitura se desdobrou sobre uma contextualização histórica construída à luz de autores que refletiram sobre a educação de mulheres na chave do progresso e da modernização. Procuramos apreender e interpretar contradições discursivas presentes nas fontes e as correlações possíveis para compreender as singularidades econômicas, políticas, sociais e culturais, recursivamente relacionadas. Convém aqui o pensamento de Fairclough (2008, p. 90): o conceito de discurso de linguagem supõe uma prática social coletiva, e não só uma atividade individual ou mudança por conta de variáveis situacionais, circunstanciais (ainda que estas possam ter ação interferente). Também se fazem pertinentes as palavras de Goldmann (1967, p. 5–6):

O pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente.

Barros (2004, p. 16) apresenta abordagens necessárias para se delinear a pesquisa e adverte que “[...] tal esforço de sistematização não exclui, como se verá, o reconhecimento dos imbricamentos entre os vários campos, as mútuas invasões de fronteiras, as afinidades e as interconexões possíveis, as diferenças e incompatibilidades”. É nesse sentido que compreendemos a pesquisa descrita nesta

dissertação como escrita da história da Escola Doméstica entrelaçada com a política mineira e o processo de modernidade do país.²

Como instituição, a pesquisa sobre a Escola Doméstica de Brazópolis nos leva a pensar no que disse Sanfelice (2006, p. 25) sobre trabalhos históricos acerca de instituições escolares. Para ele, tais pesquisas nos levam a sentidos de escola que vão além da ideia de “[...] um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem [...], pois a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros”. Assim, compreendemos ser insensato pesquisar uma instituição escolar considerando-a como algo isolado. Observamos e estudamos o objeto de pesquisa tendo em vista sua singularidade sim; mas esta se apresenta quando o objeto de estudo é projetado no contexto, seja o que o situa entre estudos similares, seja o que o situa na sociedade. Daí a necessidade de critérios de análise.

Com efeito, tal projeção do objeto de estudo se valeu, também, de procedimentos de leitura de sistematização de referenciais teóricos veiculados por autores que abordam o catolicismo, tais como Azzi e Araujo. Azzi (1983) possibilita compreender a chegada de ordens religiosas no Brasil e seu processo de aclimatação e estabelecimento nos projetos e condicionamentos. Araújo (1986) nos leva a compreender o movimento da Igreja no período aqui estudado segundo duas linhas antagônicas de pensamento e ação: a cristandade, o modelo medieval, e sociedade perfeita, a eclesiologia tridentina, os quais se fazem presentes no século XX.

Do ponto de vista histórico-conceitual sobre Minas Gerais, Wirth (1982) foi a referência bibliográfica maior para este estudo. Em um texto detalhado e com levantamentos históricos abundantes sobre o estado, esse autor enfoca as relações da elite política, as mudanças estruturais, a economia, a sociedade e a cultura na República. Igualmente, bebemos na pesquisa acadêmica para compor a base conceitual histórica. Mas o conhecimento acadêmico da história das escolas domésticas no país produzido

² A modernidade se associa à ideia de se estar à “[...] sombra da revolução [...] [de] ruptura dos indivíduos e das sociedades com o passado [...]”; seria como uma “[...] leitura não-revolucionária, mas irreverente da história, talvez por estar impregnada de vida cultural e cotidiana constituem também um instrumento de adiamento, de mudança e de integração” (LE GOFF, 1990, p. 175).

até então se restringe a uns poucos estudos (APÊNDICE 1).³ Há uma tese — de Andréa G. F. Rodrigues (2006), *Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914–1945)* — sobre características da organização escolar e práticas cotidianas da primeira instituição de ensino doméstico voltada à educação de moças. Consideramos ser um estudo que corrobora o aprofundamento da compreensão acerca de instituições do mesmo tipo posteriores que seguiram, com tal característica, o modelo de organização escolar e curricular europeu. Há uma dissertação — de Cosme F. Marques Neto (2016), *Da necessidade de uma “nova” escola só para moças: Henrique Castriciano de Souza e a modernidade pedagógica norte-riograndense (1911–1923)*; o trabalho apresenta a influência de um personagem na sociedade via propagação de ideias e atuação na imprensa em prol de uma pedagogia *ménagère* fundada em teorias de europeus. Surgiram duas escolas, a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte (1911) e a Escola Doméstica de Natal (1914).

Ante a escassez de estudos de mestrado e doutorado, realizamos levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos que pudessem ser afins a escolas domésticas ou escolas profissionais femininas na República; ou seja, que tratassem de práticas escolares, currículos, organização escolar, espaço físico e arquitetônico, legislação, normas escolas, gestão escolar, classe social atendida e outros enfoques. Embora não versados especificamente na Escola Doméstica de Brazópolis, alguns estudos expostos nos artigos que localizamos enriqueceram a discussão da temática apresentada neste estudo, que foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, contextualizamos a conjuntura política, social e econômica, em especial, de Minas Gerais após o período imperial. A discussão adentra o conceito de federalismo, a crise econômica mineira, o índice de analfabetismo e outros problemas. Discorreremos sobre incursões da Igreja na sociedade e as estratégias para revitalizar seu poder, visto que havia perdido privilégio no âmbito do governo; a Igreja é apresentada em nas cartas episcopais/encíclicas, as quais permitem vislumbrar o propósito de recuperar seu prestígio. Nesse sentido, apresentamos alianças entre Igreja e oligarquias mineiras, ou seja, ligações veladas com o Estado, e a instalação de

³ Pesquisa realizada no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e na Scientific Electronic Library Online, de janeiro a fevereiro de 2021.

congregações e escolas domésticas, desfecho das alianças. Por fim, delineamos a relevância desses movimentos e a forma como permearam o campo educacional.

No segundo capítulo, apresentaremos a cidade de Brazópolis: sua feição geográfica, suas origens desde 1835, a presença da Igreja e as relações com a sociedade civil, a construção de prédios religiosos e de comércio para o desenvolvimento econômico e social da cidade, tais como o Mercado Municipal, o Grupo Escolar Vila Braz, a estação de trem e outros sinais dos tempos de euforia republicana na cidade. Discorreremos sobre aspectos históricos pelo prisma político, social e econômico da cidade e da região, apresentando figuras políticas nativas de influência e elucidando como se destacaram, quem representavam e como se alinhavam na política estadual e federal. Discorreremos sobre a historicidade da Congregação das Irmãs da Providência no Brasil, da Sociedade Protetora da Instrução em Brazópolis e a construção e inauguração da Escola Doméstica. Procuramos elucidar a noção de projeto/ideário deliberado e analisar a instalação da escola, a missão social proposta, a relação do público com o privado e outros aspectos da existência da instituição.

No último capítulo, adentramos práticas escolares na Escola Doméstica de Brazópolis, práticas religiosas e educacionais: exames, promoções, atividades desenvolvidas. Discorreremos sobre currículo e materiais produzidos pelas alunas, impressos que enfatizaram notícias sobre a Escola Doméstica de Brazópolis.

As considerações finais procuram apresentar um alinhavo da análise realizada de modo retomar pontos estruturantes da pesquisa, sejam os questionamentos motivadores, sejam os objetivos de ação prático-teórica. A retomada desses elementos nós a vemos como importante para afirmar resultados e, com isso, propor uma interpretação histórica para o problema aventado na pesquisa. Igualmente, a retomada do princípio e do meio no fim ajudar fechar um ciclo, iniciado na proposição de pesquisa ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia — ao mestrado em Educação — e encerrado com a defesa em banca de examinadores da pesquisa desenvolvida e materializada nesta dissertação.

* * * *

Como estudo histórico, este trabalho merece um comentário final sobre sua gênese e as condições que permearam sua produção: espaciais, sociais, materiais e afetivas.

O “Núcleo de estudos e pesquisas em fundamentos da educação” ligado à Universidade Federal de Uberlândia foi importante para dar condições de executarmos a pesquisa e redigirmos o relatório e a dissertação no prazo regimental. Mais que isso, foi em tal instituto que se iniciou o contato com o objeto de estudo aqui descrito e discutido.

O interesse na Escola Doméstica nasceu de pesquisa realizada como atividade de iniciação científica vinculada a um projeto de pesquisa maior.⁴ Este demandava levantamento de textos sobre educação feminina em escolas profissionais entre 1889 e 1930 veiculados pela imprensa. Do levantamento em jornais, veio o sentimento de afinidade com o assunto, sobretudo com aspectos da educação envolvendo pobreza, gênero e conquistas históricas para as mulheres. Um trabalho inicial apresentou **resultados desse contato com fontes e discussões. Foi publicado com o título de “Escola profissional feminina para moças pobres segundo a imprensa brasileira, 1889–1930”**.⁵

Ao longo do levantamento de fontes, impôs-se um texto sobre a primeira Escola Doméstica profissional mineira, inaugurada em Brazópolis. No jornal, *A Noite* — da capital federal —, datado de 8 de março de 1928, lemos texto com certa ênfase em estabelecimentos escolares com “espírito de iniciativa” e “orientação pedagógica do Estado”, dentre os quais, destacou a “Escola Domestica Modelar de Brazópolis, a primeira que se creou em Minas Geraes” (*A NOITE*, 1928, p. 4). A leitura do texto suscitou inquietações em torno da possibilidade de explorar tal instituição como objeto de estudo. À medida que pesquisávamos, constatamos a inexistência de estudos específicos, e isso foi fortalecendo a ideia de derivar um argumento de pesquisa. Em 2019, conseguimos delinear um esboço de objeto de estudo sobre Escola Doméstica, suficiente para vislumbrar entraves. O primeiro deles — o mais óbvio — foi a localização de mais possíveis fontes de estudo. O primeiro passo foi subir os degraus de um ônibus.

⁴ O nome do projeto a que se filiou nosso trabalho de iniciação científica é *Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais — 1909–1927*, projeto afim à história da educação brasileira e da educação profissional em Minas Gerais. Contou com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, coordenado pela professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

⁵ Cf. SILVA, P. V. N.; OLIVEIRA, J. S.; RIBEIRO, B. O. L. Escola profissional feminina para moças pobres segundo a imprensa brasileira, 1889–1930. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, Itapetininga, v. 5, n. 4, p. 43–57, jul.–set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1242>>. Estava acessível em 12 de janeiro de 2021.

Para localizar fontes, conhecer o prédio da escola e a Brazópolis, era preciso ir até a cidade em 2019, ainda durante a iniciação científica. O itinerário de viagem, de ônibus, partiria de Ituiutaba, Triângulo Mineiro, passaria por Ribeirão Preto (SP), enfim, chegaria ao sul de Minas Gerais. Ou seja, a viagem demandaria custos que a bolsa de iniciação científica era insuficiente para cobrir. Foi possível contar com a ação do poder público e políticas públicas para facilitar a mobilidade dos mais necessitados. O Estatuto da Juventude (lei 12.852/2013, decreto 8.537/2015) prescreve o direito à Id Jovem, regulamentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres em 2016, conforme decreto 8.537/2015, assinado pela presidenta Dilma Rousseff. A Id Jovem assegura gratuidade e descontos em passagens de ônibus convencionais para jovens de família com renda mensal de até dois salários mínimos e inscritas no Cadastro Único do Governo Federal.

Antes de chegar a Brazópolis, foi preciso procurar possibilidades e indicações de hospedagens. Uma primeira tentativa foi acesse contas na rede social virtual Facebook afins à cidade de Brazópolis. Dona Wilma Correia Barbosa respondeu às minhas perguntas, deixando uma mensagem de áudio. Com voz afável, disse que morava em São Paulo, que tinha casa em Brazópolis, que poderia me hospedar e — o que é melhor — disse que não cobraria. Diz o ditado: quando a esmola é demais, o santo desconfia. A disponibilidade — quase um convite — suscitou tensões e desconfianças, familiares e em minha orientadora. Afinal, ninguém conhecia a senhora generosa.

Fiquei hospedada por dias na residência de dona Wilma. Esse conforto — e a credibilidade suscitada pela hospedagem na casa — foi fundamental para interagir com os cidadãos. Não por acaso, as pessoas se colocaram à disposição para ajudar a localizar fontes. Destaco a gentileza, presteza e simpatia de Carmen Luiza Vizotto B. Salles, a Iza — que me apresentou a/cidade. Na prefeitura de Brazópolis, fui recebida por Rosaura Maria R. F. Hermeto, então secretária Municipal de Cultura, e pelo prefeito, Carlos Alberto Moraes. Ambos se dispuseram a ajudar na pesquisa histórica como algo que beneficiaria de cidade de algum modo.

Esse percurso de viagem (histórica) foi muito relevante para a pesquisa que ora se apresenta. Não por acaso, a receptividade dos cidadãos de Brazópolis — de membros de poder público à ex-alunas da instituição, passando pela população em geral — impôs-se como justificativa para firmar a escolha do objeto de pesquisa. O

envolvimento coletivo dos moradores — ou seja, o interesse legítimo e vivo pelo passado deles — enobreceu o processo de feitura deste estudo, assim como a história em torno de sua produção. Indiretamente, a população de Brazópolis permeia este estudo como protagonistas. Tal participação releva na pesquisa porque lhe dá mais autenticidade na discussão histórico-educacional, ou seja, singulariza o estudo, que por sua vez trata de um objeto singular: a primeira Escola Doméstica do Estado de Minas Gerais e na região da serra da Mantiqueira.

Convém frisar: a singularidade se destaca quando posta ante a coletividade. Assim, no plano coletivo, o tema estudado releva para compreender a educação profissional de mulheres na primeira República no estado de Minas Gerais. Aí, a elite política e a Igreja aliaram interesses no setor da educação para instruir a população feminina: mulheres abastadas e pobres. Supostamente, precisavam ser educadas (ter ampliadas suas habilidades) a fim de lutar na vida e buscar o desenvolvimento da cidade e da região.

1 SOB A CRUZ E O BRASÃO: A PRIMEIRA REPÚBLICA, A IGREJA E A EDUCAÇÃO MINEIRA

As relações entre a Igreja católica e o Estado se fazem presentes nas terras brasileiras desde a colonização numa relação, não como uma de disputa, mas de complementaridade, de fortalecimento de laços e de poderes sobre o território colonizado. O resultado foi o suntuoso *status quo* da instituição na sociedade. Da colonização à independência, a monarquia estipulou os destinos da Igreja Católica, ou seja, o catolicismo como religião oficial, e promovendo uma cristandade “dependente” de Portugal. Noutras palavras, “[...] a Igreja se estabelece no Brasil mediante a orientação da Coroa, através da Mesa da Consciência e Ordens⁶” (AZZI, 1983, p. 12). Uma vez instalada e alçada às instâncias de poder decisório, a Igreja agiu para expandir seu “[...] ideal evangelizador [...], porém dentro de um projeto maior, que contribuiria para o domínio português na América [...]”; ou seja, de relações harmoniosas com o regime monárquico (BALBINO, 2018, p. 27). A partir de 1870, um processo de enfraquecimento da Igreja e sua ligação com o Estado passou a minar sua influência, culminando na cisão proclamada pela mudança de monarquia para República, em 1889. Os republicanos agiram para não só instaurarem um novo cenário político, mas também defenderem a escola laica; prova disso o decreto 119-A, de Ruy Barbosa (1890). Portanto, “[...] a base da República seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo congresso” (FAUSTO, 2006, p. 245).

Com efeito, a proposta de uma nova organização social e a luta da Igreja pelo seu prestígio e espaço perdido culminaram em fatos históricos da educação importantes para compreender o contexto da discussão proposta. Com o fim da monarquia, o início da República foi de discussão sobre as necessidades da sociedade: acelerar o desenvolvimento econômico, se urbanizar e se industrializar para acompanhar as expansões que ocorriam mundialmente. Compôs, então, um campo propenso para expandir a escolarização. A discussão acerca da expansão da educação estava em pauta

⁶ Mesa da Consciência e Ordens foi criada em Portugal por D. João III em 1532, tinha por atribuição o **aconselhamento do rei sobre as matérias que tocassem a “obrigação de sua consciência”** (HESPANHA, 1994, p. 251; idem, 1982, p. 346). Para aprofundamento: MESA da Consciência e Ordens. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994. p. 539.

desde antes da proclamação da República. A Constituição de 1824 estabeleceu a proposta de “Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824); porém não representou avanço ou acessibilidade de todos à educação, pois negros, escravizados alforriados, de acordo com o art. 6º, não eram considerados cidadãos. Igualmente, discussões sobre a escolarização da população feminina já se faziam presentes desde o império. Nísia Floresta, “voz feminina revolucionária”, denunciou “[...] a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua educação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada” (LOURO, 2020, p. 443).

Nesse balbucio de expansão escolar com a República, a educação para mulheres obteve espaço com a proposta de levar essa sociedade, com projeto de modernidade, até a mulher, para que esta se instalasse como profissional e encontrasse lugar no espaço social para sua inserção. Porém, deparamo-nos com uma

República que não foi, que não cumpriu suas promessas de extensão de direitos de cidadania, que não se tornou efetivamente uma res publica, uma coisa de todos, com um governo para e por todos; aquela que permanece, ainda hoje, inconclusa, inacabada (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 34).

Como se lê nessa citação, há representações afins à ideia de que a Primeira República foi prelúdio da escolarização elementar e de políticas de institucionalização da escola pública. Disseminou-se e democratizou-se a educação escolar. Em contraste, há análises que veem a “[...] a afirmação e atualização de uma memória de desalento e decepção causados pelo suposto fracasso e/ou omissão do regime republicano no âmbito educacional [...]”. Afinal, foi prescrito que “[...] a instrução deveria sofrer a influência das doutrinas liberais, que começaram na abolição e terminaram na República com o corolário de todas as suas medidas” (MOACYR, 1942, p. 9).

Faz-se necessário compreender, então, que a Proclamação da República se especifica em uma data, porém as discussões acerca da escolarização já se faziam presentes desde meados do século XIX. Assim, após 1889, foram incorporadas novas perspectivas de escola, mas se mantendo traços do passado.

É interessante relembrar o argumento de um intelectual ativo no campo educacional do período, o paraense José Veríssimo. Numa de suas obras, *A Educação Nacional*, lançada, pela primeira vez, em 1890, sob a forma de artigos no *Jornal do Brasil*, o autor demonstrava a permanência de velhas batalhas. Argumentava que, a despeito das mudanças, a educação escolar republicana trazia aspectos de continuidade em relação à época progressista. A crítica mais contundente dirigia-se ao que considerava excessos do regime federativo implantado pela República. Para ele, a situação do ensino primário teria se agravado ainda mais, pois, sob a forma da federação, foi concedida a cada estado plena liberdade para gerir os negócios da instrução pública. Em suas considerações sobre a temática educacional, o autor parecia se aproximar de um personagem, criado por um dos maiores escritores da época, o Conselheiro Aires, de Machado de Assis, em *Esau e Jacó*. Para o Conselheiro, assim como para Veríssimo, **talvez o regime político tivesse “trocado a roupa”, sem que tivesse “mudado de pele”** (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 41).

Nessa perspectiva, apresentamos neste capítulo os movimentos antagônicos da Igreja e do Estado no período compreendido entre 1889 a 1930, partindo de aspectos sociais, políticos e econômicos no Estado; sobretudo, no momento em que se reorganizava como República (1889–1930). Discorreremos sobre Minas Gerais e a cidade de Brazópolis, apresentadas com vertentes da política maior que se entrecruzaram e se interpuseram na escola do sul do estado. Esse contexto histórico aborda e permeia as concepções de educação da mulher, com o surgimento de escolas domésticas articuladas a um projeto social e a um projeto de industrialização e urbanização.

1.1 O ruído da República: controvérsias e dissonâncias

O fim do século XIX no Brasil foi afamado pelo encerramento do regime monárquico e início do republicanismo. Durante essa transição houve **disputas** “[...] marcadas pelo instrumento clássico de legitimação de um novo regime político, a ideologia”, como diz Carvalho (2017, p. 9). Ainda segundo esse autor, o início do regime republicano foi marcado pelo embate de três vertentes ideológicas: *liberalismo* — orientado pela ideologia dos Estados Unidos; pelo jacobinismo, pelo idealismo político e social da França e pelo positivismo de Augusto Comte. Daí se falar de uma idealização da democracia clássica, bem como um regime republicano muito marcado pelo liberalismo estadunidense do fim do século XIX. Nos princípios de ordem social e

política, o liberalismo já se fazia presente desde o regime imperial; vide a prescrição da Constituição de 1824 de “[...] liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, a **garantia da propriedade**” (CARVALHO, 2019, p. 41).

Com efeito, “[...] o novo regime, imaginava-se, abrigaria a nação laica, a federação harmoniosa e progressiva, ao outorgar existência política ao povo, retiraria do anonimato homens e mulheres comuns, alcançando-os à **cidadania política**” (MONARCHA, 2016, p. 132). Faz muito sentido aqui o pensamento de Monarcha (2016, p. 133), para quem a República “não resultou de uma revolução social e popular”; **resultou de “[...] ação militar circundada por pacto de recomposição das classes dominantes**”. Por consequência, a reação da população quanto à transição de monarquia para República foi vista como bonançosa, sem movimentação. O “povo assistiu bestializado” à proclamação da República; **talvez porque, como teria dito “[...] Aristides Lobo; não havia povo no Brasil, segundo observadores estrangeiros, inclusive os bem informados como Louis Couty**” (CARVALHO, 2019, p. 132).

Sendo um processo histórico significativo para a população em geral, a ausência de participação política relatada na historicidade dessa conjuntura demonstra a pacatez da população e o distanciamento dos ideais defendidos pelo jacobinismo. Afinal, estes defendiam a democracia direta, sendo o governo o intermédio à participação de todos os cidadãos. Portanto, mesmo com a Constituição de 1891, apenas 2% da população tinha direito ao voto (presidencial de 1894), pois esse direito estava restrito, e uma das restrições era a obrigatoriedade de saber ler e escrever (CARVALHO, 2019).

A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo que se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e simultaneamente, desconhecia-se esse direito (CARVALHO, 2019, p. 43).

Em termos estritos, o novo modelo social não promovia a cidadania plena, pois esta incide a partir de uma luta histórica por direitos sociais, políticos e civis. Moura (2010, p. 22) afirma que “[...] no Brasil, a doação dos direitos sociais, em vez da conquista dos mesmos, fez com que estes fossem compreendidos pela população como **um favor, colocando os cidadãos em posição de dependência perante seus líderes**”.

Poderiam se alistar cidadãos maiores de 21 anos aptos a lerem e escreverem, excluindo-se “[...] certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas **estavam impedidas de votar**” (FAUSTO, 2018, p. 141). Dessa forma, sem a expansão de cidadania política ou social, o governo ficou diretamente ligado aos setores dirigentes, rurais e urbanos (CARVALHO, 2019).

No contexto de transição governamental, desenvolveram-se concepções de cidadania, Carvalho (2019, p. 60) afirma que “[...] o setor vitorioso da elite civil republicana se ateve estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou **aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização**”. Sobre a primeira constituinte brasileira, Cury (1996, p. 74–5) afirma que “[...] o país passava a contar com uma nova ordem jurídica contemplando o liberalismo, o federalismo, a divisão de poderes, os direitos civis plenos, a **ampliação dos direitos políticos e o laicismo**”.

Na perspectiva de Carvalho (2002), é importante refletir sobre o problema da cidadania, seu significado nos últimos quinhentos anos e as perspectivas históricas. É um exercício necessário para compreendê-la como um fenômeno complexo e historicamente definido. Isso porque o desempenho e/ou a execução de direitos como liberdade de pensamento e ao voto não garantem, automaticamente, o gozo de outros direitos; por exemplo, de segurança, emprego, moradia e de igualdade social. Explicando de outra forma, a participação política, a liberdade, não possibilita a homens e mulheres a resolução de problemas sociais.

A cidadania plena é um ideal desenvolvido no ocidente e quase inatingível; mas mesmo assim não convém ser utilizado como critério de qualidade em cada país sem que considere o contexto histórico local (CARVALHO, 2002). Como diz Marshall (1967, p. 63), há de considerar a cidadania plena segundo três gerações de direitos: os civis, os políticos e os sociais; **assim, ele define cidadania como “[...] status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade [...] [no qual todos] são iguais com respeito aos direitos e obrigações**”. Para tanto, a cidadania necessita se constituir à luz dos direitos explicitados por Marshall. Enfim, cabe o que diz Carvalho (2002, p. 11):

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu as pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

A República pouco propôs de mudanças à expansão política. Instalava-se o governo provisório, e o país aspirava à organização republicana, como de ideais de política, sociedade e economia. A essas noções, além da noção de cidadania, se discutia outro aspecto marcado quase como discurso oficial, a necessidade de conceber a imagem de país que havia deixado para trás **seus traços coloniais, “atrasado, inculto e primitivo”** (LOURO, 2020, p. 443)

Esquecer a experiência do Império: este era o sentido da invenção republicana. Para realçar o tempo presente e a modernidade de suas propostas, o novo regime apagava os significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio da gratuidade da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensão e limites dos direitos de cidadania — disputas que se refletiram na restrição do direito de voto aos analfabetos, transformada em lei pela reforma eleitoral de 1881, que aboliu o voto censitário, mas impôs o critério da alfabetização para o pleno exercício dos direitos políticos, pela primeira vez, no Brasil (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 37).

Louro (2020) vê nessa República os mesmos homens e grupos sociais que já tinham posições estratégicas na estrutura política e nos jogos de poder. Dessa forma, impõe-se a necessidade de criar dispositivos e técnicas para concretizar a transformação almejada e tentada. As mudanças desse foram notadas por Saviani (2014): na economia, com a exportação de café, e no campo social, com a abolição da escravatura, em 1888, e a imigração. Surgiram novos grupos de pressão sobre o setor exportador, e os nascentes grupos industriais; na esfera política, assinalam de vez a consolidação do regime republicano; no aspecto cultural se destacaram debates sobre positivismo, darwinismo, de crítica religiosa e outros. A literatura se diversificava com novos temas e abordagens.

Em meio às discussões, o federalismo se impôs como forma de organização do poder político. A autonomia local subjazeu à ideia de distribuir o poder estatal, o qual não impede que sejam divididas, entre governo do país e governo de unidades, as responsabilidades e competências. “Os representantes políticos da classe dominante das

principais províncias⁷ defendiam a ideia da República federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais” (FAUSTO, 2006, p. 345). Dessa forma, o federalismo tinha como premissa promover a igualdade dos estados, viabilizando a jurisdição e a fiscalização igualitária.

O Governo Federal propondo o federalismo não perdeu seus poderes, ficando **responsável pelos** “[...] impostos de importação, com os direitos de criar bancos emissores de moeda, de organizar as forças armadas nacionais. [...] de intervir nos Estados para restabelecer a ordem, para mandar a forma republicana federativa e em **outras situações**” (FAUSTO, 2006, p. 249; 245). Em discordância a esse projeto do Governo, Wirth (1982, p. 231) critica o federalismo proposto no país e aponta seu efeito no estado de Minas Gerais:

As instituições republicanas baseadas num federalismo frouxo e desigual se entrelaçaram com as realidades sócio-econômicas de Minas Gérias. Por ser um mosaico de regiões diferentes, Minas estava organizado como um minissistema federal. Parece claro que trabalhar com disparidade de poder nas sete regiões do estado condicionou o enfoque dos mineiros em relação ao federalismo. De modo geral, viam a federação como uma extensão de sua região. Sua perspectiva de encarar o federalismo faz esse processo mais fácil de perceber e talvez mais fiel à visão dos atores a respeito de si mesmos e do que faziam.

Wirth (1982) apresenta que houve boa aceitação dos Estados quanto a essa desigualdade presente no federalismo implantado no país, porém, aqui enfocaremos o estado de Minas Gerais, que aceitando essa federação proposta, ainda buscava estreitar laços com o Governo Federal e fortalecer seu poder político através de alianças. Tais manobras políticas tiveram êxito, conhecidas principalmente pela política café com leite,⁸ que ocasionou a predominância entre políticos paulistas e mineiros no poder nacional da Primeira República.

Em Minas Gerais, a articulação foi mediada pelo senador estadual Francisco Silviano Brandão, do Partido Católico, com Júlio Bueno Brandão, líder da maioria na Câmara e filiado ao Partido Republicano Constitucional. Ambos agiram para fazer emergir o Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1898, já filiado ao PRM e à frente

⁷ São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

⁸ A expressão café com leite faz alusão ao arranjo político entre as duas mais poderosas oligarquias agrárias do Brasil na época, Minas Gerais, com a produção e comercialização do leite, e São Paulo, com o café.

do governo de Minas Gerais, Silviano Brandão em colaborou politicamente com Campos Sales, do Partido Republicano Paulista (PRP) a cargo do governo de São Paulo. Do arranjo político resultou a ascensão de Sales à presidência da República (1898–1902). Inaugurava-se o “**pacto oligárquico**” Minas–São Paulo (BALBINO, 2020).

Para além das críticas ao sistema centralizado do Império ao Poder Moderador às formas de organização política, aos privilégios, também se apresentavam propostas que poderiam levar à transformação sócio-político-econômica, incluindo aí a superação dos graves problemas por que passava a educação brasileira, que se abeirava do século XX com mais de *80% de analfabetos na população*. Esse era um dos muitos urgentes desafios que cumpria enfrentar para se construir uma nova sociedade, de perfil republicano e que se remetesse ao esquecimento o cotidiano imperial. É nessa ambiência que floresce a República e nela se adensam os debates sobre a educação, ganhando importância os projetos de reforma de ensino (do Distrito Federal, de estados e municípios) que passaram a ser vistos como algo essencial para modernizar a sociedade brasileira e redefinir o Estado (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2019, p. 6; grifo nosso).

O país enfrentava a tarefa não somente de substituir um modelo de governo (de monárquico a republicano, cabe frisar), **alternando** “[...] o perfil de um país predominantemente agrário, para um urbano-industrial” (REIS; MARTINEZ, 2012, p. 28); mas também de construir uma nação. Nos projetos de educação e instrução, o processo de construção de identidade nacional e da cidadania teve relevos significativos e que se fazem necessários considerar, como afirma Gonçalves (2012, p.208); porém, mesmo após leis e projetos, pouco se consolidou de fato.

Com efeito, para Schueler e Magaldi (2009, p. 38),

A Constituição de 1891 não trouxe alterações significativas no que tange à distribuição de competências. O princípio federativo fundamentava a determinação de que cabia aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver o ensino primário e secundário e à União cabia a responsabilidade pelo ensino superior, além do ensino primário e secundário na capital do país, atribuição que repartiria, em regime de colaboração e concorrência, com o poder municipal, o Distrito Federal.

Nesse contexto, “[...] deveremos nos voltar para as iniciativas dos estados aos quais, tacitamente, se repassou a responsabilidade da instrução popular” (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2019, p. 11) com a descentralização de poder do federalismo. Ou seja, o sustentáculo da República eram os ideais de revolução,

crescimento, desenvolvimento, igualdade; porém, quando se discutiram as propostas para instrução primária, decidiu-se relegar às unidades federadas para escolha entre aderir ou não os princípios da gratuidade e obrigatoriedade escolar (MONARCHA, 2016).

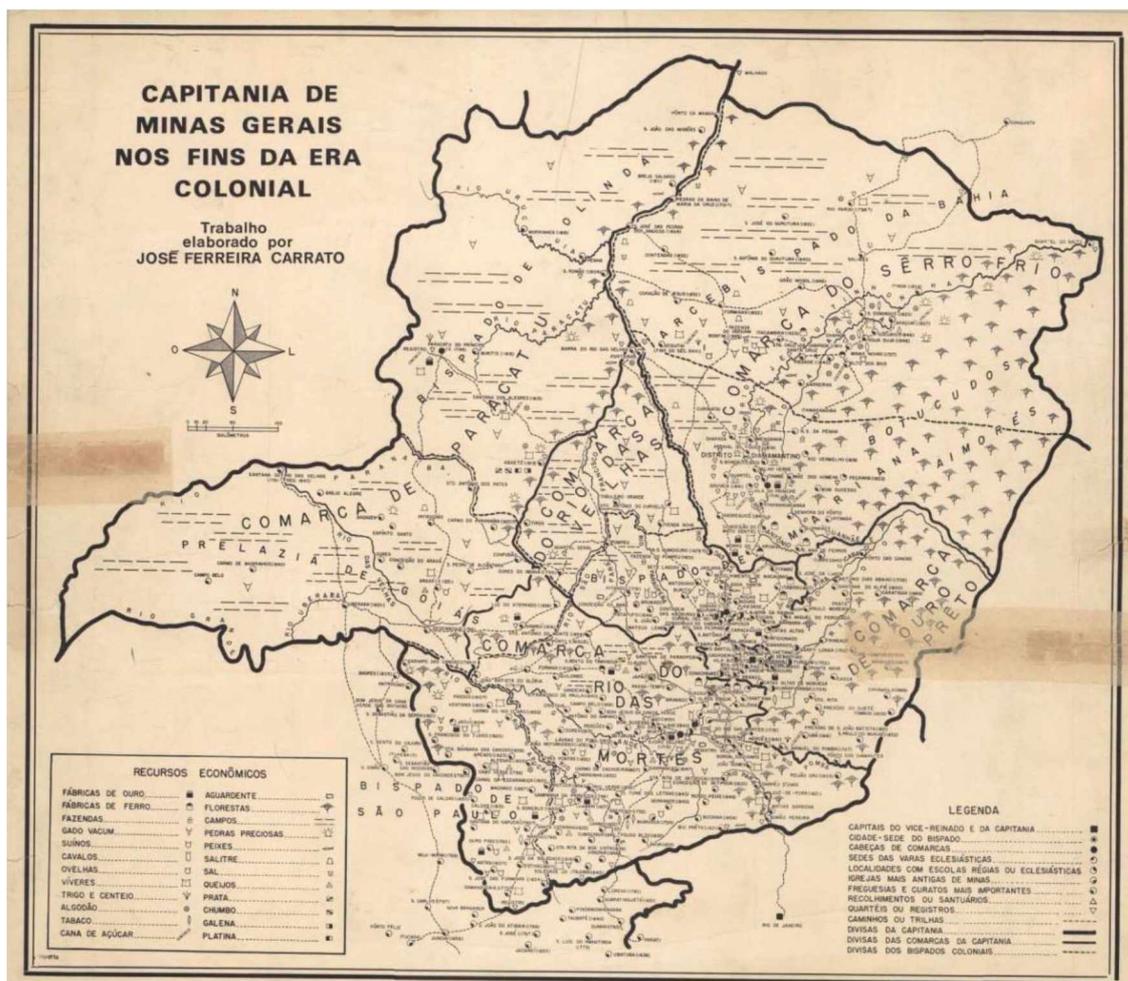
Ante o exposto, o contexto nacional viabilizava a abertura de instituições com iniciativas privadas e religiosas para cumprir regulamentações do Estado; porém, também atendiam a propósitos da Igreja. Nesse sentido, a Igreja “se organizou por dentro do aparelho do Estado”, numa relação de “cumplicidade”, desde então “mantida” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 58).

1.2 Minas Gerais e a instrução pública

O estado de Minas Gerais concentrava a maior população na década de 1920: 3.438.927 pessoas estimadas no recenseamento de 1920, realizado pela Diretoria Geral de Estatística. Daí em diante São Paulo o transpõe. Wirth (1982, p. 50) afirma que “[...] as mudanças demográficas em tal escala só podem significar que o estado, famoso por seu conservadorismo e estabilidade social, pagava um alto preço em capital humano”. Mesmo com o forte envolvimento político após o fim do império, Minas Gerais não participou das “[...] tendências modernizadoras que se espalharam pelo sul do país após 1890” (WIRTH, 1982, p. 39); sofreu com a emigração da população para outros estados. Minas estava entre as três unidades federadas centrais em produto industrial, transporte e renda estadual (ou seja, além de São Paulo e Rio Grande do Sul).

Porém, em outros indicadores em Minas Gerais eram calamitosos: renda per capita, analfabetismo e saúde pública (WIRTH, 1982, p. 63). O estado participou da tendência urbanizadora no país, mas em escala menor. As cidades atraíam os “[...] moradores do campo com seu movimento, seus cinemas e farmácias, suas escolas e centros de saúde pública, e acima de tudo, sua oferta de trabalho”. Eram pequenas e isoladas, mais alinhadas em um estilo de vida rural. Centros urbanos eram cidades com mais de 10 mil habitantes, com aspectos realmente urbanos, porém, “[...] isso não implicava num enfraquecimento do respeito da elite pelos valores e instituições urbanos”.

FIGURA 2. Mapa da capitania de Minas Gerais



FONTE: Arquivo Público Mineiro⁹ — autoria: José Ferreira Carrato

Os dados geográficos asseveram o modelo de estagnação e crescimento desarticulado após a Proclamação da República. “No Centro, local da sede do governo provincial e mais tarde estadual, até a década de 30, os governantes viram sua autoridade sobre as outras zonas diminuir pela falta de influência econômica e as **parcas comunicação**” (WIRTH, 1982, p. 42). Como podemos ver na figura 2, no fim da era colonial Minas Gerais se caracterizava pela diversidade de recursos econômicos e grande espaço territorial. Não por acaso, durante as primeiras décadas da República, a economia mineira foi predominantemente dedicada à produção e exportação de café, por consequência, durante os anos promissores da cafeicultura (1891–6, 1911–2, 1920–7), a economia teve crescimento satisfatório; porém, teve

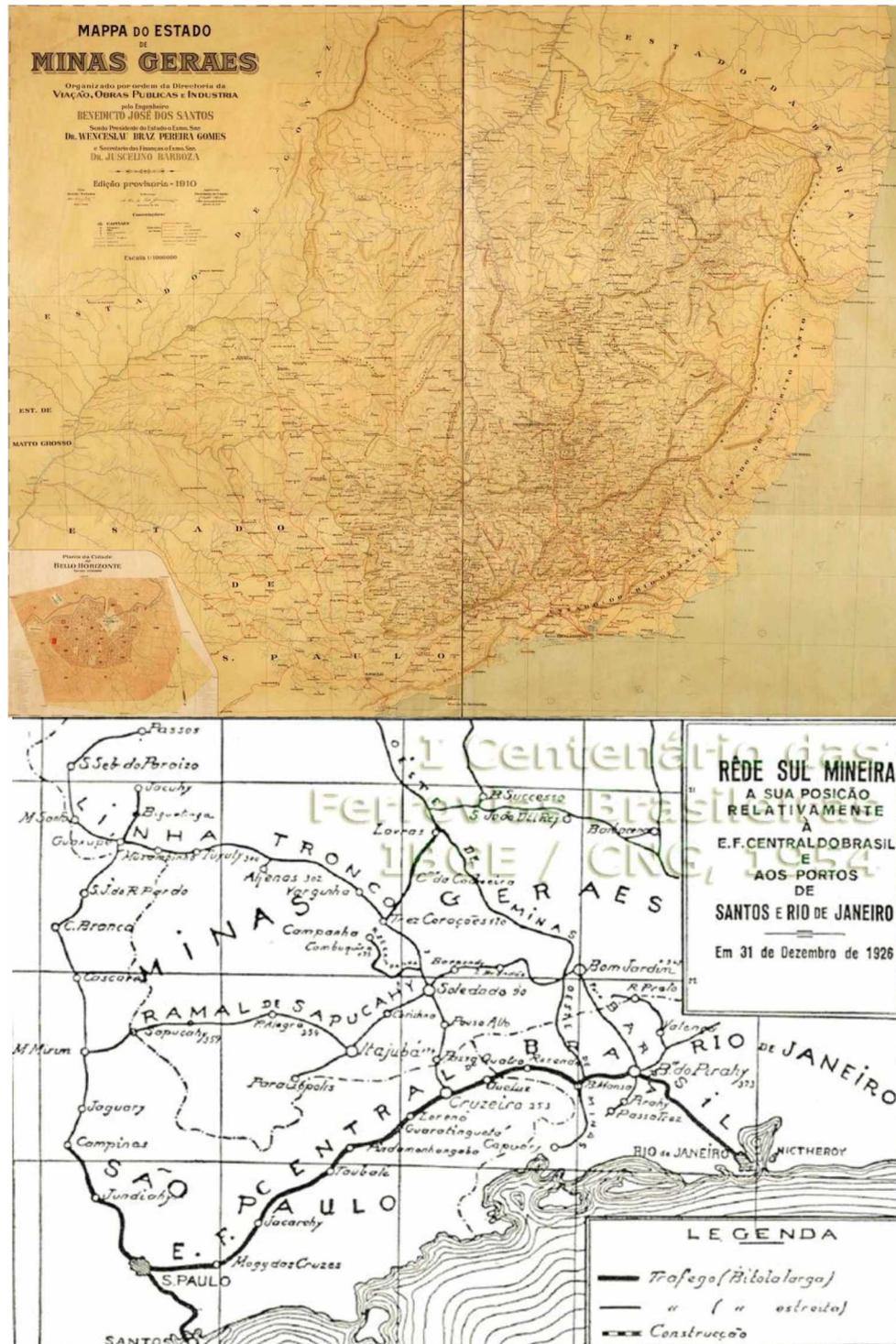
⁹ Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=234 Acesso em 17 de fev. 2021.

de importar alimentos básicos para os mercados; nos anos ruins da comercialização de café (1897–1909, 1929–37), os preços baixos e a superprodução estimularam a diversificação agrícola (WIRTH, 1982). Para Saviani (2014, p. 13–4), referindo-se a um panorama nacional,

Beneficiado pelos altos preços e pela situação de quase monopólio de que usufruía o país no mercado internacional, o café propiciou um alto grau de capitalização que, com a crise mundial do final dos anos de 1920, foi o fator básico da industrialização do país segundo o modelo de **“substituição de importações”** que marca a nova fase vivida pelo Brasil inaugurada com a Revolução de 1930.

O investimento no comércio de café promoveu, além de uma burguesia cafeeira, o investimento na construção de ferrovias para facilitar e promover sua importação e exportação em alguns estados. As estradas de ferro foram consideradas fundamentais para o desenvolvimento estadual, pois implicaram renovar a lógica da atividade econômica. A imagem a seguir exibe o desenvolvimento de ferrovias em Minas Gerais.

FIGURA 3. Mapas de Minas Gerais em 1910 e dos trilhos da rede ferroviária Sul Mineira e sua posição ante a Estrada de Ferro Central do Brasil, Santos e Rio de Janeiro em dezembro 1926



Mapa dos trilhos da Rede Sul Mineira e sua posição relativamente à Estrada de Ferro Central do Brasil e aos portos de Santos e do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1926

FONTE: topo, Biblioteca Nacional — autoria: Benedito José dos Santos;¹⁰ inferior: Centro-Oeste: Trens, Ferrovias e Ferreomodelismo¹¹

¹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL — Santos, Benedito José dos. Mappa do estado de Minas Geraes. São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ: Hartmann-Reichenbach, 1910. 1 mapa, col, 115 x 145. Disponível NA

Em Minas Gerais, ocorre uma expansão considerável da construção de ferrovias durante a Primeira República. **Batista (2010, p. 4) afirma que “[...] o período compreendido entre 1880 e 1920 marca o auge da ‘era ferroviária nacional’**”. Minas deteve a maior malha do país, com quase 25% do todo; mas a relação era inversa à eficácia econômica. Não coadjuvou para efetivar o desenvolvimento com sua implantação; foi incapaz de articular as várias regiões que compreendiam a economia mineira. A expansão das estradas de ferro, que se intensificaram após 1880 no sul de Minas, sinalizou o aumento da conexão entre a região e o restante do país, potencializando suas relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo com São Paulo e Rio de Janeiro. **Assim, “[...] no processo de produção ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas. A ferrovia facilitou também o deslocamento da mão de obra, requisito essencial na formação do mercado de trabalho”** (CASTILHO, 2012, p. 49). Fausto (2018) afirma que a construção de **ferrovias em território mineiro estava entre os objetivos prioritários. “Nos anos de 1920, quase 40% das novas construções de estradas de ferro federais aí se concentraram”** (FAUSTO, 2018, p. 152).

A produção cafeeira foi decisiva nas relações econômicas da região sul: **acelerou mudanças e potencializou relações. O “[...] o Sul e a [Zona da] Mata mineira, combinando-se com o estado do Rio, e a seguir, com São Paulo e Espírito Santo, iriam integrar um extenso bolsão agrícola, fundamentado na lavoura cafeeira”** (RESENDE, 1982, p. 92). Mas na década de 1920 haveria crescimento da indústria mineradora, movimentando a economia estagnada após o acordo de Arthur Bernardes (governo de Minas Gerais de 1918 a 1922 pelo PRM) rumo à mineração, “[...] pela criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921 [...]”. Essa iniciativa representou investimento de capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais do estado” (BALBINO, 2020, p. 58). Ainda assim, de **“1907 e 1937”, a Zona da Mata “perdeu participação relativa” na produção industrial: foi de “44,9% da produção industrial” em 1907 para “23,1% em 1937”, ou seja, foi do primeiro lugar ao segundo no período. Inversamente, a região central passou de “[...] 32,8% em 1907, segunda região industrial**

no período, para 39%, primeira região industrial, em 1937”. A região que participou mais da industrialização no estado foi o sul entre 1907 e 1937, “apesar de continuar como a terceira região industrial” (MARSON, 2017, p. 164).

Wirth (1982, p. 100),

Meios mais práticos e menos drásticos de estimular o comércio foram discutidos no congresso de 1903, como a construção de estradas melhores, um sistema bancário, serviços estatísticos e feiras comerciais anuais na capital e nos municípios para exibir os produtos locais e regionais. [...] O comércio cresceu apesar dos obstáculos persistentes e as mudanças na lista de importações refletiam uma economia em desenvolvimento. Em 1908, os artigos alimentícios, como açúcar, farinha e sal para a pecuária lideraram a lista, seguidos de ferramentas, madeira, materiais de construção (cimento, inclusive), querosene e maquinaria agrícola.

Dito isso, a economia mineira foi marcada por crescimento inadequado e governo deficiente, porém essas dificuldades não implicaram declínio político. O estado foi a força política no período aqui estudado. Como diz Wirth (1982, p. 232), “O principal recurso do estado não era seu poder econômico, os recursos fiscais ou a força militar, mas a **unidade política**”. Em consonância aos interesses de São Paulo, estado de maior poder econômico, formava-se a aliança conhecida como café com leite, concretizada de 1898 a 1929, ou seja, segundo ideais republicanos propostos nesse período. Minas Gerais caminhava para ter

As primeiras iniciativas formais no sentido de firmar uma relação entre ensino e trabalho, no entanto, foram realizadas a partir do advento do ouro em Minas Gerais, a fim de profissionalizar trabalhadores para atuarem nas recém-criadas Casas de Fundação e de Moeda, em 1729. [...] Ao longo da história da Educação Profissional no Brasil, percebemos uma relação íntima entre as necessidades econômico-sociais, com vistas à manutenção do sociometabolismo do capital, com a formação para o trabalho. Seu papel sempre esteve subjugado e atrelado a instrumentalização do operário (ROCHA, 2016, p. 1).

No século XX, a primeira transformação expressiva no trabalho e em sua organização foi um movimento duplo: rumo à separação e especialização dos espaços e rumo à diferenciação das normas (PROST, 2009). Esse avanço acarretou a socialização do trabalho, diferentemente do que houve no período monárquico, findado no sistema escravista. O período republicano adentrou a era do capitalismo e dos seus efeitos no

trabalho. Salário se estabeleceu como recompensa por uma mão de obra que quis cada vez mais qualificada via escola para o trabalho; ou seja, para elevar os níveis de produtividade e lucro e facilitar a importação (modelo agroexportador).

Esse processo se replica em Minas Gerais no período pós-fim da escravatura. Havia muitos imigrantes, analfabetismo elevado — cabe lembrar — e se faz presente nesse período viabilizando meios de promover a educação e o trabalho. Com o poder e a influência da elite política,¹² o estado promulgou *a sua* constituição. Em 15 de junho de 1891, veio a lume a Constituição Política do Estado de Minas Gerais. Destacamos o item 5º do art. 31 — sobre o Congresso poder “legislar sobre instrução **primária**” (MINAS GERAIS, 1891) — e o art. 117 — sobre “organização da instrução pública”. Estabeleciam-se “obrigatoriedade do aprendizado”, guardadas a conveniência das condições; “Preferencia dos diplomados pelas escolas normaes, para investidura no magistério”; “Instituição do fundo escolar”; “Fiscalização do Estado”, quanto a estabelecimentos de ensino privados, só no **tocante à** “hygiene, moralidade e **estatística**” (MINAS GERAIS, 1981).

Evidenciamos as iniciativas de políticas educacionais mineiras que explicitam uma tentativa de diminuir os índices de analfabetismo em busca do desenvolvimento socioeconômico. Ribeiro (2021, p. 63) aponta que Minas Gerais “[...] precisava combater o analfabetismo maciço, favorecendo localidades mineiras com a possibilidade de escolarização em massa como política educacional para cumprir os **ideais republicanos**”. Nesse sentido, destacamos reformas como a Reforma Afonso Pena — conhecida como lei 41¹³ e que determinou — art. 53 — que o ensino primário fosse “[...] gratuito e obrigatório para os meninos de ambos os sexos, de 7 a 13 anos de idade” (MINAS GERAIS, 1892); a Reforma João Pinheiro (1906) — cujos “[...] princípios básicos [eram], sobretudo, desenvolver a educação popular num aspecto tríplice: físico, intelectual e moral [...]”, como afirma Carvalho (2013, s. p.); e a reforma Francisco Campos (1928) — que propôs “[...] reconstruir o aparelhamento do ensino público, o espaço físico e as relações humanas na escola” (CARVALHO, 2013, s. p.)

¹² Elite política aqui **tem o sentido de grupo social detentor de atributos que “[...] favorecem a prosperidade e a dominação de uma classe na sociedade”** (PARETO, 1996, p. 112).

¹³ A lei 41, de 3 de agosto de 1892, foi assinada por Affonso Augusto Moreira Pena, a cargo do governo de Minas Gerais. Foi publicada em 10 de agosto de 1892.

Das reformas educacionais mineiras, sobretudo as pré-reforma Francisco Campos, podemos destacar as que trouxeram mudanças significativas: a reforma João Pinheiro (1906), a Wenceslau Brás (1910), a Bueno Brandão (1910–1), a Delfin Moreira (1915–6) e a Mello Viana (1924–6), além das modificações educacionais no governo Artur Bernardes (1921–4), pois a educação foi eleita instrumento para preparar a população (CARVALHO. 2013, s. p.).

Compreendemos que “[...] esses esforços não foram continuados, não tiveram o respaldo político e econômico necessários, não contaram com a participação da população e, com isso, seus resultados foram muito comprometidos” (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2019, p. 15). Dados do recenseamento de 1920 realizado pela diretoria geral de estatística e publicados em 1929 relatam que em havia em Minas Gerais 1.169.701 brasileiros, 45.986 estrangeiros e 951 de nacionalidade ignorada que sabiam ler e escrever; em contrapartida, 2.184.788 brasileiros, 36.358 estrangeiros e 1.143 de nacionalidade ignorada não sabiam ler e escrever, portanto, representando mais de 64% da população mineira analfabeta.

Nesse contexto, a Lei Fidélis Reis (5.241, de 22 de agosto de 1927) dispôs sobre a obrigatoriedade do ensino profissional em escolas mantidas e subvencionadas pelo governo. Reis, uberabense, foi deputado federal de Minas Gerais pelo PRM entre 1922 até 1930. A primeira versão do projeto de lei foi enviada à Câmara Federal em 1922. Cunha (2000), em seus estudos sobre a história do ensino técnico, classifica-o como o mais polêmico da década; polarizou as discussões. A aprovação veio em 1927. O projeto de obrigatoriedade do ensino profissional proposto por Reis seria destinado à classe desfavorecida e aos filhos das classes dominantes (RIBEIRO; SILVA; ARAUJO; BAO, 2019). Riccioppo (2012, p. 8) afirma que na construção e defesa do projeto de lei **na Câmara** “[...] o deputado mineiro se correspondeu em cartas com Albert Einstein, Henry Ford e Vladimir Lênin com o objetivo de buscar argumentos sobre a relevância do ensino técnico profissional para o desenvolvimento do país”.¹⁴ Ainda assim, o projeto de Reis “[...] não teria tido influência suficiente para que a instrução profissional se desenvolvesse em Minas e no **Brasil**” (RIBEIRO; SILVA; ARAUJO; BAO et al., 2019, p. 13).

¹⁴ Cartas enviadas por Fidélis Reis a Einstein, Ford e Lênin e as respostas deles — favoráveis à iniciativa de seu projeto de lei tais personalidades — estão no acervo documental do Centro de Formação Profissional Fidélis Reis do SENAI, em Uberaba, MG. Esses documentos foram utilizados pelo deputado com frequência para reforçar suas argumentações na Câmara e na imprensa em prol do ensino profissional obrigatório (RICCIOPPO, 2012).

Compreendemos que Minas Gerais buscou promover a instrução pública almejando o desenvolvimento econômico e social concomitantemente às propostas de escolarização nacional. O “novo estado”, em que pesasse sua “[...] grande importância na federação, não poderia ditar normas de ensino, reformando as do regime decaído, antes que a situação se normalizasse e que houvesse diretrizes de âmbito federal” (MOURÃO, 1962, p. 18). Ainda assim, entre 1889 a 1937, a economia do estado foi definida como irregular e moderada. Wirth (1982) evidencia que esse processo não era proporcional à população mineira e ao poder político que o estado detinha. Da desproporção, e de outros fatores, derivou a impossibilidade do progresso almejado, que era baseado nas aspirações técnicas e capitalistas. Mesmo com as políticas educacionais para instrução pública, Minas Gerais (como em outros estados) enfrentava o problema da expansão da escola e da formação de professores qualificados para desempenhar atividades escolares. A carência de uma e de outra aponta um marco-chave da escola brasileira no XX: as disputas em torno do poder de ofertar, regular e administrar a escolarização pública; poder este tirado das mãos da Igreja.

1.3 Igreja e Estado entre conflito e aliança

Com o avanço do pensamento positivista nos ideais republicanos, a aliança entre Estado e Igreja foi segmentada. O Estado, então regido por uma classe dominante sectária ao pensamento liberal, exerce a tomada de decisões ante mudanças sociais, ampliando o escopo do ideal republicano. Não por acaso, “[...] coube a constituição republicana lançar as bases e as finalidades da educação, dentre elas a liberdade, laicidade e acima de tudo a gratuidade” (BALBINO, 2018, p. 27). Além disso,

A ideia de uma unidade político-religiosa, sob a liderança dos reis católicos foi progressivamente abandonada, e os bispos passaram a defender a autonomia da Igreja como poder espiritual. Na medida em que passaram a defender a liberdade da Igreja na esfera religiosa, passaram conseqüentemente a admitir o poder do Estado na área política. Esse esforço pela delimitação de poderes se fez mediante conflitos e polêmicas, como se pode ver através da Questão religiosa nos anos 1872–1875. Finalmente, com a República, chegou-se em 1890 à separação entre Igreja e Estado (AZZI, 1994, p. 73)

Intensifica-se o discurso republicano de separar a Igreja do Estado, consolidando a Constituição de 1891, que cessou a proteção do Estado dada à Igreja. Durante o

regime monárquico, as relações Igreja Católica–Estado se entrelaçavam e se conservavam em alianças, sobretudo com o poder padroado. É o caso do projeto evangelizador em exercício desde os tempos de colônia, que potencializava e contribuía para a expansão dos domínios portugueses, assim como fortalecia a Igreja. Leonardi (2012, p. 182) endossa tal compreensão nestes termos:

Ligada ao Estado pelo regime do padroado desde a colonização, a Igreja Católica era considerada oficial no país. Em troca, o poder temporal tinha o direito de nomear e indicar bispos e gerir os negócios religiosos. Assim, embora a ação evangelizadora junto aos índios tenha sido intensa no Brasil colônia, a Igreja não se estruturou como instituição separada do Estado: não tinha prédios, dioceses e nem pessoal distribuído por todo o território nacional.

Para Monarcha (1949, p. 147), quando finda o império e se fortalecem os ideais republicanos, impõe-se a defesa de que “[...] se a Bandeira Nacional é o pendão da esperança e símbolo augusto da paz, [então] a escola laica e científica é o penhor da vida civil e melhoramento material [...]”; noutras palavras, evidenciam-se as singularidades da escola moderna. Dessa forma, a República e a Constituição de 1891 estabelecem o ensino laico, o que afetou direta e severamente a influência e relação da Igreja sobre o Estado. Ela perde poder social e proteção estatal; mas ganha liberdade e “[...] ficando livre das interferências do trono nas questões internas do clero brasileiro” (BALBINO, 2018, p. 28). As consequências se traduziram na preocupação do clero; de tal modo que

O decreto de 7 de janeiro de 1908¹⁵ efetiva a separação, proibindo a intervenção do Estado nas questões religiosas, dando plena liberdade de culto. Mas, a liberdade de culto preocupará os bispos brasileiros, que não viam com bons olhos a manifestação e propagação de outras religiões. Neste momento as lideranças republicanas iniciarão um processo de secularização patrocinado pelo Estado, o que também incomodará a hierarquia da Igreja Católica temerosa de que uma onda de ateísmo avançasse sobre o povo brasileiro (BALBINO, 2018, p. 28).

A Igreja se manifesta publicamente através da “[...] Carta Pastoral ao Clero e fiéis da Igreja do Brasil, de 1890¹⁶ [...]”, encorajando o “[...] clero a buscar sempre a

¹⁵ Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

¹⁶ Documento redigido por dom Antônio Costa e assinado por todos os bispos católicos no Brasil.

restauração da religião como fio norteador do povo brasileiro, assim como a obediência e lealdade às decisões da **Igreja**” (BALBINO, 2018, p. 28). Dentre as estratégias propostas para reafirmar o poder da Igreja católica, há a orientação de ampliar a oferta da educação através da parceria com as congregações religiosas europeias. Portanto, “[...] durante parte da República Velha, o papel da hierarquia se ateve em implantar **instituições que ancorassem a sua inserção sociopolítica**” (ARAÚJO, 1986, p. 23). Nesse período a Igreja se pronunciava abertamente quanto às questões sociais, como na carta encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, publicada em 1891. Discorre sobre conflitos sociais e apresenta funções que se espera do governo, dentre obrigações, limites e economia, além de criticar a luta operária, explicitando que, como condição de ser operário, não deva ocorrer “[...] luta, mas concórdia das classes. O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 7).

Dessa forma, a *Rerum Novarum* determinou que a origem da prosperidade nacional devesse ocorrer numa ordem natural e espontânea, a fim de promover o desenvolvimento público e particular. Defendia que o que torna a nação próspera são os bons costumes, as famílias formadas na ordem e moralidade, na prática e no respeito à justiça. O papa Leão XIII divulgou a encíclica para mostrar o posicionamento da Igreja na luta de classes; mas não contra a busca por condições dignas. Portanto, a *Rerum Novarum* inaugurou o pensamento social da Igreja com uma proposta progressista antagônica à proposta de Marx na luta de classes e do ateísmo.

Na mesma perspectiva, ressaltamos a carta pastoral de dom Sebastião Leme, publicada no Brasil em 1916, como mecanismo para reestruturar o catolicismo. O bispo incitou os católicos a uma organização e ação para combater propostas revolucionárias; projetou o Brasil como povo desorganizado, mas cristão. Eis por que há quem diga que “[...] todo discurso religioso é testemunho de vivências religiosas, tanto para uma dada coletividade do passado ou do presente, como para o historiador e/ou sociólogo. [...] **O discurso religioso traz consigo um caráter ideológico**” (ARAÚJO, 1986, p. 26). A carta de dom Leme é considerada um verdadeiro manifesto da presença efetiva da Igreja Católica na sociedade.

[...] ao catholico não póde ser indifferente que a sua pátria seja ou não alliada de Jesus Cristo. Seria trair Jesus; seria trair a patria! Ei por que, com todas as energias de nossa alma de catholicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrophiante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciencia dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tental-o é obra de fé e acto de patriotismo (LEME, 1916, p. 8).

Com tal característica, em 1929 foi publicada a carta encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, destinada aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários, além de todos os fiéis do orbe católico, e acerca da educação cristã “[...] não só para cada um dos indivíduos, mas também para as famílias e para toda a sociedade humana, visto que a perfeição desta resulta necessariamente da perfeição dos elementos que a compõem” (PIO XI, 1929, p. 3). Pela encíclica de Pio XI,

Duas concepções de Igreja são ocorrentes no período de 1890 a 1922:
a) A concepção de Igreja como Cristandade, desenvolvida durante a idade Média. b) A concepção de Igreja como Sociedade Perfeita, fundamentada na visão elaborada pelo Concílio de Trento (1545–1563) (ARAÚJO, 1983, p. 48).

À luz de Gramsci, o Estado se compreende pela conjugação da sociedade política com a sociedade civil. A sociedade civil ser refere a um conjunto de “[...] organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias” a exemplo da escola, da Igreja, meios de comunicação de massa e outros grupos (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010). Distingue-se, então, o poder conotativo da Igreja como instituição que apresenta razões para sua diligência pró-restabelecimento do espaço sociopolítico. Esse movimento da Igreja Católica no Brasil ficaria conhecido como restauração católica,¹⁷ por volta dos anos 1920–30. O declínio do prestígio social e da influência da Igreja sobre líderes da política já intercorria a realidade no país desde o início do século XIX, ou seja, ainda durante o período imperial.

Nesse contexto, a Igreja se empenhou em estratégias para recuperar prestígio e moral. Destacamos a proposta de aliança com congregações religiosas europeias e

¹⁷ O movimento da Igreja foi intitulado diferentemente por intelectuais católicos eclesiásticos e leigos: “Recristianização do Brasil”, “Restauração Católica”, “Renascimento Espiritual”, “Reação Católica” e outros.

a instalação de escolas confessionais em Minas Gerais, confrontando o liberalismo defendido pelos republicanos. Azzi (1994, p. 23) destaca que

A contestação principal do episcopado ao regime republicano provinha do caráter leigo que o Estado passou a ostentar a partir de então. Os bispos consideravam a tese da laicidade do Estado como sinônimo de declaração de ateísmo, e por isso negam legitimidade ao governo republicano. Segundo eles, tratava-se de um Estado ateu que se sobrepunha a uma pátria de profundas tradições católicas; uma verdadeira anomalia, que devida ser extirpada quanto antes, pois esse regime não confessional fora imposto ao país à revelia da vontade do povo (AZZI, 1994, p. 23).

Por outro lado, a laicização do Estado possibilitou a vinda de novas congregações, antes controlada pela coroa. Durante o império, “[...] a igreja se implanta no Brasil numa dependência completa da Coroa lusitana, enquanto no novo modelo passa a depender das diretrizes e das orientações da Santa Sé, ou seja, da Cúria Romana” (AZZI, 1983, p. 15).

Com a mudança do regime político, ocorre tanto uma restauração das velhas ordens quanto uma expansão da vinda de congregações masculinas e femininas para o Brasil. Beozzo (1983) aponta a chegada de 93 congregações femininas e 32 masculinas, durante a Primeira República, vindas da Europa, umas, e outras de países não europeus. Durante o império havia controle maior das atividades clericais, vide a proibição da abertura de conventos ou mosteiros nas regiões do ouro e diamante e de novos noviços nos conventos, conforme o aviso imperial de 1855.

Em Minas Gerais, “[...] a instrução religiosa foi permitida até que, em 1906, o governador positivista João Pinheiro aboliu-a juntamente com os subsídios estaduais aos seminários” (WIRTH, 1982, p. 143). Em contrapartida, a população mineira, caracterizada pelo conservadorismo, mobilizou uma campanha antilaicidade, notabilizando a geração nascida após 1889 como mais católica que a anterior (eram pais racionalistas nascidos no segundo império e influenciados pelo cientismo de Spencer e o positivismo de Comte). Propagada pela imprensa, a campanha antilaicidade solicitava apoio às famílias católicas para que pressionassem seus representantes políticos; de tal modo, em 1913 ocorreu uma mobilização que conseguiu angariar mais de 202 mil assinaturas numa petição para permitir a instrução religiosa em escolas públicas depois do expediente (WIRTH, 1982).

A Igreja no “estado brasileiro mais católico” estava agora muito mais forte, graças à questão da educação e aos talentos de organizador de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840–1922), o Arcebispo de Mariana. [...] Foi incumbido de tornar Minas novamente católico. Com ele, a Igreja depois transformou-se de uma dependência fraca no Império em uma organização autoconfiante, de multicamadas já na época da Primeira Guerra Mundial. Subseqüentemente, o movimento católico mineiro ultrapassou sua base regional, enquanto Belo Horizonte tornava-se um importante centro católico com a direção global do cardeal no Rio (WIRTH, 1982, p. 143).

Convém reafirmar: a década de 1920 foi marcada pela restauração católica. Azzi (1977) concorda que os primeiros trinta anos pós-decreto promulgado em abril de 1890, instituindo a separação entre Igreja e Estado, foi seguido rigidamente com domínio do pensamento liberal e positivista entre os líderes políticos e o afastamento quase completo da ação e da presença da Igreja. A carta pastoral de dom Leme é colocada em ação pelo cardeal durante a década de 1920 ao ser transferido para a arquidiocese do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Com esse novo líder, o episcopado se reorganiza entre bispos, padres e leigos, no esforço para evidenciar o poder social da Igreja. As duas ideias principais defendidas pelos líderes católicos eram “[...] maior presença da Igreja, e colaboração efetiva com o governo” (AZZI, 1977, p. 63).

Por conseguinte, acontecimentos diversos marcam a década. Novas orientações que a Igreja Católica no Brasil assume se traduzem em eventos, congressos, publicações, reaproximação de líderes políticos com líderes católicos, união e mobilização da intelectualidade católica. Cria-se a revista *A Ordem*,¹⁸ assim como o monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. A estátua foi vista como tradução do aspecto magnífico que o episcopado quis manifestar em meio à implantação da restauração católica. Eventos e iniciativas promoveram o desfecho na progressiva afirmação da Igreja na sociedade sob a gestão do cardeal dom Leme.

Após trinta anos de batalha contra a educação laica, em 1929, em face de sua vitória, a Igreja se organiza para que seja restabelecido o ensino religioso em forma de lei, graças à força política dos católicos na Assembleia Constituinte de 1933 (WIRTH, 1982). Revivificava-se e impulsionava-se a força do catolicismo na sociedade.

¹⁸ *A Ordem* foi uma revista católica de periodicidade mensal fundada no Rio de Janeiro, em 1921, sob direção de Jackson de Figueiredo e extinta em 1990. Mais informações em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ORDEM,%20A.pdf>. Acesso em: abr. 2021.

Concomitantemente a esse movimento da Igreja na Primeira República, o Estado se organizava segundo ideais republicanos que dispunha à educação como solução para os problemas nacionais, visto que “[...] na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos”¹⁹ (VEIGA, 2007, p. 237); assim, o Estado compreende que a educação seria uma vereda para promover o progresso do país, também por meio da preparação para o trabalho na educação técnica. A Igreja, então, vê na educação um espaço para se restabelecer como poder social e político. E é nesse cenário religioso e político que emerge a Escola Doméstica de Brazópolis.

1.4 Estado, Igreja e educação no sul mineiro

Na busca de progresso social e econômico, em setembro de 1909 foi promulgado o decreto lei 7.566, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, para criar Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais; ou seja, para o ensino profissional gratuito voltado a pobres e desafortunados a fim de lhes dar uma utilidade ante o processo de expansão industrial e êxodo rural. Esse movimento é descrito no decreto como “[...] um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação”²⁰ (BRASIL, 1909, p.1). O ensino profissional técnico ficaria sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo decreto, assinado por Nilo Peçanha, então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

A criação de tal ministério foi autorizada pelo decreto 1.606, de 26 de dezembro de 1906, assinado por Afonso Pena.²¹ Porém, foi instalado no ano de 1909, através do decreto 7.501, de 12 de agosto, assinado por Peçanha.²² Carone (1974) afirma que esse ministério se caracterizava por ser usado como recurso de seus membros para atender às ambições de seus estados. Enfatizamos o momento de criação dessa pasta por representar vasto conjunto de competências relacionadas com a agricultura, indústria e o comércio; cabe citar a criação e instalação de escolas para ensino profissional e técnico

¹⁹ O registro de analfabetos refere-se à população acima de 15 anos de idade.

²⁰ As transcrições no decorrer da dissertação reproduzem à risca o original.

²¹ Afonso Augusto Moreira Pena, advogado e político brasileiro, foi o sexto presidente da República, de 1906 até sua morte, em 1909.

²² Nilo Procópio Peçanha assumiu a presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910.

comercial e industrial (BRASIL, 1907), ainda sincrônico quanto à ideia republicana que compreendia à educação como chave para o desenvolvimento.

No que se refere às escolas profissionais, observamos que somente as Escolas de Aprendizes Artífices foram distribuídas igualmente pelo território, sendo criadas em todas as capitais com exceção do Rio Grande do Sul, onde o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio subvencionou o Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre (LUCAS, 2021, p. 93–4).

Enquanto o ministério potencializava a instalação de escolas técnicas e profissionais para a população desfavorecida de meios, aos filhos da elite o Estado propunha a formação voltada a funções importantes na administração pública, incumbindo-os de continuar o domínio das oligarquias²³ regionais na política e nas instituições; “[...] embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado” (FAUSTO, 2006, p. 261). Essa condição era característica contundente em estados como Minas Gerais.

Alicerçada em sua proposta de ampliar a oferta de educação, a Igreja fomentou, por meio de congregações, a criação de instituições de ensino secundário, porém frequentado, em suma, pela prole de famílias abastadas. Essas congregações estrangeiras, como afirma Leonardi (2012), chegaram na primeira metade do século XIX, como parte de um movimento justificado por três elementos: “A busca pela retomada de espaços políticos por parte da Igreja Católica com o estímulo à *missão ad gentes*,²⁴ a perda de espaço das congregações docentes em alguns países como a França, e a feminização do catolicismo ocorrida durante o século XIX na Europa [...] [e que] teve seu ápice nas primeiras décadas do século XX” (LEONARDI, 2012, p. 182). Com efeito, entre os anos de 1900 e 1912, chegaram ao Brasil 34 congregações femininas.

Posto isso,

²³ “*Oligarquia* é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família” (FAUSTO, 2006, p. 261).

²⁴ A expressão *missão ad gente* é utilizada no interior da Igreja para designar a missão aos povos. A *Congregatio Propaganda Fide*, ou Congregação para a Evangelização dos Povos, foi fundada em 1622, para coordenar toda a atividade missionária da Igreja e propagar a fé católica em todo o mundo. Dentre suas atividades, está a responsabilidade pela aprovação das congregações e promover a formação do clero. “A nova Congregação torna-se, deste modo, o instrumento ordinário e exclusivo do Santo Padre e da Santa Sé, para o exercício de jurisdição sobre todas as missões e cooperação missionária” (LEONARDI, 2012, p. 197)

Apesar da ruptura com o regime de padroado e da nova constituição proclamar o estado laico, o aumento da vinda dessas congregações atesta uma aliança velada entre governo e Igreja para preencher lacunas que o poder temporal não conseguia cobrir. A educação, tomada nos primeiros anos da República como solução para todos os males sociais e para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade não foi desenvolvida pelo estado. Um sistema nacional de educação estatal foi organizado tardiamente em nosso país. Como não havia quadros de professores suficientes²⁵, as ordens e congregações supriam essa ausência atendendo a diferentes grupos sociais e não somente a elite. Daí a liberação, se não explícita, ao menos condescendente, da ação de congregações estrangeiras no território brasileiro (LEONARDI, 2012, p. 182).

Em suma, a laicização do Estado nesse período possibilitou a vinda de mais congregações para o país, de modo a levar à expansão e disparidade de novas congregações durante a Primeira República ante o Segundo Reinado. Nessa perspectiva, a criação de colégios e escolas pela Igreja teve o intuito de promover sua aproximação das elites para fomentar/financiar obras diocesanas e obter fonte estável. “Através da encíclica *Quanta cura e o Syllabus errorum*²⁶, a Igreja condenava os ‘erros modernos’, a saber: o racionalismo, o liberalismo, o socialismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria” (LEONARDI, 2004, p. 79). O documento contém oitenta tópicos sobre a sociedade considerados errados pela Igreja. Dessa forma, a orientação para expansão da Igreja consistia em erguer igrejas e instalar seminários e escolas, criar jornais, construir palácios episcopais e/ou reformar catedrais (LEONARDI, 2004). Em Minas Gerais, “[...] professores missionários eram bem recebidos pela população em geral e difundiam os valores estrangeiros num processo que consideravam como uma missão: levar a civilização a um país católico atrasado e exótico” (WIRTH, 1982, p. 145). A Igreja tinha apoio de oligarquias, como a elite mineira.

Se a educação mineira havia sofrido consequências da depressão de 1898 — quando foram fechadas cerca de quatrocentas escolas —, a Grande Depressão de 1929 afetou as reformas consideravelmente (WIRTH, 1982). Culmina no elo entre Estado, elite e Igreja. Conforme discute Bruneau (1974, p. 77),

²⁵ Em Minas Gerais, no ano de 1904, foi decretado, pela lei 395 e reiterado pela lei 1.778/1905, o fechamento de escolas normais no estado, ocasionando a escassez de professores.

²⁶ Encíclica *Quanta cura e o Syllabus errorum*, Papa Pio IX, 1864. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.

[...] nos primeiros anos da década de 1920, com baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social e centralização política, o sistema se tornou menos capaz de enfrentar a situação, e distúrbios civis, movimentos revolucionários e tentativas de revolta começaram a se manifestar. É significativo que nesses tempos de intranquilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo. Parece exato afirmar que a alienação da Constituição da realidade nacional se tornou cada vez mais óbvia com a intranquilidade social e a instabilidade política: a elite procurou então, o apoio da Igreja (BRUNEAU, 1974, p. 77).

A fim de atender aos interesses do Estado e Igreja, a aliança retomada significava: por um lado, o Estado obter apoio do clero para legitimar seu poder e manter o status quo; por outro lado, a Igreja ser uma aliada ao Estado para esse objetivo (AZZI, 1994). Isso porque se presumia que a ordem apenas poderia ser constituída pela pregação de valores morais e religiosos. Logo, a aliança era uma estratégia para retomar prestígio e ação na sociedade brasileira. Com efeito, Azzi (1994) destaca o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870–1946), eleito para o quadriênio 1926–30. No campo político, ele atuou como secretário de Finanças no governo de Francisco Sales; assumiu o cargo em 1902; em 1906, foi eleito prefeito de Belo Horizonte; com o fim do governo Sales, em 1907, foi eleito senador estadual e vereador em Juiz de Fora, “[...] cuja Câmara Municipal foi escolhido presidente, tornando-se também, conseqüentemente, agente executivo (o equivalente ao atual prefeito) da cidade” (MARLIN, 2015, s. p.); em 1911, tomou posse como deputado federal pelo PRM; em 1914, com a ida de Wenceslau Braz — político do sul de Minas — para a presidência da República, foi designado líder da maioria na Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Finanças (MARLIN, 2015, s. p.); foi nomeado ministro da Fazenda durante o governo de Wenceslau Braz (1914–8); em março de 1916 foi eleito para o governo de Minas Gerais; em 1919, voltou ao Senado; em 1934, presidiu a Assembleia Nacional Constituinte; por fim, foi presidente da Câmara dos Deputados (MARLIN, 2015).

Eis como Marlin (2015, s. p.) alude à posse de Ribeiro de Andrada no governo mineiro:

Tomando posse em 7 de setembro de 1926, Antônio Carlos chegou à presidência de seu estado aureolado pela fama de hábil e **experimentado parlamentar**, “o mais consagrado manobrista político, habituado a conviver com os contrários, removedor de dificuldades [...] mágico da elaboração de fórmulas”, **de quem se dizia ser capaz de “tirar as meias sem tirar os sapatos”**, segundo Dário de Almeida Magalhães na publicação *Digesto Econômico*. Barbosa Lima Sobrinho não lhe negaria a notória “**inteligência arguta, ágil, sutil**”, mas **acrescentaria, crítico**: “Faz lembrar as épocas de decadência, em que costumam florescer espíritos assim, flutuantes, indecisos, céticos, requintados, divertindo-se com a palavra em exercícios de pura prestidigitação verbal.

À frente do governo, Ribeiro de Andrada buscou administrar o estado de forma dispar de seus antecessores, por conseguinte, reputava uma força potencial da Igreja Católica e a notoriedade que poderia ter com o apoio da hierarquia católica. Dessa forma, em sua posse se empenhou para que estivessem presentes *todos* os prelados mineiros para as preces solenes. Como isso, salientava sua busca pelas bênçãos de Deus para seu governo. Textos de jornais da imprensa católica tornaram visível todo o encômio dado a essa aliança renovada entre Estado e Igreja (AZZI, 1994). Como destacam Pierucci et al. (2007, p. 352),

Em Minas Gerais, o movimento de reaproximação entre a Igreja e o poder republicano é facilitado pela presença, no Governo do Estado, de um Presidente que professa publicamente sua fé católica, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Também no Episcopado mineiro, a chegada de dois Arcebispos mais jovens, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em Mariana (1921-1960), e Dom Antônio dos Santos Cabral, em Belo Horizonte (1921-1967), sem ligação com o passado monarquista, é de molde a facilitar os entendimentos.

Mais que em Minas Gerais, a retomada da aliança suscitou a criação de escolas dirigidas ou monopolizadas pelas congregações católicas, dentre ginásios e escolas confessionais (Escolas Normais), em todo o país. Foram criadas na ausência do Estado republicano na resolução de certos problemas sociais. O Estado não procurava soluções; antes, apoiava a Igreja como mecanismo de assistência. Das instituições instauradas, destacamos as escolas domésticas, que nesse decurso, estavam voltadas para a preparação da mulher para o lar. O intuito era preparar a mulher para cuidar do lar, do marido e da prole; e o homem, para o trabalho de produzir (SAVIANI, 2004).

Dado levantamentos feito para este estudo,²⁷ as escolas domésticas surgidas durante a Primeira República (1889–1930) foram criadas pela Igreja Católica ou por iniciativa privada que, logo após criá-las, confiavam a administração às congregações católicas. O quadro a seguir expõe uma síntese desses arranjos.

QUADRO 2. Escolas Domésticas na Primeira República

ESCOLA	LOCAL	ANO DE CRIAÇÃO	DIREÇÃO
Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	Petrópolis, RJ	1871	Congregação do Sagrado Coração de Maria
Escola Doméstica de Natal	Natal, RN	1914	Henrique Castriciano de Souza
Escola Doméstica Baroneza de Rezende	Piracicaba, SP	1922	Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição.
Escola Doméstica de Brazópolis	Brazópolis, MG	1927	Congregação das Irmãs da Providência de Gap
Escola Doméstica e Técnica Profissional Nossa Senhora Aparecida	Passa Quatro, MG	1927	Congregação das Irmãs da Providência de Gap
Escola Doméstica Santa Terezinha	Pouso Alegre, MG	1929	Diocese de Pouso Alegre

FONTE: dados derivados da pesquisa — elaboração: Palloma V. N. Silva

Das instituições escolares apontadas no quadro,²⁸ a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo atendia a meninas carentes (LEAL, 2017), da mesma forma que a Santa Terezinha (BALBINO, 2020). A escola de Natal atendia a filhas da elite (RODRIGUES, 2006); similarmente, na de Brazópolis eram matriculadas filhas da elite local, porém com uma porcentagem pequena de vagas custeadas pelo estado e município para filhas de famílias sem condições financeiras de manter uma filha em escola particular (SILVA, 2019). Dessa forma, destacamos a função que essas instituições tomavam ante causas sociais.

Assim, entre a nova burguesia cafeeira, a mais próspera e rica de todas e por isso a que tinha maiores condições de desviar uma parte de seu **excedente para as “obras de caridade”, e as congregações religiosas** estabelece-se um enlace de favores, interesses e ajuda recíproca. Religiosos e religiosas educam os filhos dessa burguesia nos seus internatos e colégios e recebem, do outro lado, ajuda para a criação e

²⁷ Levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira, na Scientific Electronic Library On-line e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

²⁸ Não foram encontrados dados sobre alunas da Escola Doméstica e Técnica Profissional Nossa Senhora Aparecida de Passa Quatro (MG).

manutenção de suas obras. A vida religiosa, até então, justifica-se, a partir de então, pela sua alta e insubstituível função social. A burguesia cafeeira e a incipiente burguesia industrial oferecem, ao lado da dura exploração do trabalho, uma face de benemerência e generosidade, tendo seus nomes inscritos na lista dos benfeitores na construção de igrejas, colégios, asilos e santas Casas de misericórdia (BEOZZO, 1983, p. 104).

Fausto (2018) destaca a imigração como fato socioeconômico que mudou significativamente a feição do país na Primeira República. O Brasil foi um dos países que receberam quantidade enorme de imigrantes, fator que se justifica, entre outros aspectos, pela demanda por força de trabalho em lavouras de café. Assim, milhares de europeus e asiáticos vieram para o país atrás de oportunidades de trabalho e de acúmulo de riqueza. Segundo Nagle (1976, p. 24),

[...] com o novo surto industrial e com o desenvolvimento da urbanização, os imigrantes começaram a ser atraídos para os novos núcleos urbanos-industriais, quando colaboraram para acelerar a passagem das atividades artesanais para as industriais [...] Tendo colaborado nos processos de urbanização e de industrialização, o imigrante foi responsável pela difusão de novas idéias no campo social, do que é amostra a sua participação ao longo do movimento das chamadas “lutas sociais”, desencadeado durante o período da República Velha.

Além das atividades de exportação de café, durante a Primeira República houve expansão da indústria impulsionada pelo capital financeiro da produção cafeeira. **Portanto**, “[...] a acumulação do capital pelas atividades agroexportadoras permitiu investimentos no setor industrial e com isso a ascensão de uma burguesia com traços rurais” (BALBINO, 2021, p. 27). Como afirma Nagle (1976, p. 27),

A expansão da lavoura cafeeira, a transformação do fazendeiro do café em empresário e a conseqüente decadência da velha classe aristocrática vão formar o grande quadro em que se desenrolarão importantes fenômenos históricos-sociais [...] Transformados em empresários, os fazendeiros do café incentivarão o surgimento de uma nova classe mercantil, até no sentido de fazê-la funcionar no ramo do alto comércio ligado ao mercado interno; além disso, é da empresa cafeeira que vai surgir a nova classe ligada à industrialização.

No estado de Paulo, como expõe Fausto (2018, p. 159) ocorreu um processo de desenvolvimento capitalista que se caracterizou pela “[...] diversificação agrícola, pela

urbanização e pelo surto industrial” (FAUSTO, 2018, p. 159). Ainda assim, o café continua ser o eixo central da economia e denota base inicial desse processo.

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar, ao estimular as transações em moeda e o crescimento da renda, criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; em quarto, ao promover a imigração, assegurou a oferta de mão de obra. Por último, o café fornecia, através das exportações, os recursos para importar maquinaria industrial (FAUSTO, 2018, p. 162-3).

Dessa forma, constitui-se a burguesia cafeeira e/ou industrial que se faz aliada à Igreja e marca sua importância histórica na construção de instituições de ensino doméstico; e Brazópolis se faz importante como município com terras valorizadas, importante comércio agricultor e exportador (SILVEIRA, 1926).

Com efeito, na região sul de Minas Gerais foram criadas duas escolas domésticas. Uma escola é a de Brazópolis, em 1927, via iniciativa da Sociedade Protetora da Instrução de Brazópolis e com administração das Irmãs da Providência de Gap,²⁹ residentes em Itajubá (MG); outra foi escola foi a Santa Terezinha,³⁰ em Pouso Alegre, criada em 1929, pela diocese de Pouso Alegre. O sul se destacava na elite política e econômica, com a participação ativa no PRM. Criado em 1888 e reorganizado em 1897, para extinto via decreto 37 de 1937 — que aboliu todos os partidos políticos —, o PRM predominou como “partido único”, ou seja, “a situação política mineira”. Aliado ao PRP, “dirigiu a política nacional” (CALICCHIO, 2010, s. p.).

Os sul-mineiros que se destacaram e representam essa participação foram: Afonso Pena, presidente do Brasil de 1906 a 1909, presidente de Minas Gerais de 1892 a 1894; Silviano Brandão foi presidente do Estado de Minas Gerais de 1898 a 1902, e vice-presidente eleito do Brasil, porém, falece antes de tomar posse; Wenceslau Braz, esteve na presidência de Minas Gerais em 1909, onde ficou até se candidatar à vice

²⁹ A Congregação das Irmãs da Providência foi fundada na cidade de Gap, na França, pelo sacerdote francês João Martinho Moye, desembarcando no Brasil em 1904.

³⁰ Há pesquisa sobre a instituição. Cf. BALBINO, Giovane Silva. *A Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre – MG (1917–1947)*. 2020. 142 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

presidência da república, em 1914 é eleito presidente do Brasil; Delfim Moreira, foi governador do estado de Minas Gerais, de 1914 a 1918, presidente do Brasil de 1918 a 1919. Esses políticos sul-mineiros se propuseram a modernizar a região, presentes em iniciativas educacionais, porém destacaremos neste texto o ex-presidente Wenceslau Braz que se evidencia como personagem principal na criação da Escola Doméstica de Brazópolis, que se faz objeto central desta pesquisa.

1.5 Enfoques na educação feminina

A lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia a criação das *escolas de primeiras letras* “[...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827, p.1). Porém, “o Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional” (SAVIANI, 2014, p. 14). Mesmo que a lei de 15 de outubro de 1827 não tenha sido colocada em prática de forma efetiva, constituiu-se a primeira lei de educação popular no país.

Essa abertura para educação popular abrigou iniciativas privadas, assim, após alguns anos já se encontravam algumas escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas e escolas constituídas por leigos. Algumas características se formularam a partir dessas escolas. Louro afirma que estas escolas promoviam o conhecimento para “**ler, escrever e contar, saber as** quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas bordado e costura” (2020, p. 444).

A melhoria da instrução da mulher começou no Brazil vae por um terço de seculo com a criação das Escolas Normaes, para formar professoras primarias. Antes disso, sómente as moças de familias abastadas rebeiam alguma intrução, por via de regra deficiente e de aparato, já em casa de seus pais, com mestres particulares, já em collegios tambem particulares, que ha mais de meio seculo têm existido no Brazil, com uma industria lucrativa. As que não podiam pagar o caro ensino individual, em domicilio, nem o mais barato, mas peor, que davam esses collegios, não tinham sinão os recolhimentos anexos aos antigos conventos ou orfanatos a estes juntos, ou quejandas instituições mais ou menos pias, leigas ou eclesiasticas, maus estabelecimentos de educação todos elles, ainda quando se recomendavam como instituições de caridade ou religiosas (VERÍSSIMO, 1906, p. 160).

Durante o período colonial no Brasil, a educação de mulheres ocorria dentro de algumas famílias abastadas, com pais mais esclarecidos, como pontua também Almeida (2014), e essa educação ocorria dentro dos lares. Quando enviavam suas filhas para o **convento ou casas de recolhimento, estas aprendiam “a bordar, coser, fazer doces, ler, escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada”** (ALMEIDA, 2014, p. 61). Em ambos os casos, a educação da mulher tinha como finalidade prepará-la para o casamento e essa imágética se estende aos anos republicanos.

Verissimo (1906) aponta que a criação de escolas normais no século XIX favoreceu a propagação da instrução feminina e destacou a mudança cultural que representaram: puseram fim ao sistema de clausuras ao exigir que fossem à escola. Elas “[...] começaram a sair diariamente, e até sós, a se dirigirem, a se criarem e sentirem uma responsabilidade, com o que forçosamente se desenvolveria a sua individualidade, até ahi atrophiada por absoluta falta de exercicio” (VERISSIMO, 1906, p. 161). A escola Normal tornava-se o único acesso a uma educação escolarizada com intuito de formar a mulher para uma profissão. Dessa forma, a alteração social que ocorreu possibilitou novos espaços para a mulher, como em 1887, quando a primeira mulher ingressou no ensino superior no Brasil.

No século XX, a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas, nutre-se de ideologia. Afirma-se cada vez mais como central na sociedade [...] Essa renovação foi maior no âmbito da tradição ativista, quando a escola se impôs como instrução-chave da sociedade democrática e se nutriu de um forte ideal libertário, dando vida tanto a experimentações escolares e didáticas **baseadas no primado do “fazer” quanto a teorizações pedagógicas** destinadas a fundar/interpretar essas práticas inovativas partindo de filosofias ou de abordagens científicas novas em relação ao passado (CAMBI, 1999, p. 513).

Nas últimas décadas do século XIX, durante a implantação do regime republicano, quase dois terços das mulheres eram de analfabetas, em consonância aos dados gerais da população. Iniciavam-se, então, as discussões sobre coeducação. Em 1880, foi instalada, na província de São Paulo, a terceira Escola Normal do país, que principiou as aulas para turmas **mistas. “Ganharam força os movimentos pelo aprimoramento da educação das mulheres”** (ALMEIDA, 1998, p. 56). Além disso, criaram-se escolas de protestantes dos Estados Unidos, além de se difundirem ideais republicano-positivistas, que propunham suscitar uma renovação

da sociedade. Agregou-se a ideia de que o exercício do magistério se atrelava a um prolongamento das funções maternas, para instruir e educar as crianças (ALMEIDA, 1998).

No processo de expansão educacional na Primeira República, fortalecem-se as orientações pedagógicas de matriz cristã. Para Prost (1992, p. 69), “[...] o aumento da escolarização remete a transformações muito mais profundas: mais do que uma socialização dos aprendizados, é um aprendizado da sociedade [...]”; e a Igreja Católica, então em movimento de reorganização (1890–1921), como apontado por Azzi (1983), encontrou na escola a possibilidade de restabelecer seu prestígio ao contribuir para formar uma sociedade cristã. Dessa forma, “[...] a multiplicação das escolas católicas, ao cuidado dos religiosos será outra contribuição importante à orientação da hierarquia, preocupada nessa época em fazer frente ao ensino leigo oficial e à multiplicação de escolas confessionais de tipo protestante” (AZZI, 1983, p. 18). Para Almeida (1998, p. 27–8), o início do século ofereceu mais “oportunidades ao sexo feminino”, tal como a escolarização de meninas e moças, **seguindo os** “ideais positivistas e republicanos”, tendência esta estruturada nos decênios seguintes.

A historiografia tem mostrado essas mudanças como resultado de uma política de concessão por parte dos poderes oficialmente instituídos e dirigidos pelo sexo masculino, sem atentar que as mudanças, assim como as chamadas “concessões”, também foram resultado de atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas femininas.

As diretrizes da educação de mulheres estavam atreladas a papéis sociais de base biológica. Fortemente propagada desde o fim do século XIX, impôs-se a ideia das mulheres como merecedoras mais de educação, e menos de instrução. Almeida (1998) afirma ser uma herança recebida de Portugal visando à educação feminina fundada em pressupostos de uma mentalidade rígida, moralizadora, tradicional. A educação da mulher, portanto, seguia o desígnio de preparar para o matrimônio. Almeida (1998, p. 61–2) aduz que

O casamento que, no século XIX, se apoiava em bases econômicas e no qual a mulher era usada como objeto de troca, no século XX incorpora a idéia da união amorosa entre duas pessoas, porém a pobreza da mulher continua sendo um empecilho [...]. Para as mulheres das classes médias e dominantes, casar-se era a forma, respectivamente, de ascender na escala social ou manter a mesma posição em caso de infortúnio, mesmo que não amassem o futuro marido. Se o casamento fosse difícil de conseguir, precisavam, essas moças, para não serem um peso para a sociedade ou terem de viver da caridade alheia, obter um meio de sobrevivência proporcionado por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino e que não atentasse contra os costumes herdados dos portugueses de manter a mulher no espaço doméstico e no cuidado com as crianças.

Com efeito, em um capítulo do *A educação nacional*, edição de 1906, José Veríssimo discorreu sobre a educação da brasileira. Ele frisou costumes da Europa presentes na sociedade, tais como o silenciar as mulheres e limitar os espaços que poderiam frequentar.

Estes costumes, como já atrás indicamos, passaram ao Brasil. Aqui também a mulher viveu, ao menos até a metade do século passado, relegada do convívio dos homens, até seus parentes, enclausurada com as suas escravas e mucamas, nas suas alcovas, novos gynecceys, onde as donas de casa, de uma rêde ou poltrona, dirigiam os labores domésticos, daquelas e das próprias filhas a ellas juntas, as rendas de bilro, os labirintos, as costuras e os doces. Às salas raro vinham, pois ali mesmo na estancia onde de commum assistiam, recebiam as visitas, essas, poucas só de senhoras, e sempre intimas (VERISSIMO, 1906, p. 144-5).

Embora a educação proposta na Primeira República tenha adquirido um caráter liberal e se tencionava para uma educação igual para os dois sexos, esta se fazia contrária nos seus objetivos. “O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e filhos” (ALMEIDA, 2014, p. 66). Em conformidade à época, Veríssimo (1906, p. 153) apontou a importância da educação feminina com vistas a fazer dela fator consciente de evolução e de educação eficaz na sociedade. Assim, uma “[...] mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole”.

Disciplinada pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar e, enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento — o que realmente importava em suas vidas. Deixaram de ser as procriadoras incultas para tornarem-se as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico. Nesse ideário, para onde convergiam os mais variados interesses, uniram-se a sociedade e a Igreja Católica. Para as mulheres, romper com tais estruturas significava o degredo e a condenação social. Portanto, apesar de conceder-se às mulheres algumas parcelas do saber, tanto este como o poder não se distribuíram equitativamente, nem sequer significaram a liberação das mulheres. Apenas a sociedade humanizou-se ao consentir na sua instrução, embora atendendo aos interesses do segmento masculino (ALMEIDA, 1998, p. 35).

Ribeiro e Araújo (2021, p. 40) afirmam que “[...] o alvorecer da República instigou movimentos sociais decisivos para modificar mentalidades e formas de agir no cotidiano da cidade. O regime republicano se instala com modelos e tradições que situavam a mulher em um lugar de submissão”. As condições de escolarização que o novo regime de governo propôs à mulher se basearam no sustentáculo de educação europeia, na interiorização de valores para a formação da “esposa, dona de casa, mãe de família”. Portanto, as mulheres deveriam permanecer submissas aos homens; “[...] o que significaria seguir a própria lei da natureza, o destino normal de não concorrer com o homem nas posições social e econômica, sob o pretexto de igualdade e liberdade, mas sim, concentrar-se na vida doméstica” (RODRIGUES, 2006, p. 62)

Alguns fatores influenciavam a educação das mulheres, tais como as divisões de classe, etnia e raça. Também influenciavam as ordens religiosas. Louro (2020) expressa as diferenças. Para a população de origem africana, negavam-lhes qualquer forma de escolarização, a educação se daria pela violência do trabalho e luta pela sobrevivência. Aos povos originários, era vedado o ingresso na escola; sua educação ocorreria dentro de seus grupos nativos ou por influência de alguma ação religiosa. Imigrantes implicavam práticas educativas diferentes e construíram escolas, muitas vezes com auxílio vindo de suas regiões de origem.

A tentativa de separar Igreja e Estado com a proposta de uma educação laica reverberou na Igreja. Para os católicos conservadores, a ausência da educação religiosa nas escolas afetaria a educação das mulheres, pois, “[...] imbuídas de falsos preceitos e sem a benéfica influência da religião, contaminariam e perturbariam o lar católico, que

deveria ser modelado pelos princípios cristãos” (ALMEIDA, 2014, p. 64–5). A proposta de educação laica fez com que as escolas católicas prosperassem entre as classes mais abastadas no que concerne a um ensino religioso voltado à moral e à ética.

Na educação ofertada por religiosas, ocorriam diferenciações. Algumas ordens religiosas dedicaram-se à educação de meninas órfãs, outras se destinaram à educação de moças sem emprego, e outras mais ofereciam a educação para filhas de famílias abastadas. Louro (2020, p. 446) afirma que

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas.

Nesse contexto, salientamos a criação da Escola Doméstica de Natal, em 1914, que se destaca por ser uma instituição pioneira no ensino baseado em conceitos europeus para a educação de mulheres. Portanto, “[...] em sua singularidade destinada a formar um novo tipo de mulher civilizada para uma nova sociedade que despontava com os primeiros indícios de desenvolvimento social e econômico” (RODRIGUES, 2006, p. 83). O modelo educacional proposto nos currículos da Escola Doméstica de Natal foi divulgado e saudado pela imprensa; tornou-se inspiração nacional. Convém aqui o que se disse no jornal *O Paiz* (fev. 1913, p. 1):

A nova escola foi organizada sob o modelo de um semelhante e acreditado estabelecimento do Cantão de Frigurg. [...] De facto, em nossos paiz a educação domestica não constitue ainda objecto das preocupações do nosso governo, muito embora as democracias modernas, nomeadamente a americana do norte, pela qual pautamos as nossas instituições politicas, nos mostrem o exemplo vivo e intenso de suas escolas daquelle genero, offerecendo ás massas femininas os meios de bem desempenharem a sua tarefa moral, social e economica nos tempos de rija lucta pela vida, quaes aqueles que atravessamos. [...] As escolas domesticas, de preparo para a vida pratica, para as pequenas industrias de character familiar, para os misteres simples das profissões agricolas, conforme o programma da escola domestica de

Natal, a que o *Paiz*, em tempo, deu publicidade, essas não tinham ainda vicejado em nosso paiz. O Rio Grande do Norte quiz tomar a dianteira do bello e util empreendimento. Organizada a escola, pelo que se vê do telegramma de hontem, já chegou tambem ao Estado a directora e mestra, contratada na Suissa. Acompanhemos, embora de longe, essa arrojada iniciativa a que o norte tão bem se presta, com as suas industrias de bordados, rendas e outras, a que empiricamente se entrega uma boa parte da sua emprehendedora população feminina.

A educação doméstica, portanto, concerne à formação das mulheres visando as funções da família, o aprimoramento nas tarefas cotidianas da casa e a formação do homem do amanhã. Tavares e Stamatto (2018, p. 4) afirmam que “[...] a Europa vinha enfatizando uma educação generalizada da população, tendo a mulher como transmissora da cultura e dos valores de um modelo social, passando a ter o papel de preparar o homem moderno [...]”, conceito que nutre na instauração dessas instituições no Brasil.

A Economia Doméstica pode ser entendida como uma Ciência e uma Arte cujo domínio envolve o cuidado da casa e da família. É ciência porque supõe conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. Utiliza-se de muitos princípios básicos da Economia Geral, tais como, a divisão do trabalho e do consumo coletivo. Como arte inclui idéias artísticas, estéticas, como o gosto no decorar e aparelhar a casa e também a apresentação cuidadosa das mais simples tarefas da vida cotidiana (OLIVEIRA, 2006, p. 80)

Destarte, o objetivo central das escolas domésticas no Brasil republicano esteve interligado aos propósitos de escolarização da mulher a partir da perspectiva positivista com os pressupostos de formá-la para o lar. Os currículos das escolas domésticas estiveram associados a mudanças de crescimento populacional e urbano que ocorriam na Europa e serviram de modelo nas escolas brasileiras, que colocavam a mulher como centro para harmonia familiar, transmissora das normas morais e de comportamento social.

A escolarização da mulher, então, baseava-se na educação propagada no continente europeu. A característica principal era formar ou profissionalizar mulheres para o trabalho doméstico, no lar. Presumia-se que, uma vez educada e bem preparada, a mulher instruiria e formaria o homem para a sociedade pós-Revolução Industrial (no Brasil, pós-República). A expansão educacional durante a Primeira República deu mais

abertura à escolarização da mulher e ao seu campo de atuação com as escolas normais. Os ideais republicanos estabeleciam a educação como chave para modernizar a sociedade e instituíam a necessidade de universalizar o ensino, na defesa da democratização da escola. Esses ideais proporcionaram “concessões” a grupos sociais diversos, como as mulheres, mediante instituições que passariam a profissionalizá-las. Embora houvesse instituições privadas ou filantrópicas para a educação feminina, estas também culminavam no mesmo objetivo de formação feminina.

Portanto, pode-se argumentar que a expansão educacional no Brasil englobou a educação feminina promovendo a criação de instituições privadas ou filantrópicas para mulheres menos abastadas e mais abastadas. Era uma perspectiva de atender aos ideais republicanos, que defendiam a possibilidade de modernizar o país através da educação com escolarização via grupos escolares e escolas domésticas, e sua profissionalização através ainda das escolas domésticas e das escolas normais.

2 PELAS JANELAS DE BRAZÓPOLIS: A CIDADE, O EX-PRESIDENTE, A IGREJA E A ESCOLA DOMÉSTICA

*Belas ruas, bem traçadas,/ Em cada praça
um jardim,/ Ao lado a mata frondosa,/ Em
torno serras sem fim.*

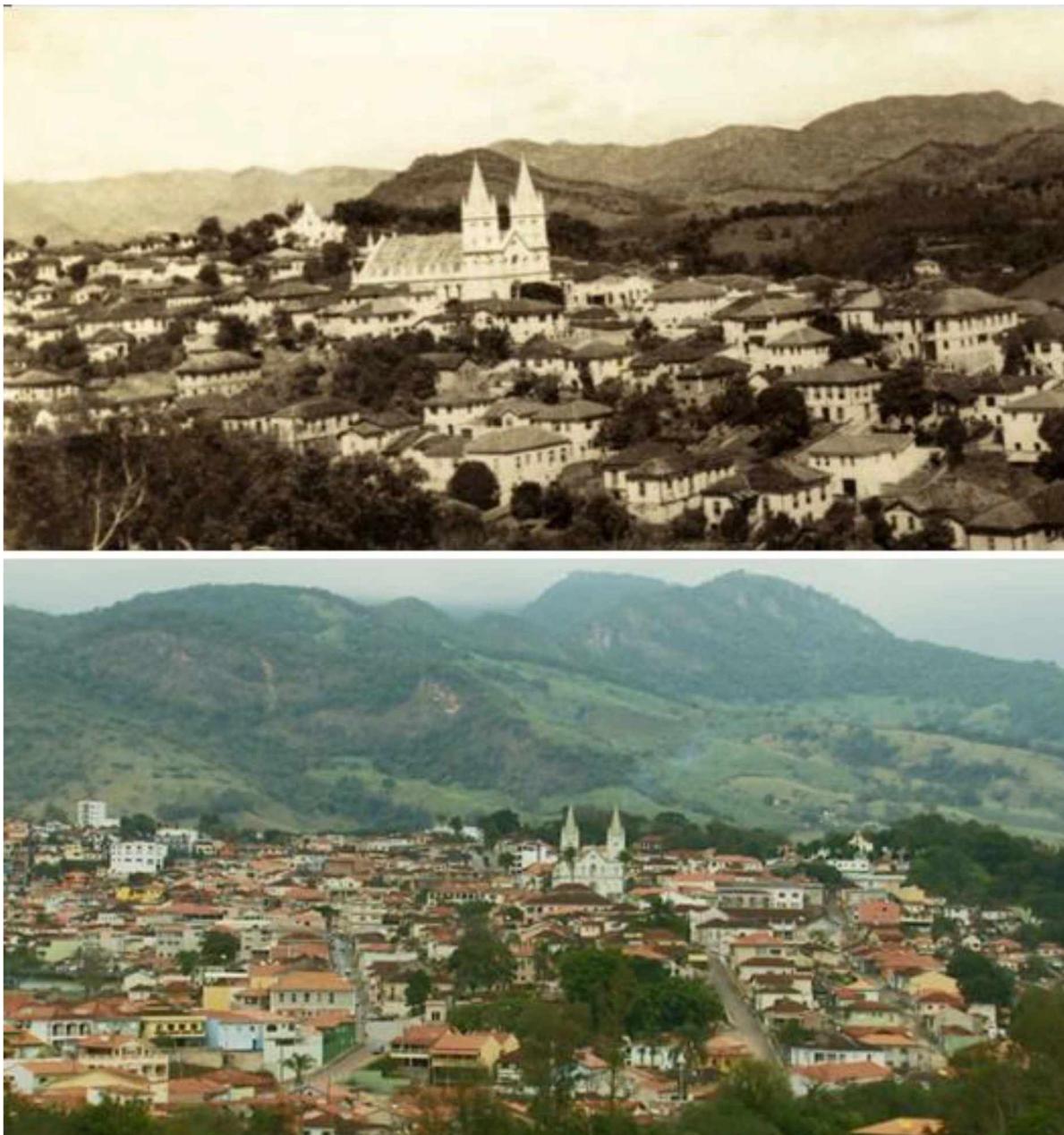
— ALFREDO DE O. Noronha, *Hino de
Brazópolis,*

As cidades são constituídas de atividades humanas e vão se definindo ao longo de processos históricos, os quais se fazem necessários para compreender sua trajetória. Características, formas e funções, tudo se forma nesses processos e manifestações. Como Santos (2020, p. 11) afirma, “[...] a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de **soluções**”. Essa percepção subjaz à compreensão da cidade de Brazópolis neste trabalho. Em certo, as fotografias a seguir — das quais uma não datada e com fotógrafo desconhecido — têm a intenção de projetar recortes da Brazópolis antiga e moderna, cidade cujos habitantes apelidaram de “**cidade das janelas**”. É possível compreender seu epíteto apreciando a imagem, pois viajantes que passam pela rodovia MG-295, Paraisópolis–Piranguinho, avistam cerca de 80% da cidade das janelas (FIG. 6).

Nota-se nas imagens um traço arquitetônico expressivamente residencial, dado a quantidade de casas, das quais se destacam as... muitas janelas. Aos cimos serranos se alinham as torres da Igreja Matriz em evidência, parece querendo sinalizar a soberania da religião católica na cidade. Mesmo entre ruas íngremes, a matriz se faz visível de todos os pontos da sede da cidade. Para Medeiros Neta (2011, p. 14), as **idades “não contam o seu passado”**; mas nelas há o que chama de “**linhas da mão**”, que seriam os “**traçados das ruas, dos templos, das praças e das escolas**” significados pelos sentimentos de quem vivem na e a cidade. Assim, a urbe é passível de uma **compreensão “cartográfica”, em que se presuma a ação dos “agentes produtores de espaço” e de “sociabilidades das segregações dos sujeitos, dos sentidos e de outros**

temas”. Nesses traços da cidade, estão inscritas “suas histórias e “as práticas de homens e crianças”, são caminhos para ver compreensivamente as cidades.

FIGURA 6. Visão panorâmica da Brazópolis antiga e da feição atual da cidade

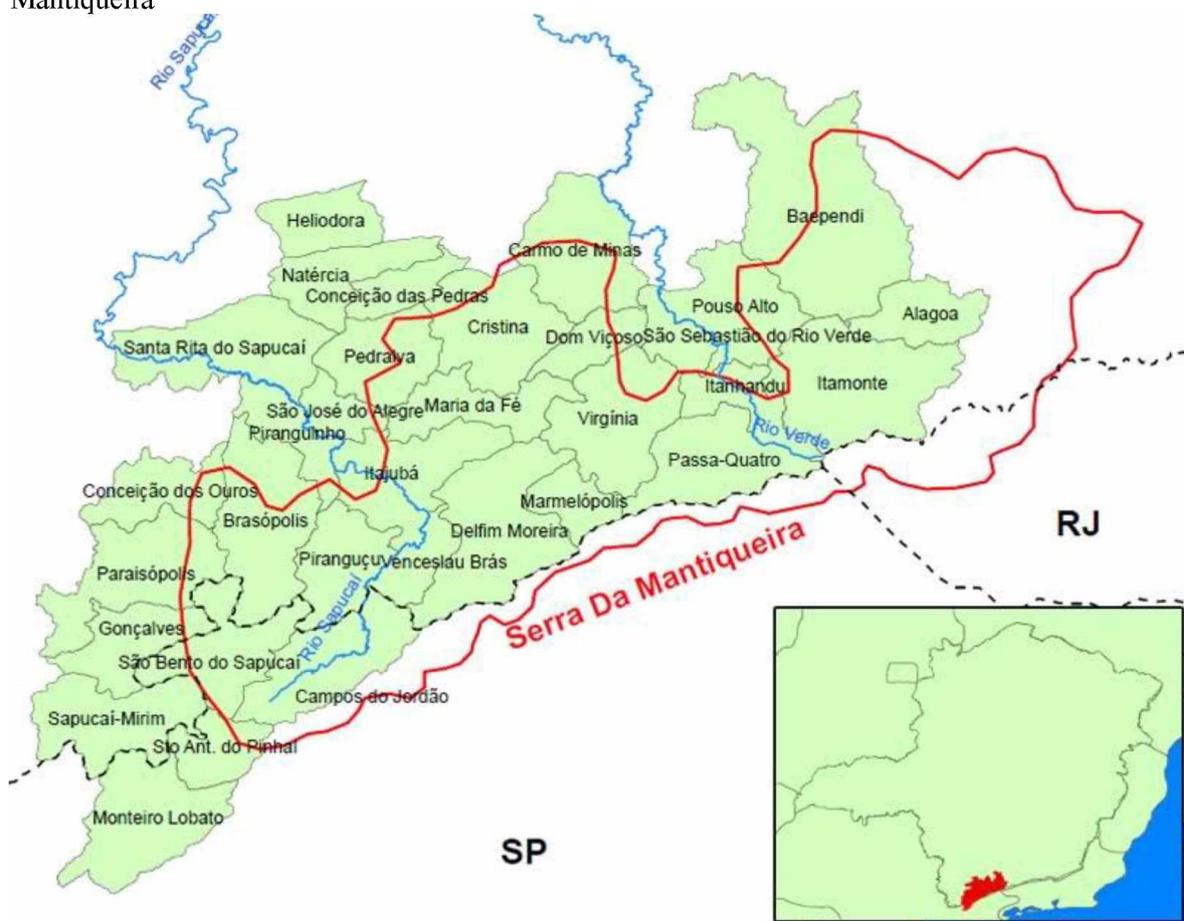


FONTE: (topo) Eu Amo Braz (2021, on-line),³¹ Produção Emissoras Pioneiras de Televisão (2021, on-line)

³¹ Disponível em <https://euamobraz.wixsite.com/brazopolis/yacht-charter> . Acesso em: jul. 2021.

Nessa lógica de compreensão cartográfica, convém levar o olhar do particular para o regional. A figura a seguir faz uma projeção geográfica de Brazópolis em relação à região que ocupa: o sul de Minas Gerais, ao pé da Mantiqueira.

FIGURA 4. Localização de Brazópolis no mapa de Minas Gerais em relação à serra da Mantiqueira



No sul de Minas Gerais, em meio aos elevados da serra da Mantiqueira e próxima à divisa com o estado de São Paulo, Brazópolis se destaca como cidade cuja história remonta a 1835, com a conclusão da construção de sua primeira capela. Esse dá a tônica da característica principal das relações da sociedade civil com Igreja. A cidade se projetou, então, com a construção de capelas importantes e, no início do século XX, a instalação de construções que visavam ao desenvolvimento social e econômico: Mercado Municipal, Grupo Escolar Vila Braz, estação de trem e outros. Eram os indícios do ideário republicano vislumbrados como desenvolvimento da cidade.

FONTE³²

³² Disponível em <https://brazopolis.wordpress.com/2011/05/31/serra-da-mantiqueira/>. Acesso em setembro de 2021.

Também chamada de “cidade-presépio” (CINTRA, 1995), Brazópolis está rodeada de serras que formam a Mantiqueira, no sul de Minas Gerais. Em seu âmbito, há registros de uma riqueza histórico-cultural. O patrimônio inclui o calçamento de pedras nas ruas³³ e a ponte de ferro, e os prédios institucionais, seja o da Escola Municipal Cel. Francisco Braz,³⁴ o da Igreja Matriz de São Caetano de Thiene, fundada em 1837, ou do Arquivo Público Municipal, construído no século XX com traços arquitetônicos de castelo medieval,³⁵ dentre outros. O patrimônio cultural presume, ainda, o coral Vozes de Euterpe,³⁶ a encenação anual da Semana Santa e os bonecos gigantes do carnaval, atrações conhecidas na região. Enfim, a cidade é conhecida por abrigar o maior observatório astronômico do Brasil, o Pico dos Dias. Portanto, o patrimônio histórico de Brazópolis abrange um conjunto de bens materiais e imateriais ligados à valorização da identidade da cidade. “Destaca-se sua função e referências à identidade, a ação e a memória de diferentes grupos sociais [...]”, quem mantém vivo o “caráter intelectual e cultural” de civilizações passadas, pois se torna “testemunho vivo e tangível” (SCHIRRU, 2017, p. 1).

Brazópolis caracteriza, também, por ser terra natal de figuras da política, como Wenceslau Braz, presidente do Brasil de 1914 a 1918, e seu pai, Francisco Braz, fazendeiro que, chefe político de Itajubá, trabalhou pela elevação do distrito de São Caetano da Vargem Grande à condição de Vila Braz, em 1848. A historicidade de uma cidade, então, oferece ao pesquisador a possibilidade de compreender as tradições e a cultura, por vezes carregadas de imagens visuais, referências espaciais e materiais que remontam à população que ali viveram. Hobsbawm (1998) oferece endosso a essa afirmação ao dizer que o presente se faz de padrões do passado; mudanças e inovações acontecem, em todas as sociedades, em grau maior ou menor; mas alguns aspectos permanecem.

³³ Pelo seu valor cultural para a cidade, o calçamento das ruas de Brazópolis foi tombado pela prefeitura, pelo decreto 010/2007.

³⁴ A escola Cel. Francisco Braz foi criada pelo decreto de 5 de março de 1907, como Grupo Escolar de Vila Braz. Caracterizada pelo estilo eclético e neoclássico e remanescente da época da emancipação política do município, foi tombada pela prefeitura, pelo decreto 3/2008.

³⁵ O prédio como formato de castelo foi construído por um médico catarinense, Carlos Piolli Filho. Apaixonou pela cidade e lá resolveu passar a sua vida. Não deixou herdeiros.

³⁶ O coral Vozes de Euterpe foi criado em 12 de maio de 1962. Patrimônio imaterial tombado, tornou-se cartão-postal da cultura de Brazópolis.

Algumas cidades consideram como data de fundação a chegada do primeiro desbravador do local; outras, a construção da primeira capela, com ou sem a celebração solene da primeira missa; outras, a passagem da capela à condição de Freguesia, que nos idos de 1800 correspondia, na área civil, à criação de Distrito de uma determinada Vila; e, mais recentemente, até a fundação com lançamento de pedra fundamental, como Brasília, Belo Horizonte, etc. (FARIA, 2001, p. 35).

A história de fundação da cidade de Brazópolis se inicia **depois da “[...] saída do Padre Lourenço de Itajubá Velho, hoje Delfim Moreira, em 1819, para construir uma nova capela nas margens do Sapucaí, alegando melhores condições geográficas para atender fiéis da região”** (FARIA, 2001, p. 35). A conclusão da construção da capela original, a Capela Curada de São Caetano da Vargem Grande, foi em 1838.

Dedicada a Sant’ Ana, Mãe de Nossa Senhora, foi edificada, em modesta construção, uma Capela no cimo de uma colina, à margem direita do Rio Vargem Grande. O local exato dessa construção, segundo os historiadores, corresponde atualmente à parte posterior da atual Praça dos Sagrados Corações. Com essa iniciativa deu-se início, oficialmente, à formação da Cidade de Brasópolis (CINTRA, 1995, p. 178).

Convém destacar que em abril de 1847 “[...] o escravo alforriado conhecido por Pai Domingos e outros negros oriundos de Moçambique, acompanhados ainda por outros devotos” (CINTRA, 1995, p. 178), buscaram contribuições de populares para construir a Capela de Nossa Senhora do Rosário, na atual praça Monsenhor Noronha. Em junho, o capelão Padre Athanásio José Rodrigues nomeou uma comissão de cinco membros para construir a Igreja Matriz de Vargem Grande. Esses elos entre alforriados e religião no contexto da praça levam à compreensão e valorização da praça. Para Segawa (1996, p. 15), desde tempos medievais, a praça é ocupada como “espaço popular”, como lugar “do riso, do escárnio, da festa”, ou seja, distinto dos espaços da “cultura religiosa ou aristocrática”. Como diz Dalbosco (2009, p. 51),

A praça é o símbolo da democracia ateniense, do “livre mercado” de ideias. Nela as pessoas se encontravam para discutir seus problemas, suas angústias, para matar a saudade e para reafirmar sua amizade; também servia para falarem livremente das coisas e acontecimentos da cidade (*polis*), de sua vida pública, constituindo-se, por isso, em espaço extrainstitucional no qual se punham na roda do discurso as decisões tomadas no espaço institucional pelos governantes.

Portanto, as praças constituíram espaços sociais inseridas num conjunto indissociável que compõe a organicidade de uma cidade. Na hora de “organizar os espaços” e “planejar uma estrutura urbana”, as praças se projetam como “elos entre os diversos espaços criados” (YOKOO; CHIES, 2009, s. p.).

Faria (2001) afirma que, dada a falta de documentos oficiais, o prefeito Ataliba de Moraes estabeleceu 1838 como ano de fundação da cidade (vide decreto 34 de 1938). Porém, há documentos que comprovam a existência de fazendas e sítios de mineração na região mesmo antes de 1800. A história da cidade é marcada por iniciativas políticas, civis e religiosas. Cintra destaca a passagem dos bandeirantes, no século XVII, em sua procura por ouro e pedras preciosas. Com a diminuição de mineração, a produção agrícola passa a ser uma base econômica da região.

Contudo, compreendemos aqui que a história da cidade de Brazópolis se faz atrelada à história da Igreja Católica na região. Escritos e documentos de fundação as entrelaçam à medida que se constituíam ali relações humanas. Podemos ver esse traço em oração (discurso proferido) dita em celebração solene do cinquentenário de emancipação política de Brazópolis, em 1952, pelo cônego Pedro Cintra (1952, p. 63). Disse ele:

[...] o maior dom celeste, com que o Altíssimo manifestou carinho especial para com este povo, é o dom da fé, que embalou o seu bêmço palpitando com o mesmo ritmo nos corações de todos os seus pró-homens, desde a fundação até a criação do município, e desta até os dias de hoje. Seus chefes temporais têm sido os líderes das iniciativas de âmbito paroquial, marchando sempre ao lado do guia espiritual. É bastante citar Cel. Caetano e Francisco Braz, existências iluminadas por uma fé edificante, cujos exemplos repercutiram profundamente em seus contemporâneos, e por meio dêstes, nos que vieram depois (CINTRA, 1952, p. 63).

Essa Oração é retirada da revista *Acaiaca*, de 1952, edição especial em homenagem ao cinquentenário de emancipação política de Brazópolis. Apresenta aspectos históricos e sociais, instituições de ensino, o clima, o municipalismo e curiosidades. Desse repertório, enfocamos os aspectos históricos, assim como as iniciativas políticas e civis que evidenciaram fatores de desenvolvimento, além da influência de Wenceslau Braz e da Igreja no âmbito social e político da região.

2.1 O ideal republicano do progresso e desenvolvimento

Por volta de 1835 foi concluída a construção da primeira capela de Brazópolis, dedicada à primeira padroeira do lugar, Sant'Ana. Foi erguida nas terras da família Dias Chaves, proprietários da fazenda Várzea Grande, onde hoje é a praça matriz — praça dos Sagrados Corações. A construção serviu para que fazendeiros e agregados tivessem acesso mais facilmente à assistência e à comunhão religiosa.

FIGURA 7. Antiga matriz e primeira capela de Brazópolis, dedicada à padroeira Sant'Ana, 1901



FONTE: acervo da Academia Brazopolense de Letras e História (2001, p. 249)

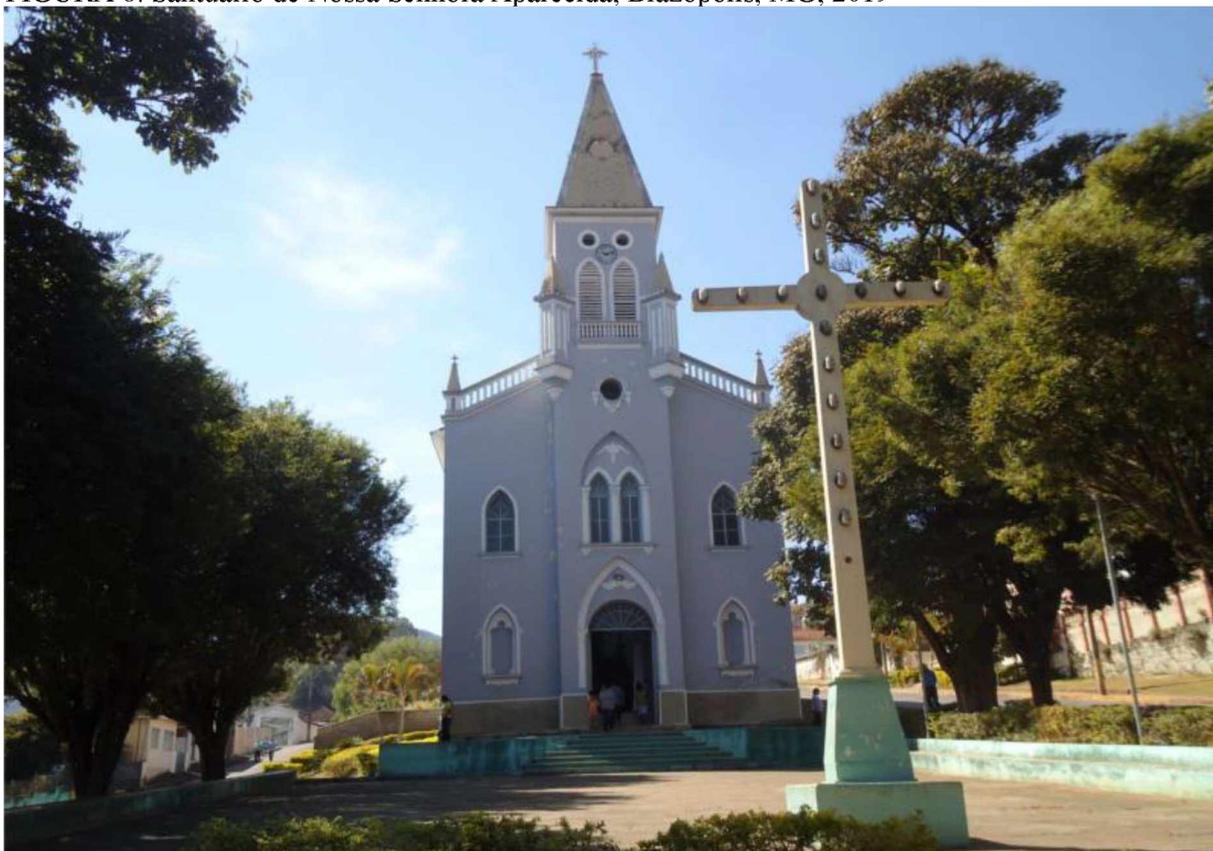
Em 1838, com a intenção de transformar a capela em Capela Curada, a família Dias Chaves doa cerca de trinta alqueires para construir o patrimônio da capela (FARIA, 2001). Em 1947,³⁷ o capelão e padre Atanásio, cabe lembrar, nomeou uma comissão para gerir a construção da Igreja Matriz de Vargem Grande. O tenente-coronel Caetano Ferreira da Costa³⁸ dispôs de recursos para a obra, porém, com exigência de que

³⁷ Há divergências entre historiadores em relação à construção da Capela Curada. Devido à pandemia de Covid-19, não foi possível realizar a pesquisa *in loco* para maior levantamento de dados acerca dessa informação, nos baseando em estudos já realizados.

³⁸ Bisavô materno de Wenceslau Braz.

se trocasse a padroeira para São Caetano de Tiene. Por esse motivo, a povoação passou a chamar-se São Caetano da Vargem Grande. Em 1848, pela lei provincial 364 de 30/09/1848, o povoado foi elevado à freguesia de São Caetano da Vargem Grande e distrito de paz da Vila de Itajubá. Em 1862, foi concluída a construção do Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Segunda maior igreja, foi edificada em um terreno doado pelo tenente Francisco José Dias Pereira ao patrimônio paroquial. Logo após ser concluída sua construção, a sagração foi autorizada e delegada pelo bispado de São Paulo. Em 1919 findou a terceira reforma, a fim de expandir as instalações para abrigar com mais conforto os peregrinos e romeiros que visitavam a capela anualmente. Essas evidências, portanto, dão pistas de como a história da cidade se conecta à história da Igreja na região.

FIGURA 8. Santuário de Nossa Senhora Aparecida, Brazópolis, MG, 2019



FONTE: acervo da prefeitura de Brazópolis, MG

Faria (2001) destaca que, enquanto a cidade se fazia distrito de Itajubá, houve grande participação de descendentes de São Caetano da Vargem Grande na Câmara de

Vereadores a partir de 1849. No primeiro quadriênio, dos sete vereadores eleitos, dois eram de lá. No quadriênio 1869–72, destacamos a presença de Francisco Braz Pereira Gomes como juiz de paz e que se projetaria na carreira política como importante para a região. Coronel, ele foi eleito vereador no quadriênio 1873–6 e juiz de paz no quadriênio 1887–90, concomitantemente ao cargo de deputado provincial eleito em 1888 (mas destituído em 1889, quando a proclamação da República pôs fim ao processo político que o acomodava). Faria (2001, p. 40) destaca que Pereira Gomes era “[...] monarquista convicto e fiel ao Partido Conservador pelo qual se elegera Deputado Provincial”.

Em 1887, foi fundado o Clube Republicano da Vargem Grande, núcleo do Partido Republicano e Abolicionista de São Caetano da Vargem Grande. O fato é marcante porque em 30 de março de 1887 os proprietários de terra de Brazópolis assinaram um acordo que extinguiu a escravidão na localidade *um ano antes* da Lei Áurea (ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS, 2001). É claro, o coronel Pereira Gomes não aderiu ao movimento; só o fez após a Proclamação da República, quando se juntou a seus filhos, Wenceslau Braz, Henrique Braz e José Braz (FARIA, 2001).

Em 15 de novembro de 1890, passou a circular o primeiro jornal do distrito, *O Vargem-grandense*, “Semanário político, noticioso e agrícola, fundado por Augusto Pinheiro de Freitas, com apoio do Cel. Francisco Braz Pereira Gomes” (CAVICHI, 2001, p. 142). Foi publicado até 1910, sob propriedade e direção política do coronel Pereira Gomes, tal era sua força política.

FIGURA 9. Cabeçalho da capa da primeira edição do semanário *O Vargem-grandense*, primeiro jornal de Brazópolis, 1892



FONTE: acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Compreendemos a imprensa como “[...] produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196–7). Em consonância ao que Gramsci (2001, p. 32) determina como elementos fundamentais para compreender a imprensa, ela é um meio hábil para “[...] organizar e difundir determinado tipo de cultura”.

Com efeito, Wirth (1982, p. 131) tratou da imprensa mineira nestes termos:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local.

Entre 1910 e 1911, circulou o jornal *Imparcial*. Cavichi (2001, p. 142) afirma que este se manteve apertado, com caráter “[...] literário, noticioso, dedicado ao progresso local, à cultura e ao bem social”. Em 1911, surgiu o jornal *Vila Braz*, qualificado como órgão oficial do município; e, em 1924, o *Brazópolis*, tendo como redator Serafim Martins dos Santos Lima, até sua morte, em 1938. Após 1938, outros editores passaram pelo jornal.

Figura pioneira nesse desdobramento da imprensa local, Pereira Gomes continuou a empregar seus esforços políticos após a proclamação da República. Em 1892, foi reeleito vereador, assim como presidente da Câmara. Em 1895, replicou sua dupla atuação. Em 1898, não se candidatou; em vez, procurou projetar seu filho na política, o tenente Henrique Braz Pereira Gomes (FARIA, 2001). Ainda em 1898, o filho Wenceslau Braz tomou posse como secretário do Interior de Minas Gerais.

Pereira Gomes, ao abrir mão da candidatura, dedicou-se “à política local” e a “preparar material para lutar” pela emancipação política do distrito (FARIA, 2001, p. 42). No período que esteve na presidência da Câmara, apresentou projetos com essa finalidade, porém encontrava dissenso entre os maiores partidos na Câmara, o Conservador e o Liberal. A rigor, encontrava resistência nos políticos de Itajubá, “[...] que se recusavam a perder o rico território da Vargem Grande” (FARIA, 2001, p. 43).

Em 1901, a Freguesia de São Caetano da Vargem Grande foi elevada à Vila de São Caetano da Vargem Grande. A emancipação política veio com a lei 319, de 16 de setembro; graças à presença de Wenceslau Braz na Secretaria do Interior, Justiça e Educação, e sua aliança com Francisco Silviano de Almeida Brandão, sul-mineiro e a cargo do governo estadual. Em setembro de 1923, governo de Raul Soares de Moura, foi publicada a lei estadual 843, assinada por ele. No artigo 50 se lê que a Vila Braz foi elevada à cidade e teve seu nome mudado para Brazópolis,³⁹ o que continuava a homenagem ao patriarca Pereira Gomes, falecido em 25 de fevereiro de 1914.

Como diz Carvalho (2001, p. 73), tais “resoluções” objetivaram à “[...] elaboração do orçamento, estatutos e regimentos internos, tabela de impostos e criação de empregos para preenchimento de cargos”. Faria (2001, p. 44) oferece elementos que endossam Carvalho; por exemplo,

[...] ruas abauladas com passeios, meios fios e começo de calçamento, água potável com dois mananciais, rede de esgotos, luz elétrica, telefone, estrada de ferro, construção do Grupo Escola, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Inválidos, [...] e tratativas para a implantação do Termo Judiciário em Brazópolis, o que se deu apenas após a morte do Cel. Francisco Braz.

Além disso, “Estradas foram planejadas, igrejas, capelas e prédios comerciais e residenciais foram erguidos, distritos foram criados, escolas implantadas e construídas, ligada a luz elétrica, iniciado o abastecimento de água potável, serviço de esgoto” (CARVALHO, 2001, p. 74). Tais realizações buscavam acompanhar os ideais republicanos: progresso e desenvolvimento. A população apoiava as iniciativas propostas pelos representantes políticos.

Nesses movimentos republicanos, destacamos os projetos educacionais visando ao progresso. Em 1892 foi aprovado, pelo conselho distrital de São Caetano da Vargem-grande, o “Projecto N. 1”, usando de suas atribuições previstas no art.54 §§ 2 e 9 do regimento municipal, a providência de difusão do ensino primário que seria mantido com recursos do imposto especial e das rendas ordinárias do distrito (Art. 1º). O Art. 2º especifica “[...] para o fim constante do artigo antecedente fica creado n’este districto o imposto de capitação ou pessoal, com a denominação de ‘taxa escolar’” (O VARGEM-

³⁹ Destacamos a grafia do nome da cidade, pois em documentos é possível encontrar Brazópolis e Brasópolis, mas ressaltamos a lei estadual 18.033 de 12 de janeiro de 2009, que oficializou a grafia com a letra Z.

GRANDENSE, 1892, p. 6). Ficou obrigatório o pagamento da taxa escolar para todo indivíduo residente no distrito, casado ou maior de 21 anos de idade, isentando professores públicos e particulares em exercício; mulheres casadas com economia comum; indigentes; mentecaptos; praças de *pret*, do corpo policial e municipal.

De fato, deu-se a obrigatoriedade do ensino no município; mas não sem críticas da população, como essa publicada em *O Vargem-grandense* (1892, p. 2):

Nós, que graças aos impostos lançados pelo conselho districtal vamos ter a instrucção que o Estado nos vai dar em pequena dóse, julgamos que, mesmo assim, não será diffundido o ensino sufficiente ao povo que, paga porque quer saber, mas que tambem comprehende que Roma não se fez em um dia. Vamos ter professores mal remunerados de sua difficultosa tarefa, como mal remunerados são os estadoaes, que pagão quasi sempre casa, que têm numerosa familia muitas vezes e que não se occupão de outras cousas porque a lei lhes não permite, segundo consta-nos, e porque não têm tempo, pois que os gastão em sua lide diaria, lide que lhes póde acarretar molestias e que é sempre ingloria e sem futuro. É nos bancos das escolas mal preparadas pela exiguidade de meios de seus directores que não têm essa obrigação, que as crianças, futuros homens pela patria, começam a soffrer as doenças apparecem provenientes da ma colocação dos meninos nos bancos, da impureza do ar que respiram nessas salas pequenas e anti-hygieaicas, [...] a agglomeração de crianças produz o calor, onde quasi sempre ha falta de correntes de ar que substituam a atmosphera impura que os cerca. Vamos ter a obrigatoriedade do ensino, segando o regulamento que está em discussão no senado mineiro: -se não forem modificadas as disposições que tratam do ensino obrigatorio, de modo que não possa haver subterfugios da parte dos paes ou tutores, teremos uma lei inutil total ou parcialmente e não é para isso que forão eleitos deputados e senadores, não é para isso que o povo lhes paga subsidios tirados dos impostos delles cobrados para lhe dar o que é de seu beneficio em geral, e que serve para o seu adiantamento physico, moral e intectual.

Como se lê, o texto — assinado por G — pondera sobre a obrigatoriedade do ensino na região e o pagamento da taxa escolar fazendo crítica à dificuldade de difusão de ensino primário para todos na região. Destacamos o conselho distrital de São Caetano da Vargem-Grande como primeira iniciativa para expandir e incutir a obrigatoriedade do ensino público na localidade.

Em 1898 foi construído o Mercado Municipal (FIG. 10), em uma área urbana que pertencia à Arquidiocese de Pouso Alegre, com objetivo de ter um comércio para atendimento à população. Foi construído a cerca de duzentos metros da Igreja Matriz. O prédio original passou por alterações, de modo que tem outra arquitetura hoje. O terreno

pertenceu à arquidiocese por 123 anos e só foi transferido à prefeitura em 19 de abril de 2021.

FIGURA 10. Mercado Municipal de Brazópolis, 1905–6



FONTE: Academia Brazopolense de Letras e História (2001, p. 248)

Em 1926, Silveira (1926, p.1098) afirmou: **“Brazópolis é talvez um dos municípios de terras mais valorizadas do Sul de Minas e a lavoura, apesar de sofrer também os efeitos do exodo, produzirá cereaes e feijão para seu consumo e exportação”**. Com efeito, a produção consistia em café, cereais, açúcar e aguardente. O comércio girava em torno de cereais, armarinhos, ferragens e outros. A pecuária era pouco expressiva, mas era de animais escolhidas. Silveira (1926) apresentou dados dos de comércio: 81 vendiam produtos diversos, cinco vendiam bebidas, um vendia chapéus, dois vendiam manteiga e dois, queijos e requeijões.

Do ponto de vista escolar, foi instalado um grupo escolar, seguindo a tendência nacional de instalar grupos escolares para “[...] incorporar o ‘povo’ à nação republicana

e no mesmo movimento, ao mercado de trabalho capitalista na forma como ele vinha se **organizando em Minas Gerais naquele momento**” (FARIA FILHO, 2014, p. 34). A criação de um grupo escolar para atender muitos alunos se projeta como fator de compreensão da tentativa de desenvolver a cidade com investidas contra o analfabetismo em interação com interesses nacionais.

FIGURA 11. Grupo Escolar Vila Braz, em Brazópolis, MG



FONTE: Prefeitura de Brazópolis⁴⁰

A escola nasceu com o nome de Casa de Instrução. Mas em 1907 foi formalizada, via decreto, como Grupo Escolar de Vila Braz. De início, funcionava em casa adaptada; mas em 1912 foi inaugurado o prédio oficial (LOPES et al., 2001), tombado como patrimônio histórico cultural da cidade, vale lembrar. Como diz Faria Filho (2014, p. 91), “A adoção” do grupo escolar como “representação da nova forma escolar” e a “consequente crítica às escolas isoladas” marcaram a construção de “[...] novos ‘espaços’ escolares, novos monumentos que materializassem e dessem

⁴⁰ Fotografia disponibilizada pela prefeitura de Brazópolis em rede social virtual. Disponível em <https://www.facebook.com/prefeiturabrazopolis/photos/a.275050785863947/1268073169895032/>. Acesso em: jul. 2021.

visibilidade aos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar” (FARIA FILHO, 2014, p. 91).

Assinada por João Pinheiro Silva, então à frente do governo, a lei 439 de 1906 que criou o grupo escolar em Minas Gerais estabeleceu modificação no ensino primário também. Como reforma educacional, essa lei propôs um novo modelo de escola, não centrado nas escolas isoladas e voltado à cidade, à formação de cidadãos para a realidade social republicana. Na visão de Araújo (2013, p. 453), a reforma teve “[...] caráter interveniente, mas com o intuito de redirecionar os problemas sociais e educativos percebidos, a fim de construir a escolarização brasileira, e estabelecê-la em outro patamar”. Na mesma perspectiva, Saviani (2014, p. 27) afirma que

Em geral o grupo escolar era erigido nas praças ou ruas centrais das cidades, destacando-se entre os mais vistosos prédios públicos, competindo com a Câmara Municipal, a igreja e as residências dos poderosos do lugar. Os grupos escolares eram, pois, um fenômeno tipicamente urbano. No meio rural ainda prevaleciam as escolas isoladas que passaram a ter um caráter provisório; eram destinadas, portanto, a desaparecer, enquanto os grupos escolares foram firmando-se como as escolas primárias propriamente ditas, a tal ponto que grupo escolar e escola primária se tornaram sinônimos.

Foi evidente o investimento político e social na cidade de Brazópolis. A urbanização se expandiu, assim como se fez presente anseios de progresso via instituições escolares. Secretário do Estado em 1901, Wenceslau Braz ressaltou em relatório anual a importância da criação de grupos escolares, modelo escolar que concorreria para a “[...] nobilíssima e patriótica causa da difusão da instrução” (SECRETARIA DO INTERIOR, 1901, p. 91).

Em 1908, foi instalada a Santa Casa de Misericórdia,⁴¹ em prédio adaptado, mas “[...] destinado a oferecer a todos, inclusive e principalmente à classe carente, assistência médica e hospitalar gratuitas” (CINTRA, 1995, p. 120). Foi fundada por iniciativa do pai de Wenceslau Braz — o coronel —, com apoio de outros civis. A inauguração solene foi em 2 de abril de 1911, quando se destacaram as instalações e acomodações do prédio: “[...] 2 enfermarias gerais, 2 quartos particulares, sala de operações, consultório, farmácia, salão nobre e demais serviços” (SILVE, 1952, p. 41).

⁴¹ Não foram encontrados registros fotográficos da Santa Casa de Misericórdia.

Em 1928, foi iniciado o projeto de “[...] construção de um novo hospital. Iniciou-se uma grande campanha financeira que permitiu a formação de um patrimônio regular. Mas sobreveio a crise financeira do café em 1929 e o projeto foi arquivado” (SILVE, 1952, p. 41). Apenas em 1945 foi construído o Hospital São Caetano. Em 1951 as Irmãs da Providência assumem a gestão do hospital e consagram a capela (SILVE, 1952, p. 40), com prédio mais amplo, como sucessora da Santa Casa de Misericórdia.

Na economia, destacamos a criação da Estação Dias, inaugurada em novembro de 1910 com prédio provisório, atenderia à Estrada de Ferro Vale do Sapucaí, uma das principais estradas de ferro na região, que posteriormente, fundiu com as Estradas de Ferro Muzambinho e Minas e Rio, constituindo à antiga Rede Sul Mineira. A construção de ferrovias teria como principal objetivo integrar regiões e proporcionar maior comercialização de produtos da região. Na imagem acima, registrada em 1946, vemos o prédio definitivo, concluída a construção em 1918.

FIGURA 12. Estação de Dias, 1946



FONTE: Estações Ferroviárias do Brasil⁴²

⁴² Disponível em http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_sapucaai/dias.htm Acesso em jun. 2021.

Além da ferrovia da Rede Sul Mineira e Estrada de Ferro Central do Brasil, a atividade férrea foi explorada pela Companhia Sapucaí no ramal férreo de Piranguinho a São José do Paraíso, atual Paraisópolis passando pela então Vila de Vargem Grande — Brazópolis.

A chegada da ferrovia representou verdadeira transformação na economia do Sul de Minas. No processo de produção ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas. A ferrovia facilitou também o deslocamento da mão de obra, requisito essencial na formação do mercado de trabalho (CASTILHO, 2012, p. 49).

Castilho (2012, p. 56) afirma que “[...] a partir de 1894 encontramos diversas menções dos presidentes de estado informando e enfatizando a necessidade de ajudar as estradas férreas do Sul de Minas [...]”, dada a importância da região por sua produção cafeeira. Assim, mesmo com crise financeira, foram destinados subsídios do estado.

Em 1924 foi construído o Asilo dos Inválidos Dona Maria Adelaide, entidade assistencial de apoio ao idoso e aos inválidos. A iniciativa foi tomada

[...] por um grupo de dinâmicos vila-brasenses, sob a feliz inspiração do Revm^o Padre José Antônio Corrêa e do Cel. Paulo Orozimbo de Azevedo, tendo por patrono maior S. Exa. Revm^a Dom Otávio Chagas de Miranda, Bispo Diocesano de Pouso Alegre, a entidade realiza um trabalho assistencial digno de louvor (CINTRA, 1995, p. 121).

A direção do asilo foi confiada às irmãs da Providência, em específico pela irmã Mère Maria Resende de Lima, superiora da congregação. Em 1932, adaptaram o prédio e nas mesmas dependências foi inaugurado “[...] o Orfanato Santa Terezinha, para meninas órfãs e outras, descendentes de famílias paupérrimas, oferecendo às suas internas educação cristã e profissional, além de formação moral, tornando-as, assim, aptas para a vida”. O prédio do Asilo foi construído ao lado da Igreja Nossa Senhora Aparecida, “[...] a entidade mantenedora do asilo é a Associação Nossa Senhora Aparecida” (CINTRA, 1995, p. 122; 123).

Em 8 de setembro de 1926 foi criada, por iniciativa de civis, a Sociedade Protectora da Instrução, que se fez notável pelo seu funcionamento e ofício. Foi criada para “[...] desenvolver a instrução, em toda sua plenitude, neste Município, procurando preencher as falhas existentes” (ESTATUTOS DA SOCIEDADE PROTECTORA DA INSTRUÇÃO DE BRAZOPOLIS, 1929, p.1). Para Pugliesi (1952, p. 51), ao se referir à criação dessa instituição, “[...] a instrução secundária era o ideal dos homens esclarecidos e patriotas”.

A primeira formação da administração da sociedade protetora da instrução foi definida como:

Presidente honorário perpétuo: Dr. Wenceslau Braz; Presidente: Cel. Henrique Braz; Vice-Presidente: Tenente José Martins Tosta do Amaral; Tesoureiro: José Alfredo Gomes; Primeiro secretário: Dr. Francisco Pereira Rosa e Segundo secretário: José de Almeida Vergueiro (GUIMARÃES, 1998, p. 2).

Poderiam se associar à sociedade qualquer pessoa e sem distinção, de acordo com seu estatuto. Quem se tornasse associada se classificava como **“socios honorarios”**, **“socios effectivos”** e **“socios auxiliares”**. O que os definiria era a quantia de donativos à instituição. Wenceslau Braz foi nomeado **“presidente honorario perpetuo”**. Os membros, inclusive os que compunham a diretoria, não recebiam lucros pessoais; e o dinheiro arrecadado seria para despesas de administração, melhoramentos e futuras eventualidades das instituições de ensino por que eram responsáveis. Porém, também era empregado auxílio para manutenção do Asilo dos Inválidos e “[...] educação de meninas pobres ou desamparadas de bons costumes e de boa vontade” (ESTATUTOS... 1926, p. 4).

A sociedade, então, instala no município duas escolas secundárias, o Ginásio de Brazópolis, para homens jovens, e a Escola Doméstica de Brazópolis.

FIGURA 13. Ginásio de Brazópolis



FONTE: *A Janela do Braz*⁴³

O ginásio de Brazópolis, fundado em 13 de maio de 1927, ficou sob responsabilidade do professor José Antônio Raposo Lima. Funcionando como internato e externato, atraiu público de várias cidades do sul. Foi instalada no “velho e histórico Solar dos Braz” (CINTRA, 1995, p. 101). Em 1952, após 25 anos de funcionamento, como destaca Pugliesi (1952, p. 51), **cerca de “[...] 3.100 alunos” já haviam passado pela escolar**, dentre os quais muitos **se alçaram** a “lugar de destaque na Sociedade, na política e nas **letras**”. Ressaltamos na figura 13 a presença de homens bem vestidos, de chapéus, e alguns carros, estes passíveis de serem lidos como índices da modernidade⁴⁴ que no Brasil vem acompanhada pelo processo republicano.

⁴³ Disponível em <http://ajaneladobraz.blogspot.com/2012/09/brazopolis-antiga-ginasio-brazopolis.html> Acesso em 29 de jun. 2021.

⁴⁴ **Na Europa a modernidade é definida a partir de mudanças que “[...] começaram a ocorrer no século XVII [...] consolidada no Iluminismo do século XVIII.** Esse período foi marcado pela ruptura com a tradição aristocrática do Antigo Regime, levada a efeito pelas revoluções burguesas. No mesmo bojo, os valores do feudalismo foram substituídos aos poucos pelo impacto da Revolução Industrial, em que ciência e técnica provocaram alterações **no ambiente humano antes jamais suspeitadas**” (ARANHA, 2006, p. 10),

[...] não havia ainda, naquela quadra histórica, qualquer sensação de desencanto com a maquinaria. Ao contrário, o que despontava por todos os lados era um evidente desejo de futuro. Futuro que engordava as idéias que invadiram o cenário intelectual brasileiro do final do Império, como vimos aqui alguns poucos exemplos. Futuro que impunha desmanchar o passado e tudo o que ele implicava: monarquia, sociedade do privilégio, escravidão, romantismo, clericalismo etc. (MELLO, 2009, p. 29).

Outro aspecto da figura 13, a arquitetura do prédio escolar destaca as janelas: índice da presença de preceitos do higienismo, conceito propagado durante as primeiras décadas da República. Janelas largas criavam mais espaço para iluminação do ambiente e maior circulação de ar, o que era importante para no combate a epidemias e se tornou essencial após a epidemia de Gripe Espanhola (1918–9). Ao mesmo tempo, janelas largas davam mais visibilidade a quem quisesse saber o que se passava dentro da sala de aula, sobretudo a quem exercia funções de supervisão e controle do trabalho docente e comportamento discente, por exemplo. Marcos históricos da cidade de Brazópolis da Primeira República como aquela escola permitem compreender que a sociedade civil se empenhava em alinhar seus anseios no nível das ambições políticas e religiosas; de tal modo, os avanços se ligavam a iniciativas conjuntas e mútuas, públicas e privadas, como esforço para propiciar avanços econômicos, sociais e culturais à cidade.

2.2 Wenceslau Braz e suas ligações políticas

Wenceslau Braz nasceu em 26 de fevereiro de 1868, na então São Caetano da Vargem Grande, atual Brazópolis (MG). Foi personagem importante para a cidade como político. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890, projetou-se na política logo, como ele mesmo costumava dizer. Texto transcrito por Andrade (1968, p. 97) evidencia sua precocidade ante a política:

Fui político, muito político mesmo, desde os meus doze anos. Já por essa ocasião, estava a par, tanto quanto possível, da política brasileira. Acompanhava a organização dos ministérios, as discussões parlamentares, sabia o nome e o valor dos ministros, de quase todos os senadores e deputados, especialmente dos que maiores projeções tiveram na opinião pública. Quantas vezes fui consultado sobre o assunto pelos mais velhos do que eu!

Nascido em “berço esplêndido” — o berço da elite política representada pelo pai, Francisco Braz Pereira Gomes, e pela mãe, Isabel Pereira dos Santos. Assim, desde a adolescência esteve envolvido com projetos sociais ou políticos, pois acompanhava os passos dos pais na carreira política. Estudante nos tempos da monarquia, organizou o Partido Republicano e Abolicionista em São Caetano da Vargem Grande, onde “[...] consegue convencer os fazendeiros da região a libertação dos escravos e fundou com amigos cursos de alfabetização na região, seguindo os ideais republicanos” (MENCARI, 2019, p. 68).

FIGURA 14. Wenceslau Braz na clássica pose de busto com olhar na transversal, posição rígida e seriedade na feição



FONTE: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

A primeira escola isolada de que se têm informações no município era da fazenda Bom Sucesso, na casa do capitão Manoel José Pereira Gomes, avô paterno de Wenceslau Braz. Em 1856, seu pai se estabeleceu no povoado, onde estava claro “[...] **que os alicerces de uma Nação só se erguem firmes sôbre as colunas do saber**” (PUGLIESI, 1952, p. 49). Assim, era preciso instruir a prole para que dominasse o saber; e Evaristo de Oliveira Rebêlo, que havia começado a lecionar em Brazópolis em 1860 se incumbiu de ser professor de Wenceslau Braz depois.

Com efeito, a influência e o prestígio da família eram fortes. Desde os tempos do avô paterno houve iniciativas em prol de avanços na região. Andrade (1968) faz alusão à atitude conciliatória na política exercida por Wenceslau Braz, como herança da prática e vivência com o pai. Em sua análise da elite mineira, Wirth (1982, p. 122) apresenta uma ordem social centrada num clã em que ocorria organização das famílias dominantes por regiões do estado, a fim de formar grupos de poder.

As carreiras múltiplas eram comuns na elite mineira: um homem podia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual. O desempenho de muitas funções profissionais lhe dava o **acesso às “panelinhas” dos amigos. Esses pequenos círculos** compartilhavam informação e acesso aos mais poderosos e influentes em âmbito estadual e federal.

Como resultado, já adulto, Wenceslau Braz formava a tríplice de líderes políticos sul-mineiros ao lado de Silviano Brandão e Júlio Bueno Brandão. A região sul **lançou representantes nos governos estaduais, resultando em “[...] forte presença política em Minas Gerais, dos cinco governadores de 1898 a 1918, quatro eram originários da região: Francisco Sales (1902–1906), Wenceslau Braz (1909–1910), Júlio Bueno Brandão (1908 a 1909/19 e 1910 a 1914) e Delfim Moreira (1914–1918)”** (BALBINO, 2021, p. 51). A atuação política de Wenceslau Braz o projetou no cenário político estadual e, depois, no nacional. Foi deputado estadual pelo PRM 1892 a 1898; secretário na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, 1898–1902; deputado federal pelo PRM, 1903–8; presidente do estado de Minas Gerais 1909–10; vice-presidente da República, 1910–1; presidente da República em 1914 a 1918. Também foi responsável pela fundação da Companhia Industrial Sul-Mineira, em 1912, assim pela sua presidência.

O pensamento político de Wenceslau Braz se ancorava nos ideais republicanos que permearam o campo social e político na Primeira República. Ele compreendia a educação como meio de viabilizar o progresso social e econômico. Enquanto secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, em relatório anual destacou a importância dos grupos escolares, “[...] adotados pelas nações mais cultas do velho e novo mundo e por alguns Estados da República, como era o caso de São Paulo” (GUIMARÃES, 2007, p. 50). Com efeito, os grupos escolares, através da reforma da instrução pública no estado de São Paulo, representaram importante marco na história da educação, indicando a união das escolas isoladas e a tentativa de escolarizar o todo da população. Saviani (2014, p. 19) afirma que, “[...] embora essa reforma paulista não tenha chegado a se consolidar, a tendência que ela representava acabou por se impor, tornando-se referência para os demais estados ao longo da Primeira República”.

Acerca do ensino profissional, mensagens presidenciais redigidas por Wenceslau Braz como presidente e encaminhadas ao Congresso Nacional entre 1914 e 1918 denotam a visão de ensino profissional, além de exprimirem preocupações. No primeiro ano eleito como presidente, ele frisou

A mutualidade, iniciada nesses estabelecimentos de ensino, com a fundação de associações para estimular, entre os habitantes dos diversos Estados da União o interesse pelo ensino profissional. Pena é que as condições financeiras do Paiz tivessem forçado o Congresso Nacional a supprimir a verba destinada ao pagamento das diárias dos alumnos, o que forçosamente diminuirá a intensidade de vida dessas associações, cujos fundos são, em grande parte, constituídos pela contribuição dos alumnos. [...] Já terminaram o seu curso muitos aprendizes, que, tendo a educação e o preparo recebidos nesses institutos, estão aptos a entrar na luta pela vida, com probabilidades de bom exito. O problema do ensino profissional, entretanto, por sua vastidão e complexidade, exige muito mais do que as actuaes escolas de artifices. Desde a escola primaria até os institutos formadores do professorado, o ambito ultrapassa, em muito, os estreitos limites dos quadros actuaes. Para este assumpto, de importancia vital para o Paiz, está chamada a attenção do Governo. Máo grado as difficuldades financeiras do momento, uma solução será achada que permita pôr em pratica as promessas do meu manifesto inaugural (GOMES, 1915, p. 130-1).

Em 1916, ainda nas mensagens presidenciais, o ex-presidente Wenceslau Braz demonstra preocupação com as escolas de aprendizes e artifices, pois a maioria não tinha instalações devidas, prédios próprios e condições favoráveis para melhorar o

aproveitamento do ensino. Alegava que “[...] os Estados não têm atendido ao apelo que neste sentido lhes fez o Governo Federal, nos termos do art. 1º, paragrapho unico, do decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909” (GOMES, 1916, p. 96). Este artigo decretava que essas **escolas seriam instaladas** “[...] em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim” (BRASIL, 1909, p. 1). Na mesma mensagem ele diz que compreende a deficiência, mas a associa à situação financeira do país. Das mensagens de 1916, destacamos certo intento quando se afirma que seria profícuo o governo poder enviar alunos com aptidão e aproveitamento escolares maiores para estudar em oficinas de países da Europa ou dos Estados Unidos; a intenção seria que voltassem após certo tempo em condições de melhorar a formação de mestres e contramestres para o ensino no Brasil.

Compreendemos que o decreto 7.566 de 1909 marca o início oficial do ensino profissional e que “[...] estava implícito neste sistema educativo de abrangência federal e desvinculando da educação tradicional, uma formação profissional com objetivo de criar uma espécie de reserva de mercado para as elites e classes médias a ela **associadas**” (CARVALHO, 2019, p. 13). Destacamos a criação da Escola Normal de aprendizes e artífices por Wenceslau Braz, em 1917, visando atender ao decreto 7.566 de 1909. Foi inaugurada na capital do país e teve sua jurisdição transferida ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em seguida.

Localizada no prédio do antigo palácio do Duque de Saxe, a escola oferecia cursos de formação para mestres e professores do gênero masculino e feminino. Ela fez parte de um conjunto de ações com o objetivo de reorganizar as Escolas de Aprendizes Artífices, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. O seu ensino deveria integrar a teoria e prática, de forma que os profissionais lá formados reproduzissem essa prática nas Escolas de Aprendizes Artífices e assim pudessem melhorar a qualidade da formação oferecida por essas escolas (LUCAS; MEDEIROS NETA, 2020, p. 4).

Nas mensagens presidenciais de 1918, Wenceslau Braz discorreu sobre a “importantíssima missão” (GOMES, 1918, p. 91) das Escolas de Aprendizes e Artífices, “[...] cumprindo ao País educar e robustecer as gerações futuras na escola e na oficina nacional” (GOMES, 1918, p. 91). Porém, lamenta não corresponder estas escolas à “concepção moderna” de ensino profissional, acreditando que conviria prover

“[...] á semelhante lacuna pelo tirocinio industrial dos alumnos em grandes estabelecimentos profissionaes, mediante accôrds que se fizerem necessarios, tirocinio esse cuja inspecção caberia ás proprias escolas" (GOMES, 1918, p. 91). Em vista disso, evidenciamos as preocupações do ex-presidente com o ensino não apenas no nível primário, mas também o profissional.

Em Minas Gerais, como Carvalho (2013) destaca, as reformas educacionais durante a Primeira República almejavam pôr em “curso o projeto de modernização do estado”. É caso do decreto 2.836 de 1910, reforma Wenceslau Braz do Ensino Normal. Acerca desse projeto, Mourão (1962, p. 176) **afirma que** “[...] apresentou um notável progresso relativamente à Reforma João Pinheiro do mesmo grau de ensino, porquanto estabeleceu que o curso Normal seria de quatro anos, quando era apenas de três no regime do estadista serrano”.

Enquanto esteve na presidência do país, logo de início Wenceslau Braz enfrentou dificuldades econômicas após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que acarretou um surto industrial no país. Também teve de lidar com a guerra do Contestado (1912–6) e greves operárias, com auge em 1917, no estado de São Paulo, mas extensíveis a 1920. Não por acaso, sancionou-se o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, a lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Sobre a guerra, convém replicar Carone (1974, p. 314):

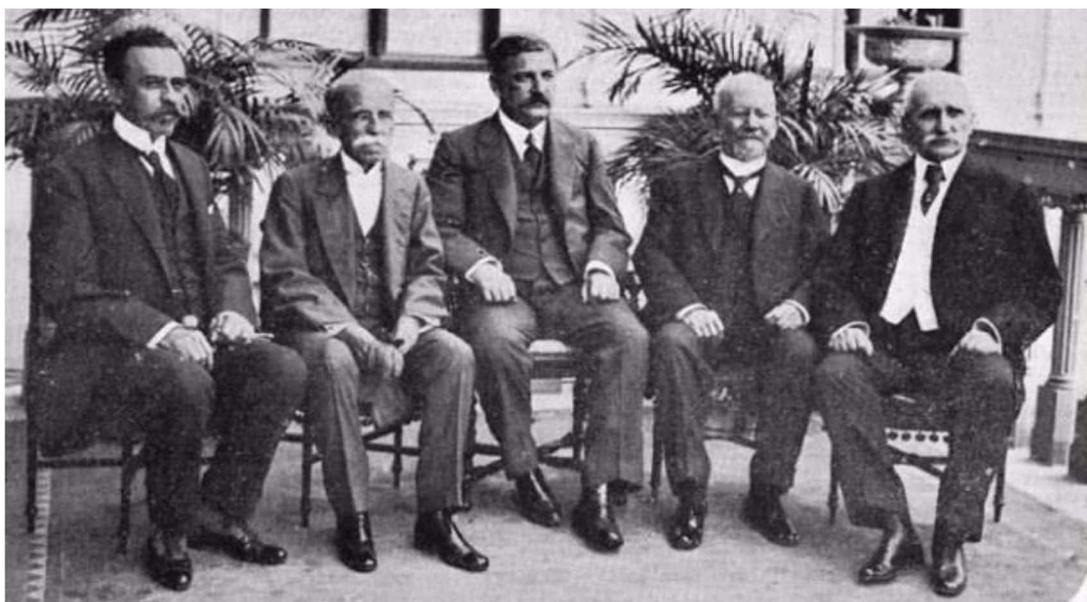
A guerra mundial e suas conseqüências econômicas aparecem como fatores fundamentais neste período. Daí a existência de uma série de manifestações, que partem do movimento operário e das camadas médias, atingindo as forças armadas. Como conseqüência da situação mundial, o Brasil acaba declarando guerra à Alemanha (a pretexto de afundamentos de navios mercantes nacionais — 26.10.1917). Nessas circunstâncias, é instaurado o estado de sítio, que dura até o fim da beligerância internacional; e, pouco antes a Câmara Federal decretará a anistia a todos os revoltosos de 1889 a 1915, com exceção do caso da revolta dos sargentos.

Andrade descreve Wenceslau Braz como pacifista e agente da concórdia, um “costumaz [sic] conciliador” (ANDRADE, 1968, p. 247). Mesmo que tenha dito antes ser neutro na Guerra Mundial, mais tarde seu comportamento foi **dado como** “[...] tão correto que a Inglaterra não se furta a proclamar a neutralidade exemplar do Brasil (ANDRADE, 1968, p. 249). Mas se declara guerra ao império alemão em 26 de outubro de 1917. Andrade (1968, p. 253) relata uma entrevista cedida por Wenceslau Braz 47

anos depois do ocorrido. Ele disse: “Veja só: um homem de paz, declarando a guerra!”. Outro ocorrido durante o período dele na presidência foi a gripe espanhola no Brasil, que provocou a morte de mais de 35 mil brasileiros. Após seu mandato, afastou-se da política nacional para se dedicar a iniciativas nos setores sociais e econômicos da região; ou seja, foi residir em Itajubá e lá ficou até sua morte, em 15 de maio de 1966.

Convém destacar as ligações políticas de Wenceslau Braz. Há registros fotográficos revelam o nível de sua rede contatos e relações políticos *mesmo após* seu período na presidência do Brasil.

FIGURA 15. Rui Barbosa (2º à esq.) e o presidente Wenceslau Braz (centro) em 1917, em reunião sobre a guerra



FONTE: Agência Senado

Então senador, Rui Barbosa foi uma influência e conselheiro importante para Wenceslau Braz enquanto esteve na presidência do país. Na verdade, havia se destacado como figura elementar no campo político e social. Foi ministro da Fazenda no primeiro governo após a Proclamação da República, senador, advogado, jurista, jornalista, diplomata, ministro, deputado, ensaísta e presidente da Academia Brasileira de Letras. Em 1907, representou o Brasil na Conferência de Paz de Haia, onde discursou a favor dos países fracos contra os interesses das potências. Foi o suficiente para lhe dar notoriedade internacional. Rui Barbosa criticava o império diariamente quando “acastela-se no Diário de Notícias” antes da Proclamação da República. Dessa forma,

“[...] o amor ao sistema federativo, que a Monarquia se escusou de adotar, lança-o, assim, nos braços da República, para cujo advento tanto vai contribuir” (ANDRADE, 1968, p. 72). Influuiu decisivamente na elaboração da Constituição de 1891 e se faz presente em momentos-chave da Primeira República. Com frequência foi consultado por líderes políticos.

FIGURA 16. Wenceslau Braz e Hermes da Fonseca no Palácio da Liberdade



FONTE: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas

Oitavo presidente do Brasil, entre os anos 1910 e 1914, Hermes da Fonseca teve Wenceslau Braz como vice-presidente e sucessor no Palácio da Liberdade. Fonseca nasceu em São Gabriel, RS, onde foi da vida militar à de político, sobretudo graças aos vínculos familiares com o presidente da República Deodoro da Fonseca, de quem era sobrinho. Foi aluno do político Benjamin Constant, que o instruiu sobre ideais positivistas. Presidiu o país em meio à política do café com leite, iniciada com o arranjo

que elevou Campos Sales à presidência e foi até 1909. Mas houve “[...] dissidência entre os dois estados que facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul à cena da política nacional” (FAUSTO, 2018, p. 154). Daí a vitória de Fonseca. Mas, como era preciso preservar vínculos, a vice-presidência com Wenceslau Braz matinha parte do arranjo político de paulistas e mineiros. Carone (1972, p. 264) afirma que “[...] a campanha eleitoral de Hermes da Fonseca desperta, nas oposições e em certos setores oposicionistas independentes, uma certa esperança de luta contra as oligarquias”.

Com efeito, na campanha para presidência em 1909, Hermes da Fonseca contou com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos militares. São Paulo lançou a candidatura de Rui Barbosa, em aliança com a Bahia. Este propunha em campanha a defesa de princípios democráticos e o voto secreto; “[...] sua campanha se apresentou como luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário”. A vitória de Fonseca causou desesperanças “[...] na restrita intelectualidade da época” (FAUSTO, 2018, p. 154).

FIGURA 17. Lair Tostes, Olegário Maciel, Wenceslau Braz e João de Resende Tostes, Juiz de Fora (MG), data imprecisa entre janeiro e setembro de 1933



FONTE: Guia dos Arquivos do CPDOC, Fundação Getúlio Vargas

Na figura 17, registrada em 1933, destacamos Wenceslau Braz (3º eq./dir.) ao lado de Olegário Maciel (2º eq./dir.), Lair Tostes (4º eq./dir.) e João de Resende Tostes (4º dir./esq.), já após a Revolução de 1930. Com isso, evidenciamos as relações políticas de Wenceslau Braz mesmo após o fim da Primeira República e seu afastamento da política nacional. Fausto afirma (2018, p. 178) que “[...] no início de 1929, após a presidência relativamente tranquila de Washington Luís, surgiu uma cisão entre as elites dos grandes estados que acabaria por levar ao fim da Primeira República”.

Tal encerramento ocorreu em razão de fatos diversos. Mineiros e gaúchos entraram em acordo: realinharam seus interesses mútuos e se aproximaram de acontecimentos da eleição de 1909–1910. Em 1929, eclodiu a crise mundial, que pôs a cafeicultura em situação preocupante, ou seja, rompeu o elo entre setor cafeeiro e governo federal. Em julho, João Pessoa foi assassinado por um adversário político. Em 1930, a revolução estourou de início, a 3 de outubro, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Integrantes da cúpula militar depuseram o presidente no Rio de Janeiro no fim de outubro. Getúlio Vargas inicia o “período getulista”, chegando ao Rio de Janeiro acompanhado por três mil soldados gaúchos.

Mencari (2019, p. 14) destaca que Wenceslau Braz se tornou “[...] figura-chave do xadrez político-partidário [...]”, pois tinha habilidade e capital político que ultrapassaram o período em que foi presidente. “Nos mandatos subsequentes continuou a ser um líder político relevante e consultado [...]”; mesmo após o fim da Primeira República. Andrade (1968) afirma que Wenceslau Braz chegou a ser cogitado para suceder Vargas em 1934 (FIG. 18).

Poucos presidentes podem se orgulhar de terem completado o mandato com aprovação popular. Durante a Primeira República, menos ainda [...] Durante os eventos que culminaram na chamada Revolução de 1930 Wenceslau fazia parte da comissão executiva do PRM e esteve presente em reuniões de cúpula partidária, apoiando os compromissos assumidos por Antônio Carlos com a reação armada contra o presidente Washington Luís (MENCARI, 2019, p. 14; 187)

FIGURA 18. Wenceslau Braz, Getúlio Vargas, no fundo Eurico Dutra — Itajubá, MG, entre 1935 e 1945



Registro de cumprimento de Vargas ao visitar Wenceslau Braz na cidade de Itajubá. A expressão sugere mais que uma visita oficial, ou seja, sugere aliança.
FONTE: Guia dos Arquivos do CPDOC, Fundação Getúlio Vargas

Outro aspecto importante para destacarmos acerca da figura influente de Wenceslau Braz é sua ligação com a Igreja Católica. Assim como o pai, ele seguiu preceitos religiosos do catolicismo da época e sua atuação recebe influência desse aspecto. Ressaltamos um trecho de seu discurso proferido como paraninfo de turma durante colação de grau das alunas da Escola Doméstica de Santa Terezinha de Pouso Alegre, em 1935.

Cuidai sempre de manter uma perfeita concordancia entre a vossa prédica e a vossa acção, porque vos imporeis ao respeito de todos e tereis sempre a tranquillidade de vossa consciencia. Quem préga alguma verdade e pratica o contrario della merece e terá a risóta publica. Sêde boas para com todos. Sêde alegres. As carrancas se não amedrontam, afugentam... Sêde generosas para com o proximo. Somos, em regras, muito severos e exigentes para com os outros e extremamente cosdescentes para com nossas imperfeições. Sêde pacientes nos soffrimentos e na adversidade. Quase sempre o acontecimento, que nos faz soffrer, não tem a importancia, que lhe ligamos no momento. Passados tempos, verificamos que foi um bem e que nos pareceu um grande mal ou pelo menos teve um lado bom. Na peor hypothese, esquecemo-nos completamente do acontecimento, o que prova não ter tido elle a importancia capital, que lhe attribuímos. Nós, catholicos, devemos receber o soffrimento com resignação, transformando-o e merecimento para a nossa alma. A cruz de cada um não é demasiadamente pesada quando a tocamos na cruz do Divino Mestre. E agora, minhas queridas paranympadas, preciso terminar e o faço agradecendo mais uma vez a extrema bondade de vosso convite e fazendo calorosos votos ao Altissimo pela vossa felicidade. Que o Bom Deus voa illumine e proteja na trajectoria da vossa existencia (A SEMANA RELIGIOSA, 14 dez. 1935, p. 1–2).

Como se lê, o discurso destaca a importância da educação contra as mazelas da sociedade e ressalta a relevância da educação feminina para a ordem moral e religiosa. Na mesma medida, lamenta não serem estas instituições objetivo das constantes cogitações dos políticos de outros estados.

Das instituições assistencialistas que tiveram Wenceslau Braz à frente de sua instalação — e administração confiada às irmãs da Providência de Gap de Itajubá, cabe lembrar —, Brazópolis inclui a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Inválidos Dona Maria Adelaide, a Escola Doméstica; e Itajubá, a Santa Casa de Misericórdia. Entende-se que

[...] no intervalo que vai da destruição da antiga ordem escravista, na segunda metade do século XIX, e a revolução de 1930, há um vazio que se abre. À falta de um seguro contra enfermidades, e acidentes de trabalho, são as Santas Casas que irão acolher os trabalhadores como indigentes, os orfanatos que irão acolher as crianças órfãs e abandonadas. Na falta de uma previdência social que assegurasse uma aposentadoria àqueles que, apesar de tudo, alcançavam uma velhice sem amparo, multiplicavam-se os asilos, naturalmente com religiosas para cuidar dos velhos (BEOZZO, 1983, p. 104).

Portanto, estabelece-se um enlace entre as obras na região por iniciativas particulares conduzidas por Wenceslau Braz e a congregação das irmãs, que apresentaremos a seguir.

FIGURA 19. Wenceslau Braz e Dom Carmelo Motta, 1947



FONTE: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

Como se vê, a figura 19 flagra Wenceslau Braz atrás de dom Carmelo de Vasconcellos Motta, primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (1952–8). O registro aconteceu durante passagem da imagem de nossa senhora Aparecida pela cidade de Itajubá. Antes, ele e outros líderes da política mineira haviam feito um convite a dom Vasconcellos Motta quando ainda era padre, em 1918, para lançar sua candidatura a deputado federal. Ele recusou o convite. Alegou incompatibilidade entre política e ofícios sacerdotais.

Em suma, Wenceslau Braz se destaca no âmbito regional e nacional, na política e no prestígio religioso. Não por acaso, Bello (1972, p. 234) o caracteriza como “[...] paciente, contemporizador, maleável, tolerante por índole e cálculo”. Importante figura política mineira, fez-se insigne por seu trabalho: realizações imateriais e obras materiais.

2.3 A Congregação Irmãs da Providência de Gap

Durante o período colonial, a Coroa proibiu que ordens religiosas abrissem conventos e mosteiros na região do ouro e dos diamantes. Assim, cessou “[...] a entrada dos religiosos para a região das minas: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”, o que dificultou a presença dessas ordens no sul. Os lazaristas membros da Congregação da Missão marcavam a presença religiosa mais importante com seu colégio do Caraça, com o ofício de formar o clero das dioceses de Mariana e Diamantina e missões populares (BEOZZO, 1983, p. 90).

Azzi (1983, p. 17) ressalta mudanças na Igreja Católica durante o segundo reinado,

Os religiosos assumem também parte importante na pregação das missões populares entre o povo, visando substituir, pouco a pouco, o tradicional catolicismo luso-brasileiro, marcado pelo culto dos santos, pelo catolicismo romano, com ênfase na doutrina e na prática sacramental. Mas é sobretudo nos centros urbanos, junto à burguesia emergente, que os religiosos atuaram de forma mais eficaz, sobretudo através da instituição de colégios, e das inúmeras igrejas e paróquias que vão sendo confiadas aos seus cuidados.

Como vimos, a laicização do Estado defendida pelos republicanos possibilitou a vinda de congregações, o que era refreada pela Coroa. Beozzo (1983, p. 93) apresenta dados das congregações femininas no Brasil em 1857: “[...] 80,0% das casas de

religiosas concentram-se nas mesmas quatro dioceses [que masculinas]: Bahia (23,3%), Rio de Janeiro (30,0%), Pernambuco (16,6%) e São Paulo (10,0%)”. A diocese de Diamantina não possuía nenhum estabelecimento religioso feminino. Esse panorama nacional mudaria com a República.

De acordo com Beozzo (1983), à luz de dados obtidos pelo Centro de Estatística Religiosa e de Investigação Social, chegou ao Brasil em 1904 a Congregação Irmãs da Providência, fundada no século XVIII, pelo sacerdote francês João Martinho Moye, na cidade de Gap, França. Pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais⁴⁵ (2012), o projeto do sacerdote Moye

[...] consistia em oferecer amparo, educação e formação religiosa às jovens que viviam nos arredores da cidade de Metz. Mais tarde, suas alunas partiram com a mesma missão para povoados onde não havia escolas, localizados na região de Lorena. A primeira instituição de ensino teve início em Vigy em 14 de janeiro de 1762.

Em 1754, Moye assumiu a paróquia de Saint-Victor, na cidade de Metz. Nesse período, viu a necessidade de enviar professoras para instruir crianças e adultos nas aldeias desacolhidas nos arredores da cidade. Essas professoras eram voluntárias que contribuiriam para o projeto de Moye. Balbino (2018, p. 100) afirma que “[...] a falta de estrutura para realização desse projeto colocaria estas piedosas moças à mercê da providência”.

A educação cristã voltada à promoção humana foi alicerce para se aceitar a incumbência em meio aos mais pobres e marginalizados (RENNÓ, 2002). Dedicadas à congregação e à religiosidade, à “mística de Providência”, as irmãs abdicavam de honorários; antes, viam-se com um papel e uma missão: serem “[...] mulheres de Oração vivendo a experiência do Deus Providente” (RENNÓ, 2002, p. 27).

⁴⁵ Homenagem feita pela Associação Legislativa de Minas Gerais à Congregação das Irmãs da Providência de Gap. A solenidade foi realizada em 13 de agosto de 2012, em reunião especial do plenário da assembleia, a pedido do parlamentar Ulysses Gomes (Partido dos Trabalhadores).

Mlle. Fresne tinha 54 anos quando Pe. Moye a associou ao seu projeto. Em sua casa ela formou as primeiras Irmãs professoras enviadas às escolas. Era admirável na arte de lhes inspirar os sentimentos de abandono à Providência, de caridade, de zelo pela salvação das almas, sentimentos que transpareciam em sua própria personalidade. Não somente trabalhou na formação das primeiras Irmãs, como lhes serviu de mãe em todas as ocasiões. Dispensava a todas uma ternura maternal e eficaz, tomando conta de tudo, consolando-as e encorajando-as. Mulher dinâmica, de forte espiritualidade, sensível e perspicaz no relacionamento humano (RENNÓ, 2002, p. 49).

Dessa forma, constituíam-se as irmãs de mulheres dedicadas à educação de crianças e jovens das regiões que eram indicadas pelos clérigos, formalizando e contribuindo para fundar e consolidar a congregação; congregação que havia expandido “[...] suas casas e escolas para outras regiões na Europa, principalmente na fase de laicização das escolas na França que força a transferência das irmãs para Espanha e **Brasil**” (BALBINO, 2018, p. 101).

A formalização da Congregação diante da Santa Sé foi ratificada pelo papa Pio IX, em 1859, após anos de espera por respostas do pedido enviado junto a cartas postulatórias que manifestavam os serviços prestados e a emissão dos votos religiosos das irmãs. Em 30 de maio de 1858, durante o tempo de espera, a Congregação de Bispos e Regulares publica um decreto, de que ressaltamos o trecho a seguir.

Há quase um século existe na França uma piedosa Sociedade de Irmãs ditas da Providência, que se propagou e se espalhou nas várias dioceses e mesmo fora da França. Tem sua Casa-Mãe na diocese de Saint-Dié e é governada por uma Superiora Geral, e tem por objetivo principal a educação — cristã da juventude, sobretudo nas Paróquias do Interior. [...] Sua Santidade confia que as Irmãs recomendadas por este testemunho público da Santa Sé Apostólica se apliquem com um novo ardor atingindo o fim proposto, que caminhem de virtude em virtude, rivalizando-se em zelo cada dia por uma perfeição mais plena, e trabalharão com todas as forças para inspirar às jovens o amor das virtudes cristãs e o desprezo às vaidades e prazeres do mundo. Roma, Secretaria da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, 30 de maio de 1859 (RENNÓ, 2002, p. 74).

O perfil da congregação se compõe da dedicação a promover a educação cristã nos arredores das cidades francesas; porém, ocorre concomitante à revolução (1789–99). Dessa forma, com a propagação de ideias iluministas, como a defesa da liberdade e

do constitucionalismo, o combate aos privilégios da aristocracia francesa e o fim do Antigo Regime, difundia-se a defesa da separação do Estado e da Igreja.

Voltaire (1694–1778), grande escritor, límpido, espirituoso e elegante, e tantos outros intelectuais brilhantes colocaram a Igreja numa posição de ré. Deístas e ateístas adquirem muitos adeptos, pois, intelectualmente, a Igreja era batida pelas armas da erudição. A primeira enciclopédia (sec. XVIII), dicionário raciocinado do conhecimento científico, em seu escrito, atacava a cada passo a igreja Católica (BARRADAS, 1998, p. 43–4).

A vinda de congregações religiosas da Europa é caracterizada, por vezes, ao quadro de mudanças políticas que ocorreram nesse período pós Revolução Francesa, chegando à supressão e expulsão de religiosos desse país. Como é o caso da Congregação das Irmãs da Providência,

Na França, o Ministério Waldeck-Rousseau, visando controlar a influência dos 200.000 religiosos franceses sobre a sociedade, faz votar a lei de 1º de julho de 1901 que estabelece o estatuto das congregações religiosas. A Lei foi aplicada de maneira maldosa por seu sucessor, Combes, levando à dispersão em 1903 de mais de 30.000 religiosos. [...] A lei de separação entre a Igreja e o Estado de 1905 aumentou a insegurança das ordens e congregações, muitas das quais emigraram (BEOZZO, 1983, p. 127–8).

Em 10 de junho de 1904, com destino ao Brasil, saíram de Lectoure, cidade francesa onde se localizava o convento da Congregação das Irmãs da Providência de Gap, as irmãs Maria Raphael Combe,⁴⁶ Maria Ferdinand Benquet, Maria Marcial Rchet, Maria Eugénie Courtiés, Maria Valérie Viguerie e Maria Isabel Cadays. Chegando à cidade de Carmo do Rio Claro (MG) no dia 2 de julho, após trajeto fluvial e férreo. O grupo incluía “[...] duas educadoras, uma serviçal, uma farmacêutica e uma enfermeira com larga experiência, por ter trabalhado em vários hospitais e Santas Casas dirigidas pelas Irmãs da Providência, na Europa” (RIBEIRO, 2007, p. 46). Em 15 de

⁴⁶ Madre Maria Raphael Combe (1869–1925) nasceu em Montpzt, Gerz, França. Recebeu o hábito de religioso das Irmãs da Providência aos 18 anos de idade. Sempre esteve ligada à educação, sua missão era de educadora missionária. Atuou como diretora de escolas e fundou uma instituição para surdos e mudos, a qual dirigiu até 1903. No Brasil, tendo sempre o seu lema “Deus só e sempre avante”, realizou grandes obras: o Colégio Sagrado Coração de Jesus e Maria na cidade de Carmo do Rio Claro; em Itajubá fundou o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Instituto de Surdas e Mudas, o Educandário Santa Isabel, destinado a meninas carentes, e um noviciado, hoje o Convento e Província Leste da Congregação das Irmãs da Providência de Gap. Itajubá, centro escolhido por esta religiosa, tornou-se o ponto de partida para estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Sergipe e Minas Gerais nas regiões sul, norte e leste (FERNANDEZ, 2001; RENNÓ, 2002).

agosto, foi inaugurado em de Carmo do Rio Claro o Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria, das irmãs, em um sobrado cedido por uma moradora da cidade, Maria Umbelina Vilela, conhecida como Maria Goulart. A ligação com ela, o bispo e as irmãs representaria a aproximação entre Igreja e burguesia local. Balbino (2019, p. 102) afirma que “[...] por um período de quatro anos nesse local foi possível funcionar salas de aula, dormitórios, refeitório, cozinha, lavanderia etc. A senhora Goulart passou a fazer parte do cotidiano das irmãs educadoras”.

A vinda das irmãs ao Brasil contemplava o pedido do bispo D. Nery da diocese de Pouso Alegre, que contou com a intercessão de Dom Tonti, Núncio Apostólico no Brasil. Em Chambery a irmã Maria Raphael Combes tomava as iniciativas para vinda das irmãs ao Brasil. Em Carmo do Rio Claro o bispo contaria com o apoio imprescindível de uma rica senhora moradora da cidade, Maria Umbelina Vilela conhecida por Maria Goulart. Viúva de Manoel Goulart de Andrade não teve filhos, portanto decide ajudar seus sobrinhos e as obras da igreja. Tinha um sonho de criar uma casa de instrução para meninas em sua terra, que se tornou realidade com a chegada das irmãs (BALBINO, 2018, p. 101).

Em 1908 foi instalado um noviciado, a Casa de Formação, em Carmo do Rio Claro a fim de preparar jovens para “formar irmãs” com intuito de ministrar aulas e catecismo. Porém, dadas as dificuldades para a expansão das atividades educacionais e comunicação das irmãs, Maria Raphael Combes apelou a dom João Batista Correa Nery, bispo da diocese de Pouso Alegre (MG). Expôs a intenção de estabelecer o convento em uma região com melhor acesso. “A comunicação só era possível fazendo uso da navegação e de cavalos. Assim, a madre Maria Raphael quis estabelecer-se em outra região que contasse com melhor infraestrutura” (BALBINO, 2019, p. 102). Em 1913, o noviciado foi transferido para Itajubá.

Em 1907, as irmãs receberam duas solicitações para novas obras, em Campinas e em Itajubá. “Madre Maria Raphael escolheu Itajubá por ser um centro menor que Campinas” (RENNÓ, 2002, p. 84). Chegaram a Itajubá, no dia 21 de junho de 1907, irmã Raphael Combes, irmã Du Sauveur Bacque, irmã Maurice Larrieu, irmã Zacharie Poirier e irmã Marcial Ratchet. Rennó (2002, p. 85) afirma que “[...] foram recebidas na estação da estrada de ferro pelo Pároco Pe. Marçal e por numerosa multidão. Houve cordial recepção na Casa Paroquial onde elas ficaram hospedadas até às vésperas da abertura das aulas”. Mais: a recepção incluiu autoridades políticas e religiosas. Maria

Raphael antepôs às orientações seguindo as quatro virtudes fundamentais da congregação: a pobreza, o abandono, a simplicidade e a caridade, tendo como projeto educacional promover a educação cristã (RENNÓ, 2002).

Destacamos a expansão da presença das irmãs na região. Ao longo dos anos, estenderam suas instalações a outras cidades na gestão de outras instituições educacionais, como destaca Rennó (2002, p. 86),

Itajubá presenteou à Providência quarenta e uma vocações, na maioria alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Nossos Colégios nas cidades de Brasópolis, Caxambú, Engenópolis, Ouro Fino, Passa Quatro, Paraguaçu e Silvianópolis foram sempre sementeiras de vocações. Com a instalação das Escolas Estaduais foram fechados ou passados de escolas particulares à escolas Estaduais. A Sociedade Itajubense reconhece a influência da educação recebida dessas abnegadas Educadoras, revelando conduta, cultura e arte na formação das famílias e da Mulher Itajubense.

A criação do colégio Coração de Jesus e Maria em Carmo do Rio Claro, sob gestão das irmãs, “[...] contribuiu para a formação de um *habitus* católico nas meninas e jovens da região, ensejou a possibilidade de assegurar a produção, reprodução e difusão dos bens e valores religiosos” (RIBEIRO, 2007, p. 47). Propiciou expansão de institutos educacionais destinado à educação cristã e confiados à administração das irmãs.

Em suma, a congregação se ampara em quatro pilares: “Mística da Providência”, se entregando ao coração e este conduzirá para a ação e atendimento ao povo que necessita; a “Mística da Educação”, seguindo o projeto do padre João Martinho Moyer com a missão de educar, propiciar a educação aos marginalizados; a “Mística do Servir é lutar pelo povo, resgatar a liberdade a dignidade humano-cristã, evangelizar e promover”; e a “Mística da Saúde”, as irmãs se fazem como “anjo tutelar”, atendendo ao idoso, o paciente e os moribundos (RENNÓ, 2002, p. 17). O quadro a seguir apresenta instituições criadas pela sociedade civil e/ou religiosa destinadas às atividades ou confiada a administração das irmãs da Providência nas primeiras décadas do século XX.

QUADRO 2. Instituições sob gestão das Irmãs da Providência

ANO DE FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CIDADE	SEGUIMENTO
1904	Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria	Carmo do Rio Claro	Educação
1907	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Itajubá	Educação
1912	Escola Normal e Instituto de Surdas-Mudas	Itajubá	Educação
1920	Orfanato Nossa Senhora de Lourdes	Pouso Alegre	Assistencial e Educação ⁴⁷
1921	Hospital Regional Samuel Libânio	Pouso Alegre	Saúde
1924	Asilo dos Inválidos Dona Maria Adelaide	Brazópolis	Assistencial
1927	Escola Doméstica de Brazópolis	Brazópolis	Educação
1929	Escola Doméstica Santa Terezinha	Pouso Alegre	Educação
1945	Hospital São Caetano	Brazópolis	Saúde

FONTE: dados derivados da pesquisa — elaboração: Palloma V. N. Silva

A congregação se destinou a três frentes de trabalho no sul de Minas Gerais: educação, assistencialista e saúde. Algumas dessas instituições atenderiam crianças e jovens marginalizados, outras instituições como a Escola Doméstica de Brazópolis atenderiam filhas de famílias mais abastadas da região. A primeira instituição foi inaugurada em 1907, na cidade de Itajubá, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, com 41 matriculadas.

FIGURA 20. Colégio Sagrado Coração de Jesus e Instituto de Surdas e Mudas



FONTE: Ribeiro (2007, p. 48)

⁴⁷ O orfanato oferecia o Ensino Primário e formação para atividades domésticas de crianças (BALBINO, 2020).

Em 1909, surgiu o projeto de transformar o colégio em Escola Normal. Wenceslau Braz esteve à frente, indicando uma comissão para a compra do terreno e construção do prédio. Em 1912, com apoio dele, então vice-presidente da República, e da elite, inaugurou-se o novo prédio — vide figura 20 — e expandiu-se o colégio, fundando a Escola Normal de Itajubá e o Instituto para Surdas e Mudas, também em Itajubá. A atuação das irmãs nesse instituto incluiu contratar leigos para a docência ante a escassez de irmãs — sem muito apoio da sede na França — e aumentar o número de matrículas. Há relatos de que desde a inauguração da instituição a Congregação tenha recebido assistência de leigas e leigos para o trabalho comum. Rennó (2002, p. 85) destaca uma anotação de madre Maria Raphael onde relata que:

As alunas se multiplicaram. No oitavo dia já temos 46 inscrições só para o externato. Pedem-nos lições particulares de música, desenho, pintura e línguas. O pessoal é insuficiente. Há o pedido para abrir o internato em primeiro de agosto, mas como fazê-lo visto que Irmã Marcial tem de voltar para o Carmo? E se não nos mandam Irmã professoras da França? O coração de Jesus está conosco! Certamente, proverá a todas as necessidades se colocarmos Nele só toda a nossa Confiança.

Balbino (2018, p. 105) afirma que a “[...] parceria entre religiosas e autoridades locais seria fundamental para estruturação do colégio e atendimento às filhas dos proprietários da região”. A Igreja se alinhava nos projetos da elite e fazia desta uma propulsora do fomento às atividades escolares, à construção e à reforma de prédios.

A aproximação entre autoridades políticas e religiosas evidencia a contradição entre as práticas conservadoras das irmãs reproduzidas no colégio e o discurso liberal propagado pelas autoridades. Ao mesmo tempo em que buscavam um mundo considerado moderno para suas filhas, estes homens proprietários de terra e políticos regionais exaltavam em seus discursos a competência das irmãs na formação intelectual, religiosa e moral das moças da cidade. As solenidades de formatura que se realizavam no final do ano contavam sempre com a presença das autoridades, que destacavam a dedicação das irmãs com que realizavam o trabalho de formação das futuras mães e futuras professoras (BALBINO, 2018, p. 106).

A elite favorece a congregação ao viabilizar a inspeção do governo estadual e aprovação para incorporar a instalação do curso Normal na instituição. Dois líderes políticos, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira da Costa Ribeiro assinaram o decreto

3.733, que equiparou “[...] o colégio às escolas normais oficiais do Estado de Minas Gerais em 22 de outubro de 1912, por intermédio de Wenceslau” Braz (BALBINO, 2018, p. 105–6). As pretensões da elite visavam formar moças de famílias mais abastadas a fim de terem uma profissão digna e executarem um trabalho aceito socialmente para elas.

Para as mulheres das classes médias e dominantes, casar-se era a forma, respectivamente, de ascender na escala social ou manter a mesma posição em caso de infortúnio, mesmo que não amassem o marido. Se o casamento fosse difícil de conseguir, precisavam, essas moças, para não serem um peso para a sociedade ou terem de viver da caridade alheia, obter um meio de sobrevivência proporcionado por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino e que não atentasse contra os costumes herdados dos portugueses de manter a mulher no espaço doméstico e no cuidado com as crianças (ALMEIDA, 1998, p. 62).

A formação promovida em institutos sob gestão da Igreja Católica — neste caso, da Congregação das Irmãs da Providência — seguia preceitos católicos e anseios republicanos para a mulher, que teria a função social de educar as proles tendo em vista a formação de futuros cidadãos (LOURO, 2020).

Inscrita nesses contextos e processos, a diocesanização do catolicismo brasileiro durante a Primeira República foi responsável por criar uma rede de dioceses, prelaturas e prefeituras que deram uma capilaridade territorial sem precedentes à ICAR⁴⁸ em sua história no Brasil. Esse fenômeno é o mais salientado pela historiografia do catolicismo do período, visto por alguns como resultado de um bem-sucedido movimento de construção institucional que deu o suporte necessário para a implantação do catolicismo ultramontano, nos moldes europeus, e, com efeito, para um novo tipo de relação colaborativa entre Estado e Igreja denominada “Neocristandade” (AQUINO, 2012, p. 159).

Inferimos que a congregação das irmãs não gozava da proteção política, porém se alicerçava no contexto de restauração católica, período em que elite mineira católica interveio nos rumos do estado. Não por acaso, a galeria de governadores⁴⁹ disposta no website do governo de Minas Gerais, Wenceslau Braz é caracterizado como católico

⁴⁸ Igreja Católica Apostólica Romana.

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governador/wenceslau-bras-pereira-gomes>>. Acesso em: 26 set. 2021.

praticante e, em sua trajetória, destaca que “[...] viveu uma vida metódica e tranqüila, rotina de pescarias, missas diárias na igreja católica e convívio com os filhos”.

Com efeito, a relação colaborativa Igreja–Estado–elite foi importante para suprir demandas da Igreja Católica na Primeira República (por forças úteis aos seus esforços para restabelecer prestígio e espaço social) e para o Estado em sua tarefa de combater o analfabetismo. Mas há aí uma ponta de contradição: se a escolarização maciça era ideal republicano, também o era o distanciamento entre poder público e Igreja. A questão é que Minas Gerais relativizou as relações com a Igreja Católica quanto lhe abrir espaço. Nesse estado, a Igreja Católica conseguiu papel importante na vida política e social após 1909. Cabe o que diz Wirth (1982, p. 207): “[...] de maneira geral, a vida social das cidades pequenas girava em torno da Igreja [...]”; essa instituição atuava em meio à elite econômica. Representante na região da elite econômica e política, Wenceslau Braz gozava de boas relações e influência que favorecia lograr certos anseios coletivos da região.

O fortalecimento da aliança Igreja–sociedade civil–política se refletiu na criação de uma escola doméstica para a cidade de Brazópolis. Há registros no jornal *Vargem-grandense* da tentativa de instalar uma escola feminina de Ensino Primário e Secundário na então Vila Braz, em 1909. O jornal destaca a visita da irmã Maria Germana da Cruz, irmãs da Ordem de São Francisco de Uberabinha,⁵⁰ em Vila Braz em razão do convite feito por Mendonça Júnior, inspetor técnico de ensino. A irmã, em 1909, dirigia um estabelecimento de educação feminina em Uberabinha, MG, como noticiou o jornal.

Essas educadoras, segundo nos informou, o nosso conterraneo e amigo Sr. Mendonça Junior, inspector tecnico o ensino, que foi quem as convidou a visitar esta terra — não têm os prejuizos das de outras ordens religiosas; pois educam as meninas para enfrentar as exigencias da sociedade actual, preparando-as convenientemente em tudo que lhes possa ser necessário, á vida, quer nas sociedades pobres, quer nas abastadas: — desde a cosinha, da officina de costura, etc., até o salão de baile. Com taes predicados, fazemos votos para que se fixem nesta villa as dignas educadoras; pois que a nossa população, estamos certos, não deixará de as acolher com immensa satisfação (VARGEM-GRANDENSE, 5 dez. 1909, s. p.).⁵¹

⁵⁰ Atualmente o topônimo é Uberlândia localizada em Minas Gerais.

⁵¹ Recorte do jornal disponível em Dossiê organizado por Maria Noronha sob tutela da Prefeitura Municipal de Brazópolis.

O convite não se concretizou. Só em 1927 foi instalada uma escola de educação feminina (LOPES et al., 2001). A presença das irmãs da Providência de Gap na região sul favoreceu a materialização de projetos educacionais para Brazópolis. A criação da Sociedade Protetora da Instrução, em 1926, sob presidência de Wenceslau Braz, foi fundamental para a construção, instalação e manutenção da Escola Doméstica; e esta, em sua gênese, materializou anseios da elite econômica e política de Brazópolis aliados às aspirações da Igreja Católica. Desdobramos esse cenário a seguir.

3 MATERIALIZAÇÃO DE UM INSTITUTO PARA EDUCAÇÃO FEMININA EM BRAZÓPOLIS

*Je consens qu'une femme ait desclartés de
tou.*⁵²

— MOLIÈRE, *Le femmes savantes*

Jean-Baptiste Poquelin, conhecido como Molière, um dos maiores dramaturgos franceses do século XVII, satirizou a pretensão acadêmica das mulheres da época em uma de suas últimas grandes “peças”. No fim do século XVIII, as mulheres marcariam presença na Revolução Francesa. Morin (2013) destaca essa presença delineando a dicotomia entre as revolucionárias, classificadas entre “virtuosas *versus* perigosas”. Virtuosas seriam mulheres idealizadas pelos líderes da revolução: as “mães republicanas”, que pela educação da prole conceberia a nova geração; “perigosas” seriam as mulheres militantes que lutavam pelo fim da monarquia e denunciavam a incompetência e corrupção dos governantes.

FIGURA 21. *La Liberté guidant le peuple*, Eugène Delacroix, 1830



FONTE: Museu do Louvre Virtual

⁵² Conforme tradução de Costa (2011, p. 171), lê-se na epígrafe “Estimo que a mulher de tudo haja noção”.

A pintura de Eugène Delacroix, *La Liberté guidant le peuple* — ou seja, a liberdade guiando o povo — marca a época. Representada pela mulher que empunhou a bandeira da França ao lado de uma criança — ambos armados —, a liberdade guia o povo sobre mortos e derrotados. A primeira manifestação política feminina, portanto, ocorre na Revolução Francesa. Além dessa presença, a revolução suscitou mudanças no campo econômico, político e social, acarretando alterações em outros países. As mudanças sociais são patentes na educação escolar. Cambi (1999, p. 305) afirma que “[...] o século XVII mudará profundamente os fins, meios e os estatutos da escola, atribuindo-lhe um papel social mais central e mais universal e uma identidade mais orgânica e mais complexa”. A escola passa a estar no cerne dos estados modernos e das sociedades industriais. Desponta o sistema escolar moderno; “embrionário”, passará por inúmeras adaptações e transformações ao longo dos séculos.

No Brasil pós-colonial, o processo educacional em seus primeiros cem anos esteve restrito, sobretudo, aos homens. Às mulheres eram destinado o ensino de cozinhar e prendas domésticas. Ribeiro (2000, p. 79) afirma que

Durante 322 anos — de 1500 a 1822 —, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever.

Na metade do século XVII surgem os conventos. Foi o início do ensino de leitura e escrita para mulheres na América Portuguesa, mesmo que o ensino estivesse incorporado ao ensino da “música, do cantochoão, do órgão e dos trabalhos domésticos” (ALMEIDA, 2020, p. 87). Eram enviadas as filhas de homens abastados que temiam dividir seus bens com possíveis genros ou esposas que traíam seus maridos, dentre outros casos.

Considerada moral e intelectualmente inferior ao homem e incapaz de dirigir-se a si própria, não se podia confiar na mulher para a defesa dos interesses de sua classe. Cabia, pois, ao pai ou responsável masculino da família tomar as decisões sobre o seu destino pessoal, a ela restava apenas a obediência, por força das próprias leis civis, eclesiásticas e dos costumes (AZZI, 1983, p. 44)

Almeida (2020) nomeia os conventos nesse período como “prisões místicas”, por serem enviadas as mulheres, não pela vocação a ser freira, e sim pelo controle que os homens detinham sobre elas. Dessa forma, “[...] mais do que educação formal, os conventos foram reflexo daquilo que a sociedade colonial tinha como base fundamental: a questão econômica, a questão do comércio” (ALMEIDA, 2020, p. 88).

No século XVIII, a educação da mulher pouco mudou após a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. Com a Reforma Pombalina, a educação feminina em Portugal e em suas colônias tinha como objetivo o lar, a educação dos filhos. Apenas no fim do século XVIII surge, declaradamente, um recolhimento fundado com fins educacionais para mulheres: a casa de recolhimento nossa senhora da Glória. O projeto de construção e instalação foi elaborado por dom. José Joaquim de Azeredo Coutinho, bispo pernambucano, que via “Os vícios da educação doméstica” em função do “conceito de ociosidade” (SILVA, 2004, p. 134).

Com efeito, compreendemos que a educação de mulheres no período colonial esteve ligada e confiada à Igreja com apoio da sociedade e do reinado. A partir de 1900, a República desdobrou ações para mudar essa situação. Na primeira metade do século XX, houve a transição da economia de base agrário-comercial para a de base urbano-industrial. Nagle (2009, p. 114) afirma que “[...] desempenharam o papel de formuladores, de veículos, e de disseminadores de novos padrões culturais [...]”, impulsionando transformações nos setores cultural, intelectual, econômico, político e social. Como consequência, tivemos o início das tentativas de fazer a instrução ter alcance nacional. Entende-se que

A escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural; portanto, um elemento que deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social. (NAGLE, 2009, p. 115).

Nagle (2009, p. 115) apresenta esse movimento caracterizando-o como de “entusiasmo pela escolarização” e de “otimismo pedagógico”. Tais impressões designam a crença na multiplicação de escolas para universalizar o ensino via democratização do Ensino Primário para pessoas sem condições materiais de arcar com custos de escola particular. A intenção era lhes dar utilidade no processo de alcançar o progresso nacional. O “otimismo”, então, derivava da “[...] crença de que determinadas

formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira **formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)**”.

Nesse ínterim, a educação de mulheres obteve certo espaço educacional após a criação, no sul, a Escola Doméstica de Brazópolis, sob iniciativas de Wenceslau Braz, natural dessa cidade e político influente na política e sociedade local e mineira. Ao lado dele, esteve a Sociedade Protetora da Instrução de Brazópolis. A administração da nova escola foi confiada às Irmãs da Providência de Gap, que residiam em Itajubá (MG), a quase trinta quilômetros da sede escolar. Com efeito, a escola foi objeto de destaque jornalístico. Reportagem do diário *A Noite* de 8 de março de 1928 evidencia a inauguração da primeira instituição de educação doméstica de Minas Gerais.

FIGURA 22. Reportagem do jornal *A Noite*, 8 de março de 1928



No texto se lê: “Brazopolis e a sua Escola Doméstica Entre os estabelecimentos que honram o espirito de iniciativa e a orientação pedagogica do Estado, destaca-se a Escola Domestica Modelar de Brazopolis, a primeira que se creou em Minas Geraes. Construída e organizada segundo as mais perfeitas regras da moderna pedagogia, esse instituto destina-se a disseminar entre a juventude feminina a theoria moral e a pratica da perfeita mãe de familia. A alumna que ali consegue o curso, não só terá apprendido todas as disciplinas essenciaes, correntes nas escolas normaes, como também terá apprendido uma educação eminentemente pratica que a habilita a ser, de futuro, mãe consciente dos seus deveres (por que não dizer?) technicos: a orientação moral, cultural e hygienica dos filhos. A direcção do estabelecimento está entregue às Irmãs da Providencia, que o regem. A Escola Domestica de Brazopolis fundada sob os auspicios do Sr. Dr. Wenceslau Braz é um titulo honroso **para a Instrucção de Minas Geraes**”.

FONTE: *A Noite* (8 mar. 1928, p. 4)

Não por acaso, a publicação exibida na figura corresponde ao impulsor deste estudo. A publicação em jornal do Distrito Federal destaca a opulência: destaca se na feição arquitetônica tanto quanto a igreja e sobrados dos barões do leite; ou seja, a “equiparação” nas dimensões arquitetônicas metaforiza a estatura da importância da escola. As janelas grandes dão à instituição a imponência de prédio “modelar”, porque conformado às “perfeitas regras da moderna pedagogia”. Com efeito, era o primeiro do estado.

Dadas a escola e a notoriedade das práticas ali desenvolvidas, compreendemos que

Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, esses ideais permaneceriam, por longo tempo, impregnando a mentalidade brasileira e esculpindo uma figura de mulher plasmada nesse perfil. *A responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, qualidades inerentes às mulheres* (ALMEIDA, 2014, p. 66; grifo da autora).

A institucionalização da Escola Doméstica de Brazópolis foi permeada por **relações imbricadas que merecem análise: sua missão e a proposta de uma “pedagogia moderna”** — como a viu o redator do jornal *A Noite*; a construção do prédio e práticas educacionais, o currículo e as intencionalidades das atividades. Nossa análise incide no recorte temporal referente à primeira administração da escola sob responsabilidade das irmãs: 1927–32. Discorremos segundo a orientação das questões de pesquisa: se a escola ofereceu formação coerente com os novos tempos: a sociedade que transitava do mundo rural para o urbano (elemento do projeto de modernização) na primeira metade do século XX. **Importa saber se esse horizonte estava na proposta de “pedagogia moderna” na educação das mulheres para uma lida dedicada ao ambiente doméstico, privado.** Um elemento de análise importante nesse sentido é a sociedade religiosa que atuou criação da escola e suas relações com o poder local.

3.1 Gênese da Escola Doméstica

De fato, Brazópolis foi marcada por numerosas iniciativas políticas, civis e religiosas como manifestação de esforços para se desenvolver durante a Primeira República. Em 1926, dentre as iniciativas afins à organização e criação da Sociedade Protetora da Instrução para organizar, instituir e fiscalizar, está uma instituição destinada à educação de moças. Logo após a criação escola, seus membros deram início à construção do prédio próprio, destinado à instalação da Escola Doméstica de Brazópolis. Com base no texto do jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, em 1936 havia informação sobre a criação da sociedade. Eis o que se lê:

Foi sob a iniciativa patriótica do dr. W. Braz, que se fundou em Brazópolis, no dia 8 de setembro de 1926, a Sociedade Protectora da Instrução. Sua função era nobilíssima. Tinha em mira a fundação de dois estabelecimentos de ensino secundário, que são: o Gymnasio para rapazes e a Escola Domestica para meninas (O IMPARCIAL, 1936, p. 9).

Em 24 de outubro de 1926, houve a cerimônia religiosa, guiada pelo bispo dom Antônio de Assis, de Pouso Alegre, que instituiu a pedra fundamental para construir o prédio. A figura a seguir apresenta o cronograma dessa cerimônia.

Rememoremos que a cidade de Brazópolis traz, em seu âmago, uma ligação estreita com a Igreja Católica, dessa forma esse elo se fez presente em registros históricos importantes. Assim, no convite/programa de realização da cerimônia de bênção da pedra fundamental, destacamos o cronograma, iniciado como grande evento e que contou com apresentação da banda musical Santa Cecília, missa e coro de canções cantadas por crianças da escola de catequese. Estavam presentes figuras civis e políticas importantes, além de representantes do grupo escolar. Não por acaso, o fim das atividades foi marcado por exercício da religiosidade na Capela de Aparecida, a fim de “invocar a protecção de N. Senhora pelo bom exito da nova Escola”. O ato final foi a bênção do S. S. Sacramento. A figura a seguir dá uma medida de como foi o evento pelo ponto de vista da presença de pessoas.

FIGURA 23. Programa da cerimônia de bênção

Escola de Economia Domestica
N. S. Aparecida de Brazopolis

BENÇAM DA PEDRA FUNDAMENTAL

No dia 24 de Outubro de 1926

PROGRAMMA

I—A's 5 horas, alvorada pela banda musical Santa Cecilia.

II—*Missa Campal*, ás 11 horas, celebrada no local onde será lançada a 1.^a pedra. Sermão allusivo ao auspicioso acontecimento, pelo Rvmo. Conego Herculano Moreira.

III—Canticos pelas crianças da escola do cathecismo.

IV—Bençam da Pedra Fundamental e respectivo lançamento, ao meio dia, cerimonia que será paranymphada pelos Ex.mos. Srs. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Tte. José Martins Tosta do Amaral, Cel. Paulo Orozimbo de Azevedo, Cel. Henrique Braz Pereira Gomes e José Brito Sobrinho.

V—Discurso official pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Pereira Resa, integerrimo Juiz de Direito da Comarca.

VI—Discursos pelo Director e por uma professora representando o corpo docente do Grupo Escolar Cel. Francisco Braz; por uma alumna do mesmo Grupo, representando o corpo discente e por outros representantes de instituições locais.

VII—Assignatura do «*Livro de Ouro*» pelos paranympfos.

VIII—Canticos para encerramento do acto.

IX—A's 19 horas haverá exercicios religiosos na Capella d'Apparecida, afim de invocar a protecção de N. Senhora pelo bom exito da nova Escola. Terminarão esses exercicios com a bençam do S.S. Sacramento.

As auctoridades do municipio e as instituições locais civis e religiosas, serão representadas na grandiosa cerimonia por delegações especiaes.

FONTE: Arquivo Público de Brazópolis

FIGURA 24. Cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, 1927



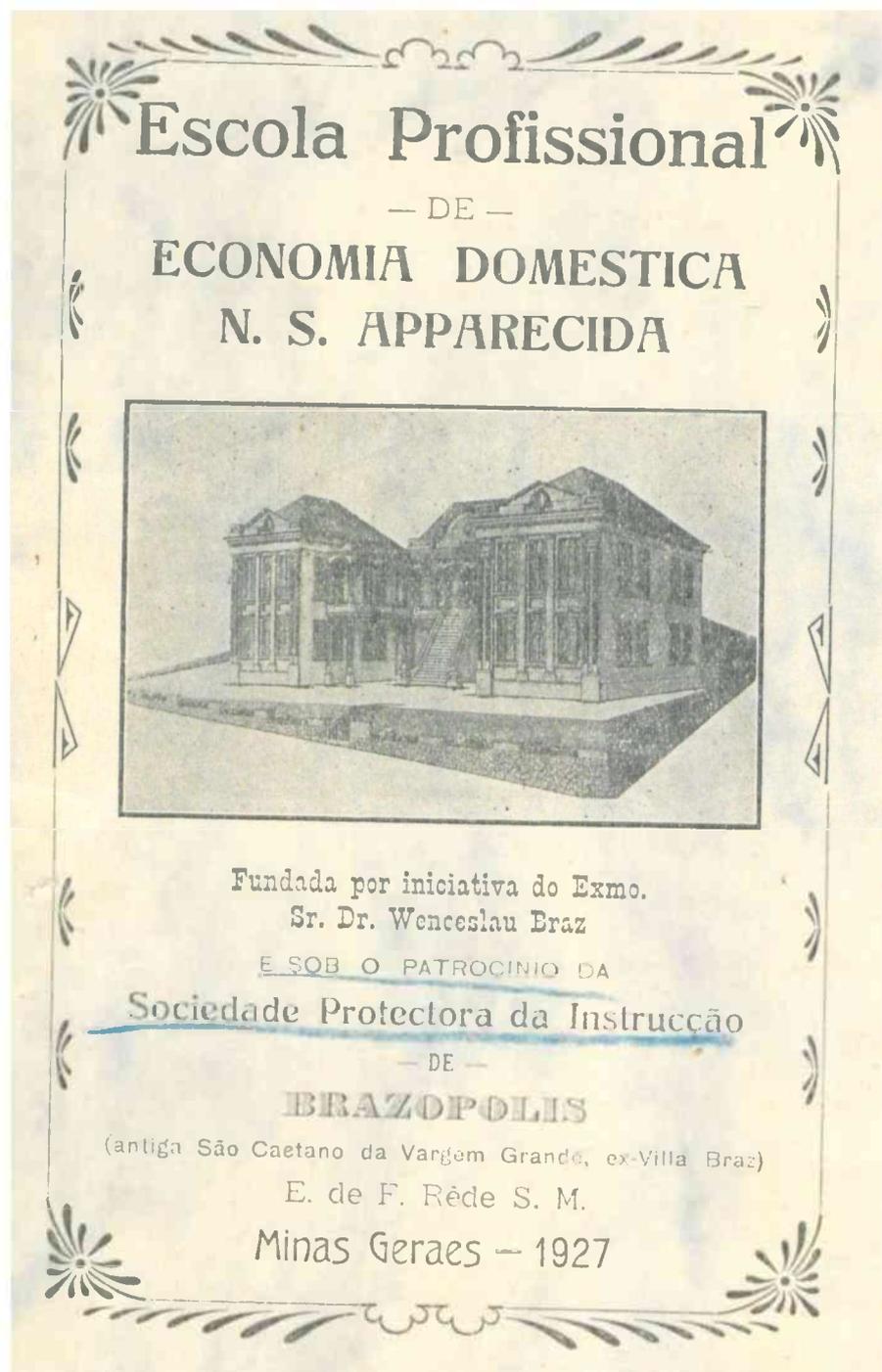
FONTE: Arquivo da Prefeitura Municipal de Brazópolis

O edifício foi construído em frente à praça do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, então Capela de Nossa Senhora Aparecida. É possível ver o material (tijolos, por exemplo) que seria utilizado na construção. O coronel Gomes Pereira, pai de Wenceslau Braz e, é claro, figura de relevo em Brazópolis, foi o administrador econômico da obra, junto ao diretor de obras e engenheiro da construção Paulo Krause (SILVA, 2019). O projeto arquitetônico da construção, assinado por Krause, estava disponível no arquivo histórico da instituição na prefeitura Brazópolis até em abril de 2019, quando estivemos lá. Planejado por profissional da engenharia, o prédio e sua construção representaram certa inovação que era almejada como marcada do desenvolvimento.

No programa de ensino da instituição, destacam-se a localidade e o que o prédio representaria: está “[...] na parte mais elevada da cidade e num sítio dos mais pittorescos, em frente da frondosa serra do Kankan, ostenta-se, soberbo e magestoso, o edifício da nova escola construída com os mais rigorosos preceitos da hygiene e da

pedagogia” (PROGRAMMA DE ENSINO, 1928, p. 6). O prédio seria a proposta de aspecto e cotidiano utilizado como instrumento de progresso amplamente discutido nas falas dos republicanos: o “educar para modernizar”.

FIGURA 25. Capa do livreto da *Escola Profissional de Economia Domestica N. S. Aparecida*



FONTE: Arquivo Público Mineiro

No ano de inauguração da Escola Doméstica, em 1927, foi publicado um livreto com informações sobre a instituição. Na capa destacava-se o nome “**Escola Profissional de Economia Doméstica N. S. Aparecida**”.⁵³ Como se vê na imagem, a capa exhibe as dimensões do prédio, com estrutura inovadora na cidade, janelas amplas, sinalizando o higienismo, escadaria central desde a entrada até o segundo piso. Destaca-se a informação sobre ser fundado por “**iniciativa do Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz**” e “**sob o patrocínio da Sociedade Protectora da Instrução de Brazópolis (antiga São Caetano da Vargem Grande, ex-Villa Braz)**”.

Com efeito, a projeção gráfico-arquitetônica do prédio apresenta escada única; porém, no prédio finalizado, foram construídas duas escadas, que se iniciam juntas, se separam e se juntam de novo. Entre a separação das escadas há a imagem de Jesus Cristo (símbolo da igreja católica) de braços abertos, medindo cerca de 2,30 metros, como podemos ver na imagem a seguir.

FIGURA 26. Prédio da Escola Doméstica de Brazópolis



FONTE: Prefeitura Municipal de Brazópolis

⁵³ Ocorre variações na nomenclatura da escola. Em 1927 é inaugurada sob o nome “**Escola Profissional de Economia Domestica Nossa Senhora Aparecida**”, após 1932 equiparada às escolas normais do Estado de Minas Gerais, torna-se “**Escola Normal e de Economia Domestica Nossa Senhora d’Aparecida**”. Nos jornais, no Regimento interno da instituição e em outros documentos, é também encontrada como “**Escola Domestica de Brazópolis**”

A Escola Doméstica de Brazópolis representou para a cidade a inovação no ensino com a proposta de uma pedagogia moderna. A primeira página do livreto de lançamento destaca as “Palavras de ouro” — como aduz o título — de Wenceslau Braz afirmando que

A Escola Domestica bem constituída e executada, aperfeiçôa a mulher e o lar, tornando este mais sadio, mais alegre, mais economico, mais feliz ; e por isso que as qualidades da mulher se aprimoram e o lar se torna mais feliz, *maiores serão as probabilidades da perfeita harmonia do casal, diminuindo muitissimo os casos de descontentamento e divorcio dos conjuges*. Uma legião de boas donas de casa formará outras legiões e bem se pôde aquilatar de seus serviços á sociedade e sua influencia nos destinos do Mundo. Esta influencia sobre a reforma dos costumes será tão grande, que temerario não poderá ser taxado aquelleque confiar com segurança na proxima melhoria da humanidade, tão minada hoje nos proprios alicerces. Pôde-setambem afirmar, que as alumnas aproveitadas desses institutos nunca soffrerão a miséria, em quanto puderem trabalhar; e se tiverem filhos, estes as libertarão das consequencias da invalidez, por isso que terão sido educados de fôrma a poder enfrentar as luctas e vicissitudes da existencia (BRAZ, 1927, p.1; grifo nosso).

Prost (1992, p.14) discorre sobre a vida privada e vida pública enfatizando que as definições de vida privada e seus limites não são peremptórios, portanto analisa-se um “[...] recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública”. Assim, no início do século XX, as tarefas caseiras eram realizadas pelas mulheres no seio doméstico, “[...] durante gerações, o ideal consistia em que as mulheres ficassem em casa e cuidassem do lar: trabalhar fora era um sinal de condição especialmente pobre e desprezível”; dessa forma, as atividades domésticas não eram vistas como “desigualdade ou uma sujeição” (PROST, 1992, p. 34; 35).

Nessa lógica, as chamadas escolas domésticas passaram a ser a possibilidade de profissionalização e permeio da esfera pública. Mesmo que as mulheres saíssem do ambiente privado de suas casas, a escola proporcionaria os ensinamentos necessários à defesa de uma pedagogia moderna. Com diz Balbino (2018, p. 39),

As instituições de ensino ocuparão papel decisivo na inserção da sociedade na nova ordem, correspondendo assim ao plano de modernização, preparando as filhas dos homens de posses do Sul de Minas para o novo contexto considerado moderno. Os padrões burgueses serão almejados pelas elites, principalmente o estilo francês de ser.

A construção e instalação da Escola Doméstica atenderiam a ideal republicano de que a sociedade carecia de se modernizar; então teve apoio da população, subsídio da elite e força da Igreja.

Dada a compreensão de vínculo da educação para a mulher com a “modernização da sociedade”, a “higienização da família”, a “construção da cidadania dos jovens” (LOURO, 2020, p. 447), cabe dizer que tal vinculação ocorre desde as últimas décadas do século XIX; e permeou discursos republicanos como os proferidos por Wenceslau Braz. Assim, no plano discursivo, competia à educação feminina aperfeiçoar a mulher para estar no lar como boa esposa, boa mãe e boa dona de casa, como a mulher que formará o homem moderno.

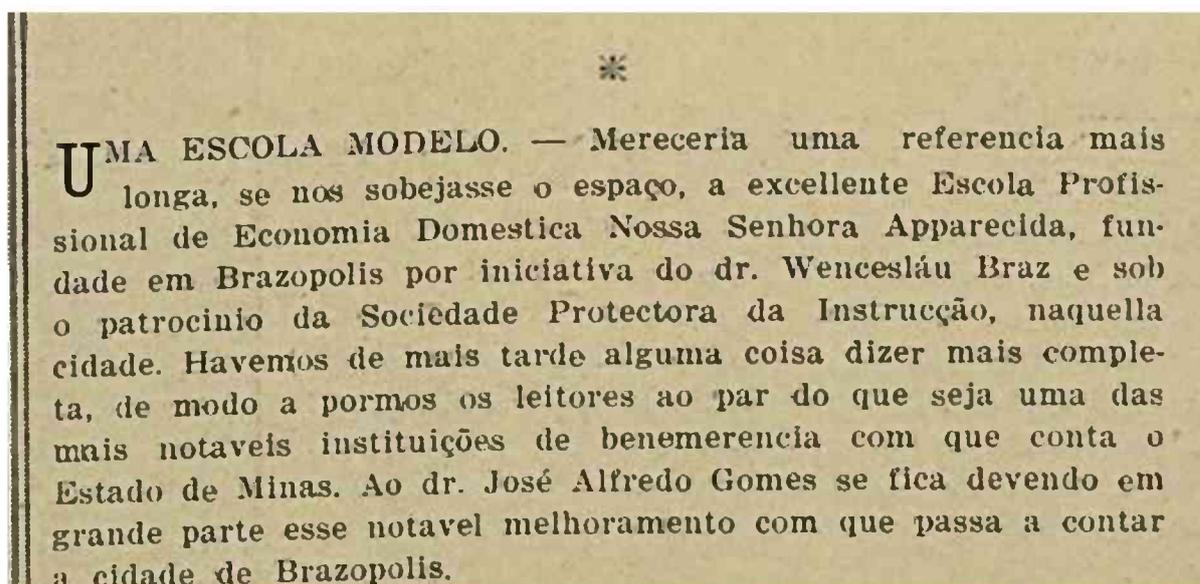
As palavras de Wenceslau Braz ressaltam a preocupação com diminuir casos de divórcio via educação feminina. Entendia-se que através da educação da mulher bem educada e disciplinada seria passível de influir nas decisões de separação de modo a serem dissipadas pela manutenção do matrimônio. Braz afirmou que “[...] as qualidades da mulher se aprimoram e o lar se torna mais feliz, maiores serão as probabilidades da perfeita harmonia do casal, diminuindo muitíssimo os casos de descontentamento e divórcio dos conjuges” (BRAZ, 1927, p.1).

Esse pensamento nos faz que República pressupôs a separação em suas bases. Afinal, desfez-se no papel da Constituição Federal de 1891 o casamento entre Estado e Igreja. Evidentemente, haveria mudanças na esfera social, como a do casamento. Com efeito, em 1890, foi promulgado o decreto 181, instalando o casamento civil; e após anos de discussões envolvendo o Código Civil de 1916, seria permitido o término da sociedade conjugal pelo desquite, amigável ou judicial. Souza (1992, p. 39) afirma que durante a Primeira República são raros os divórcios concedidos,

Nos processos da elite o dissídio do divórcio articula-se a uma problemática central: trata-se principalmente da questão da propriedade que corre o risco de ser dividida. Nesses processos que envolvem grandes fortunas em geral, a parentela — a rede da família extensa — é convocada a agir como unidade corporada. Servindo como testemunha decide em última análise a concessão do divórcio. Menos que relatar fatos, os parentes, em geral homens, são convocados para afirmar a adequação de cada um dos cônjuges a imagens mais ou menos idealizadas do que seja um bom marido e uma boa mulher.

A inauguração da primeira Escola Doméstica de Minas Gerais causou repercussão em jornais de outros estados, como no *A Noite*, do Rio de Janeiro. Em 1928, imprimiu este título: “NAS MONTANHAS MINEIRAS – Brazópolis e a sua Escola Domestica”, apresentando “[...] entre os estabelecimentos que honram o espirito de iniciativa e a orientação pedagogica do Estado, destaca-se a Escola Domestica Modelar de Brazópolis, a primeira que se creou em Minas Geraes” (A NOITE, 8 mar. 1928, p. 4). Em dezembro de 1928 foi publicada nota na revista *Excelsior* (1928, p. 61), do Rio de Janeiro, sobre a Escola Doméstica como modelar, como “[...] uma das mais notaveis instituições de benemerencia com que conta o Estado de Minas” (FIG, 27).

FIGURA 27. Nota na revista *Excelsior* (RJ) sobre a Escola Doméstica de Brazópolis, 1928



FONTE: *Excelsior* (dez. 1928, p. 61)

Desde a instalação houve reportagens que citassem a escola como referência e modelo. Mas antes mesmo da inauguração foi publicada uma nota, em 19 de março de 1927, no jornal *Semana Religiosa*, “órgão official da Diocese de Pouso Alegre”. Diz a nota que no dia 2 havia sido nomeado o cônego José Ferraz de Barros para ser o capelão do Asilo D. Maria Adelaide e da Escola Doméstica.

Em discurso pronunciado por José Alfredo Gomes, membro da Sociedade Protetora da Instrução, na inauguração da escola, no dia 13 de maio de 1927, ele menciona as origens do projeto.

A ideia primitiva desta escola nasceu há quase um decênio, modesta, pequenina, humilde, com ambições limitadíssimas. Seria, no pensamento do padre José Antônio Correa, esse bom sacerdote que por sete anos foi nosso vigário, uma pequena oficina de costuras, onde meninas pobres e de bons costumes, sob o influxo moral das Irmãs de Caridade, aprenderiam a ganhar a vida honestamente, abeberando-se ao mesmo tempo na fonte sagrada das verdades de nossa religião, que lhes formaria o caráter. Essa primitiva idéia se foi ampliando gradativamente ao bafejo patriótico dos filhos e amigos desta terra, a cuja frente se colocou esse varão ilustre que é o nosso orgulhoso Dr. Wenceslau Braz. De ampliação em ampliação, a idéia se foi avultando, até se transformar nesse projeto, um tanto arrojado que é a “Escola de Economia Doméstica” (GOMES, 1927, s. p.).⁵⁴

Salienta-se ainda, no livreto de divulgação da instituição, o tópico sobre os fins que conduziriam a educação, propiciando às moças os conhecimentos gerais, o ensino teórico e prático de disciplinas necessárias para formar uma **boa “Dona de Casa”** (LIVRETO, 1927, s. p.), buscando moldes da educação doméstica em países dos continentes europeu e americano para servirem à educação do desenvolvimento físico e **moral de mulheres, para “[...] inspirar á mocidade o amor ao trabalho, especialmente aos trabalhos domesticos tão descuidados e até desprezados”**.

Concomitante às informações disponibilizadas no livreto, destacamos as palavras de José Alfredo Gomes na inauguração da escola sobre o fim da educação doméstica em Brazópolis, de forma que seus idealizadores tinham como proposta principal “[...] dar às jovens uma educação completa da mulher-esposa, da mulher mãe, da perfeita dona de casa, não somente do ponto de vista técnico, mas sobretudo de vista intelectual e moral” (GOMES, 1927, s. p.).

⁵⁴ Disponível no dossiê de documentos históricos arquivados sobre a Escola Doméstica na prefeitura de Brazópolis.

FIGURA 28. Recorte de jornal com informações para primeiras matrículas na Escola Doméstica de Brazópolis

Escola Domestica
N. S. Aparecida
BRAZOPOLIS

A inaugurar-se no dia 1.^o
de Março de 1927.

Tem por fim dar á Juventude feminina, simultaneamente com os conhecimentos geraes, o ensino theorico e pratico das disciplinas necessarias é educação completa da futura dona de casa.

O curso constará de 4 annos.

Para matricular-se, as candidatas deverão apresentar o Diploma do Grupo Escolar e não ter menos de 12 annos.

Haverá um Curso primario anexo, acceptando-se nelle alumnas desde os 8 annos.

Para mais informações dirigir-se ás Irmãs da Providencia, Asylo de Invalidos D. Maria Adelaide, desta Cidade.

12-12-1926

FONTE: *Jornal de Brazopolis* (12 dez. 1926, s. p.) — disponível no Arquivo Público Municipal de Brazópolis

A inauguração da Escola Doméstica foi em 1º de março de 1927. Para admissão na instituição, a candidata apresentaria certidão de idade, de batismo e atestado médico **que comprovasse sua vacinação e que não tinha “molestia contagiosa”** (REGIMENTO INTERNO, 1927, s. p.). Era possível ingressar no curso Primário a partir dos 7 anos de idade. O ingresso no curso Doméstico era a partir de 12, desde que se tivesse comprovação de conclusão do Ensino Primário; neste caso, o diploma do grupo escolar ou do Primário anexo à Escola Doméstica. Destacamos ainda a necessidade de comprovação do batismo para ingressar na instituição. Louro (2020, p. 447) afirma que

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão *cristã* tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria.

Desde sua gênese a gestão da Escola Doméstica ficou sob responsabilidade das irmãs que residiam em Itajubá, convém lembrar. No regimento interno da instituição, **consta que o trabalho de administrar era “[...] por contracto firmado com a S. Protectora da Instrucção, a direcção interna do Estabelecimento é confiado ás Religiosas da Providencia, auxiliadas por Professores competentes escolhidos por ellas”**. A primeira diretora foi Maria Octávia; a outras freiras competia a atuação na sala de aula, ou seja, compondo o corpo docente. A Sociedade Protetora da Instrução de Brazópolis, sobretudo na pessoa de Wenceslau Braz, investiu para formar o currículo da instituição promovendo a ida da diretora Maria Octávia à Europa, como afirma Guimarães (1998, p. 3).

No período de novembro de 1928 a março de 1929, a Irmã Maria Octávia, diretora da Escola de Economia Doméstica, juntamente com a professora Irmã Maria Felicidade estiveram na Europa, para visitar estabelecimentos congêneres em Laeken, na Bélgica e Strasburgo, na Alsácia e outros, com o objetivo de organizar a Escola de Economia Doméstica de Brazópolis nos moldes dessas escolas. Essa viagem foi promovida pelo Dr. Wenceslau Braz.

Destaca-se, então, o investimento para que o currículo se assemelhasse ao de escolas na Europa. Como informa Brant (1952, p. 53), “[...] a primeira finalidade desta Escola foi o Ensino Doméstico sob as normas das Escolas Normais, Domésticas de Ensino Superior existentes na Bélgica”. Acerca da economia doméstica como currículo nas escolas normais, constituíram-se

[...] numa série de ensinamentos referentes à administração do lar. Assim, muitas aprendizagens até então restritas ao lar passariam para o âmbito da escola. Esse processo, “escolarização do doméstico”, não iria se constituir, no entanto, numa mera transposição de conhecimentos do mundo doméstico para a escola; implicaria sim uma reelaboração de tais saberes e habilidades. Na verdade, o que vai ocorrer, será um aumento de complexidade e parcelarização dos conhecimentos, apoiando-lhes, enfim, uma roupagem escolar e didática (LOURO, 2020, p. 458).

Desde antes da instalação completada da Escola Doméstica, já se discutia nos jornais a proposta que esta teria. No *Jornal de Brazópolis*, destacamos e apresentamos o artigo escrito em outubro de 1926, publicado em 22 de maio de 1927, intitulado “DA BELGICA — Formação domestica e agrícola”, assinado por Idalina Castro⁵⁵ (que se tornará a diretora da instituição após 1933).

Permittam-me minhas queridas leitoras patricias que insista neste assumpto que, supponho, as deva interessar, maxime se quer fazer da nossa nova escola de economia domestica uma imitação do Institut Normal Supériur d’Economie Ménagère et Agricole, de Laeken, como parecia ser aspiração, a depreender de um artigo não ha muito publicado nesta folha. Tal pretensão pode ser nobre, mas é por demais ousada para principiar. A escola de ensino domestico de Laeken, junto a Bruxellas, como normal que é, prepara professoras. Eu indicaria para modelo para a d’ahi, que não quer fazer professoras, a anuexa ao Pensionnat de laVisitation, em Celles, na provincia de Hainaut, em que está a minha irmã Gina, ou a escola de economia domestica em Lenzeburgo, Suissaallemã, onde esteve a nossa conterrânea Palmyra Lobo, ou, para não sairmos do Brasil, a annexa ao Instituto Parobé, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, cujo programma para tresannos é excellente. E’ meu proposito hoje dar ideia de que como é dirigido o ensino no terceiro anno do Instituto Normal de Laeken, para que as moças que obteemo diploma final fiquem aptas a ensinar economia domestica e a agricola ou a serem collaboradoras efficazes no

⁵⁵ De 1933 a 1942, a Escola Doméstica de Brazópolis foi dirigida por Idalina de Oliveira Castro, e sua irmã, Gina de Oliveira de Castro, como secretária. Eram filhas de Antonio Ventura de Oliveira Castro, cunhado de Wenceslau Braz e comerciante português importante, representante do café em Minas Gerais. Castro publicou numerosos artigos em jornais locais discorrendo sobre suas viagens e com relevantes observações de outros países, além de muitos artigos sobre educação.

melhoramento economico e social da vida rural. A alumna escolherá uma especialidade, cuja theoria e pratica prefere aprofundar. Submette à escolha á aprovação do director e do professor mais competente em tal assumpto. Estes, conhecedores das leis de orientação profissional, cousentem ou aconselham nova escolha mais cousentanea. [...] *Façam-se sacrificios se necessarios são, mas crie-se a Escola de Sciencias Caseiras. Ella poderá e deverá vir a ser modelo digno de ser imitado, como elemento forte, quase indispensavel, de bem entendida civilização, que almejamos. Seja ella o que deve ser: um factor de elevação familiar e rural. Ha ainda alguém que não concorde, que dia ser perda de tempo a installação da projectada escola? Apresente os seus argumentos e mesmo fraca, espero poder destruil-os. Se não, dar-me-hei por vencida e serei agradecida. Escola municipal ménagère de Strasbourg (CASTRO, 1926, s. p.; grifo nosso).*

Idalina Castro indicou que o currículo da escola era assemelhado ao da escola anexa ao Pensionnat de la Visitation, em Celles, na província de Hainaut, ou à Escola de Economia Doméstica em Lenzeburgo, Suíça, tendo em vista que a proposta de assemelhar o currículo da escola de Brazópolis ao do Institut Normal Supérieur d’*Economie Ménagère et Agricole*, de Laeken, não faria sentido. Afinal, este instituto formava, também, professoras. Essa discussão permeará a Escola Doméstica de Brazópolis até 1933, com Idalina Castro na administração da instituição. Se equiparará às escolas normais de Minas Gerais, com reconhecimento do estado. Evidenciamos, então, a defesa da instalação da escola doméstica em Brazópolis a fim de se tornar modelo para futuras instituições afins e promover a civilização almejada. De fato, a construção e instalação da Escola Doméstica de Brazópolis marcaram não apenas a cidade, mas também a região, dada a proposta de inovação no modelo educacional para formar moças de famílias abastadas e não abastadas. Sua proposta de educação doméstica desencadeou a construção de outras escolas domésticas em Minas Gerais, como a de Pouso Alegre, sul mineiro, com a construção da Escola Doméstica Santa Terezinha.

3.2 Subsídios e mensalidades

O funcionamento da Escola Doméstica atendida a alunas de externato e internato. Em regime de externato, não podiam ficar no estabelecimento após a última aula do dia; eram proibidas, também, de “[...] conduzirem correspondencias, recados ou encomendas das internas” (REGIMENTO INTERNO, 1927, p. 12–3). Para as alunas no

internato, eram permitidas as visitas de pais ou pessoas autorizadas, sempre aos domingos, entre 11h e 13h. Alunas cujos pais residissem em Brazópolis ou em cidade próxima eram liberadas para passar o primeiro domingo do mês com suas famílias, “[...] devendo sair somente com os Paes e voltar acompanhadas por eles e á hora marcada – 18 hr” (REGIMENTO INTERNO, 1927, p. 10).

Os valores cobrados em regime de internato no curso Primário eram de 1:000\$⁵⁶ (anuidade), 1º e 2º ano do curso Doméstico, o valor de 1:200\$, 3º e 4º ano do curso Doméstico, o valor de 1:500\$. Para inscrição cobrava-se o valor de “50\$000 paga uma só vez”. Além disso, cobrava-se “[...] uma taxa annual de 25\$000 dá direito ao travesseiro, colcha, lavatório, carteira, copo e talher. Ficam a cargo dos Paes as despesas do dentista, medico, pharmacia, livros, papel, material para trabalhos de agulha e lavagem de roupa” (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, p. 11). No regime de externato, no curso Primário o valor era de 200\$000 (anual), 1º e 2º ano do curso Doméstico, 300\$000 (anual), 3º e 4º ano do curso Doméstico, 350\$000 (anual); a joia cobrada para esses cursos era de 20\$000. Para os cursos especiais facultativos, era cobrado o valor de 25\$000 mensais. Valores dispendiosos de anuidades com regime de externato sugerem que matriculadas no internato estariam mais para famílias menos abastadas.

Pela “[...] Lei Municipal nº 388, de 10 de janeiro de 1927, foi aprovada subvenção destinada a amparar estudantes pobres da Escola Normal de Economia Doméstica e do Ginásio de Brasópolis” (CINTRA, 1995, p. 185). Como destacado por Brant (1952, p. 54) em revista com edição especial de comemoração ao cinquentenário de Brazópolis, em “[...] 25 anos de atividade a Escola registrou 4.550 matrículas, sendo 2.807 com anuidades pagas integralmente, 200 com redução e 1.543 gratuitas, das quais 945 oferecidas pela Escola, 90 exigidas pelo Estado e 508 pagas pela Prefeitura local”. Em 20 de setembro de 1928, foi promulgada a lei estadual 1.028, assinada por Antonino Carlos Ribeiro de Andrada e José Francisco Bias Fortes, “[...] autoriza[ndo] o poder executivo a conceder 100:000\$000 às três primeiras escolas domésticas que se fundarem ou funcionarem no estado, e contém outras disposições” (MINAS GERAIS, 1928, p. 21). Destacamos o parágrafo único: “[...] poderá também conceder-lhes uma subvenção annual de 15:000\$000, com o direito de ter, gratuitamente, cinco logares de

⁵⁶ Valor em réis, sendo a moeda que circulou no Brasil até 1942.

internos ou dez de externos, que serão preenchidos pelos alumnos pobres, melhor **classificados nos exames finais dos grupos escolares**".

As disposições determinavam que, para receber o subsídio, cada instituição aceitaria o ingresso de alunas de baixa renda. Não por acaso, a Escola Doméstica e a Sociedade Protetora da Instrução enviaram requerimentos ao governo solicitando subvenção; há registros de requerimentos enviados ao presidente do estado, José Francisco Dias Fortes, para pedir subsídios à escola de Brazópolis. Destacamos o documento de 22 de janeiro de 1929, assinada por Henrique Braz Pereira Gomes, então presidente da sociedade, solicitando o valor destinado às três primeiras escolas e subsídio para escolas que iriam matricular alunas de famílias menos abastadas, pela lei estadual 1.028 de 1929.

Em nome da sociedade Protectora da Instrução desta cidade que tenho a honra de presidir, associação civil de fins exclusivamentephilantropicos, sob cuja orientação foi fundada e é mantida a Escola Profissional de Economia Domestica, venho solicitar de V. Excia o auxilio de 100.000\$000, que o governo do Estado confere a cada uma das tres primeiras escolas de economia domestica que se fundarem no Estado, especialmente para tal ensino, bem como a subvenção de 15:000\$000, aceitando de boa vontade a obrigação, e admitindo em nosso estabelecimento, as 10 meninas pobres que V. Excia designam (REQUERIMENTO AO ESTADO, 22 jan. 1929, p. 1).

O requerente informou estar sendo construído o terceiro pavilhão da instituição, maior que os outros dois já construídos, e sendo “[...] organizando [sic] **simultaneamente a horta, o pomar, leiteria, parques para aves, estábulos, etc**”; o que excedeu o teto de gastos, por isso a solicitação de subvenção ao estado, ou seja, para continuar a promover “[...] **uma educação domestica tão completa quanto possível, tanto do ponto de vista tecnico quanto intelectual e moral**”. Em 31 de janeiro de 1930, foi promulgado o decreto 9.337, assinada pelo governador Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. O documento autorizava a concessão de crédito especial de 100:000\$000 para auxílio à escola de Brazópolis.

Retomemos a importância e influência de Wenceslau Braz na Primeira República e na Era Vargas (1930–45), quando teve seu nome diretamente ligado à Escola Doméstica de Brazópolis e viabilizou mais chances de subsídios e auxílios do estado. Em reportagem do jornal *Correio da Manhã* sobre Minas Gerais, lê-se sobre

“Mensagem apresentada pelo Presidente ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura”. O texto se refere a orçamentos e despesas de 1924 a 1928. Dentre as informações constantes, está o valor subvencionado “[...] com a importância total de réis 92:400\$ a algumas instituições de ensino, incluindo a Escola Doméstica e Profissional de Brazópolis (CORREIO DA MANHÃ, 9 ago. 1929, p. 9). É possível notar o investimento em subsídio na Escola Doméstica de Brazópolis, talvez por ter se tornado escola referência a outras.

3.3 Currículo e práticas escolares

O Programa de Ensino na Escola Doméstica de Brazópolis foi dividido em três categorias, sendo: o curso primário, ministrado de acordo com o regulamento das escolas primárias do Estado de Minas Gerais; o curso doméstico com quatro anos, contemplando aulas teóricas como “[...] religião, moral e cívica, costura e desenho artístico, álgebra e geometria, puericultura, hygiene, economia doméstica [...]”; entre outros, de forma conciliada com atividades práticas exercidas pelas internas, de forma a contribuir para “[...] desenvolver as forças físicas das estudantes, os passeios e os exercícios de gymnastica, que também fazem parte do programma” (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, p. 9); e o curso especial facultativo que abrangia o ensino de piano, violino, línguas, pintura, pirogravura e bandolim.

Propiciando do ensino primário ao curso de doméstico, à instituição visa uma formação genérica das jovens da cidade, compreendemos que para “além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade” (ALMEIDA, 1998, p. 57–8), buscando atender aos ideais difundidos pelos republicanos de que para modernizar, era necessário “formar cidadãos úteis à Nação” (BRASIL, 1909, p. 1).

Texto sobre a cidade no jornal *Correio Paulistano* (1926, p. 9) publicou a informação sobre a “Escola Domestica de Brazopolis, cujo programma se basea nos de estabelecimentos similares europeus, virá dar, sem duvida grande impulso a esta localidade que caminha, a passos largos, para o progresso”. Relembremos, nos discursos de Wenceslau Braz e outros republicanos, que para modernizar a sociedade era necessário democratizar a educação.

FIGURA 29. Primeira turma da Escola Doméstica de Brazópolis. Fonte: Arquivo pessoal da família de Iracy Wood



As irmãs estavam na administração da escola e na direção do internato, como se vê uma delas entre as alunas, como professora do ensino de cozinha do quarto ano do ensino doméstico.

FONTE: Arquivo pessoal da família de Iracy Wood

Na imagem, vemos a aula prática de cozinha. No segundo ano do ensino doméstico trabalharia o “[...] asseio, cuidado e a conservação dos utensílios, preparação e limpeza dos legumes, peixes, aves, etc Meios de preparar as fructas — Classificação das carnes de açougue [...]”; no terceiro ano “[...] conservas de fructas, legumes e carne; cozinha simples e cozinha fina – Fabrico de doces, pasteis, bolos, etc. – Compotas, marmeladas, etc” (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, p. 9), e no quarto ano do ensino doméstico as lições práticas como ampliação do programa do terceiro ano.

Da inauguração da escola, em 1927, até o ano de 1929, esteve na gestão a Irmã Maria Octávia, após esse período assumem sucessivamente as irmãs Maria Felicidade, Maria Marcel, Maria Maurice, Mére Maria Martha. Em 1932, cabe lembrar, deixaram a instituição, que foi entregue à Sociedade Protetora da Instrução. Constituíam o corpo docente da instituição: o cônego Ferraz (instrução religiosa) e as irmãs Maria Felicidade (instrução moral e cívica); Maria Marcel (psicologia, canto, desenho e cálculo); Maria

Romain (francês, inglês, estenografia); Maria Genoveva (trabalhos manuais, costura e corte); também Idalina de Castro (economia doméstica); Lavínia Rennó (datilografia); Filomena Laraia (história e geografia); Francisco Rosa (Português e literatura); Saublens (horticultura e avicultura); Arthur Chaves (higiene e ciências); e Sebastião Gomes (Escrituração mercantil) (ARQUIVO MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, s. d, p. 4). Compreendemos que havia a proposta de ensino a partir dos pressupostos do fundador da congregação, o sacerdote francês João Martinho Moye.

Pe. Moyë traça o caminho do educador, apresentando a metodologia e as dinâmicas favoráveis ao melhor e mais rápido aprendizado. Como verdadeiro pedagogo, sustenta sua iluminação baseando-se nos ensinamentos de Jean Jacques Rousseau, século XVIII. Com relação às técnicas e dinâmicas, que se referem ao ensino da leitura, Pe. Moyë recomenda o método participativo e não o individual; a Mestra deve conduzir a própria criança a descobrir e corrigir seu próprio erro, com o auxílio das companheiras de classe e, por fim, da própria professora. Incentiva o despertar da auto-confiança e da criatividade. Recomenda ainda que a mestra fale o menos possível, deixando as crianças falarem bastante (RENNÓ, 2002, p. 81).

Entretanto, encontramos no Brasil, durante a Primeira República, outra perspectiva de ensino. Almeida (2014, p. 62-63) discorrendo sobre a Igreja Católica durante a Primeira República e a educação feminina, aduz que “[...] o regramento da sexualidade tinha no catolicismo seu grande poder moralizador”; dessa forma, “[...] as mentes eram possíveis de serem adestradas por uma *pedagogia do temor e da culpa* que fazia as mulheres reféns de sua própria áurea de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino”.

A identidade feminina, resguardada entre os vários segmentos sociais, era definida numa moldura cultural em que valores, normas, expectativas, imagens, regras, conceitos e preconceitos compunha o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração (ALMEIDA, 2014, p. 68).

No regimento interno da Escola Doméstica, as normas regulamentadoras de conduta das alunas estavam definidas em quatro tópicos. O primeiro era sobre conserto dos objetos que tenham sido danificados ou destruídos por elas; o segundo tópico impunha a obrigatoriedade de conserto de roupas aos sábados; o terceiro proibia a

permanência de externas no estabelecimento foram do horário de aula e condução de correspondências das internas com pessoas de fora; e o quarto tópico dispunha das proibições das alunas, sendo:

a) falar nos dormitórios, deixá-los em desordem e a eles subir sem licença. b) entrar na cozinha, lavanderia, secretaria e outras dependências; c) colher flores no jardim, a exceção da incumbida do arranjo das jarras; d) falar nas classes e deixar livros, costuras, etc., em logares diferentes, caso em que serão apreendidos e depositados no gabinete da Directora; e) fazer executar qualquer mardato sem permissão da Directora (REGIMENTO INTERNO, 1927, p. 13)

Estando a gestão da escola sob responsabilidade das Irmãs da Providência, compreendemos que “quando essas instituições eram dirigidas por mulheres, leigas ou religiosas, elas assumiam o papel de uma mãe superiora, que zelava pelo funcionamento de tudo e de todos, geralmente constituindo-se numa espécie de modelo a ser seguido” (LOURO, 2020, p. 458), com rígida cultura disciplinadora e normalizadora, visto que estadeavam-se como escola modelar e exemplo a ser seguido pela sociedade sul mineira.

Nessa perspectiva, Louro (2020, p. 458) afirma que:

A escola parecia desenvolver um movimento ambíguo: de um lado, promovia uma espécie de ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pois de algum modo se colocava como mais capaz ou com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a mulher moderna; de outro, promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa, na medida em que cercava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto. A escola adquiria, também, o caráter da casa idealizada, ou seja, era apresentada como um espaço afastado dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, um local limitado e cuidado. A proposta era que esse espaço se voltasse para dentro de si mesmo, mantendo-se alheio às discussões de ordem política, religiosa etc. Apontava-se que a polemica e a discussão eram “contra a natureza feminina”.

Em seu Programa de Ensino Doméstico e Agrícola,⁵⁷ em “Noções – d’Economia Domestica”, compunham o currículo as disciplinas de sociologia, pedagogia familiar, higiene, puericultura, cruz vermelha, alimentação humana (tecnologia e arte culinária), tecnologia alimentar, arte culinária, habitação (teórica e prática), vestuário (teoria e prática), trabalhos manuais, corte e costura, agricultura, leiteria, zootécnica, horticultura,

⁵⁷ Disponível na prefeitura de Brazópolis (MG).

floricultura e pomicultura. Acordamos com Azevedo e Ferreira (2006, p. 241) quando afirmam que:

Embora se considere que esse tipo de escolarização reiterasse os compromissos ideológicos de gênero, preparando apenas futuras mães e esposas (Louro, Mayer, 1993, p. 45–57; Vidal, 1996, p. 30–35), as experiências desenvolvidas em escolas de formação profissional podem ser interpretadas como um laboratório social no qual foram vivenciados novos papéis que projetavam as mulheres no espaço público enquanto profissionais.

As disciplinas que compunham o currículo na Escola Doméstica de Brazópolis, embora voltadas para o lar, trabalhavam a formação destas em outros aspectos sociais, como podemos citar a disciplina de Cruz Vermelha. De forma teórica e prática, dispunha conhecimentos acerca do tratamento de enfermos, como em caso de fraturas, complicações, contusões, queimaduras (seja com produtos químicos, queimadura nos olhos ou garganta e boca), asfixia ou até mesmo acidentes por eletricidade ou envenenamento e aplicação de vacinas (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, s. p.).

Dessa forma, compreendemos que o processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil, sobretudo na década de 1920, favoreceu a construção da inserção das mulheres na esfera pública, mesmo que em atividades ainda ligadas a atividades alinhadas no plano doméstico. Conforme Ribeiro e Araújo (2021, p. 160),

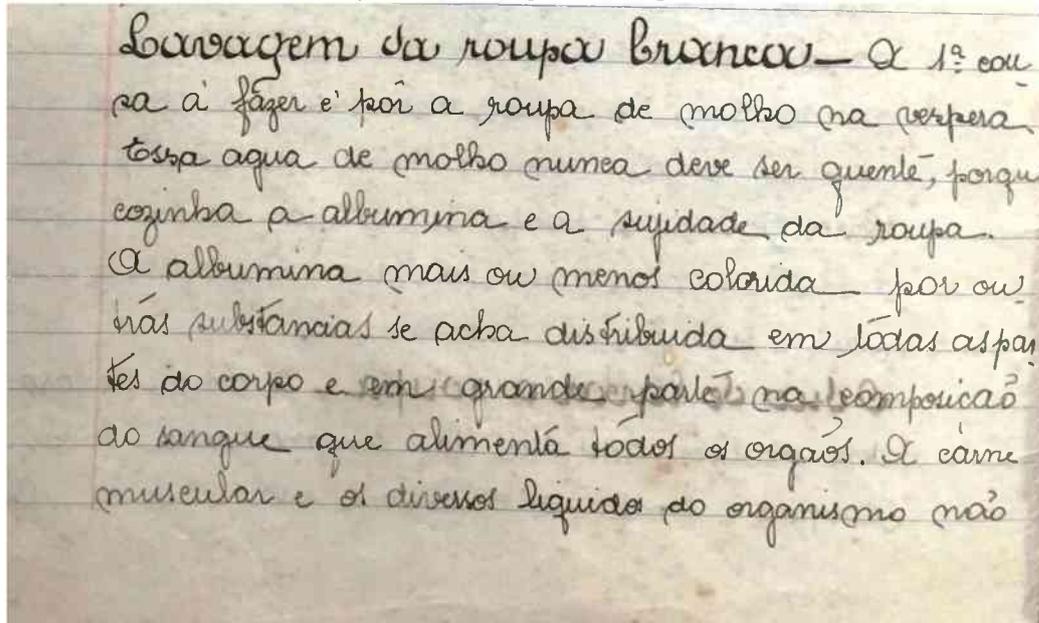
A mulher continuava associada a um trabalho que tivesse mais relação com suas supostas aptidões, não por acaso, o serviço doméstico e o cuidado dos filhos, cuja educação e formação demandam “**persistência**”, “**dedicação**”, “**desenvolvimento emocional**”. Assim, embora conseguissem entrar no espaço público, as mulheres ainda estavam subordinadas a um trabalho manual, pois trabalhos que **demandavam engenho se alinhavam à “energia intelectual”** do homem, conforme se pensava na época.

Destacamos no “Programma de Ensino” a disciplina de “**Tecnologia dos tecidos ou industria e comercio do vestuario**”, esta trabalhava a classificação dos tecidos, suas destinações e utilidades, bem como o estudo das fibras, seja de origem vegetal ou animal. Enfatizamos suas orientações:

O professor deve insistir muito acerca das propriedades dos tecidos, do modo de reconhecer os seus diversos tipos, procurando tirar de tudo ensinamentos práticos. O estudo dos tecidos será um complemento às aulas de conservação do vestuário. É necessário conhecer como é feito e do que é feito o tecido, para saber como tratá-lo. As alunas farão oportunamente excursões de estudos às fabricas de tecidos e colherão os materiais destinados á formação de um muzeu (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, s. p.)

Para além da sala de aula, propunham a realização de excursões e a criação de um museu⁵⁸. A disciplina de “Tecnologia dos tecidos ou industria e comercio do vestuário” trabalhava não apenas o manuseio e conservação dos tecidos, como também o histórico destes, como também as operações realizadas nas fábricas, como “desenfardamento; batadura; cardadura; passadura (passagem pelos passadores); maçaroteira; e fiação” (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, s/p). Ribeiro e Araújo (2021, p. 67) afirmam que “[...] a indústria têxtil mineira se desenvolveu mediante uma ‘produção caseira’ de tecidos voltada a um mercado limitado e isolado geograficamente”; porém, apresentava sinais do progresso que almejavam.

FIGURA 30. Caderno de Iracy Wood, Lavagem de roupa branca



FONTE: arquivo pessoal da família de Iracy Wood, caderno da primeira turma⁵⁹

⁵⁸ No recorte temporal elegido para esta pesquisa não foram encontradas fontes que comprovassem a concretização de excursões nesse período, apenas a partir de 1937.

⁵⁹ Iracy Wood concluiu o curso de Ensino Doméstico em 1930 na instituição, compondo a primeira turma de formandas. Posteriormente retorna à escola para realizar o curso de normalista, se formando em 1937 (SILVA, 2019)

Na imagem, vemos página do caderno de Iracy Wood com anotações acerca do cuidado na lavagem de roupas brancas. As disciplinas trabalhavam o conceito teórico com informações abrangentes de determinados assuntos e em seguida faziam atividades práticas. Após suas aulas, as estudantes se dividiam para exercer atividades práticas, para tanto as internas eram divididas por grupos supervisionados pelas irmãs da Providência. Um grupo ficava responsável pela cozinha e dispensa; outro responsável pela limpeza e arranjo da casa, lavagem e engomagem da roupa; e por fim um responsável pelo quintal, horta e jardim; após um tempo alternavam as funções de cada grupo.

Compreendemos, a partir de Louro (2020, p. 455) que:

O cotidiano das jovens no interior dessas escolas é, como o cotidiano de qualquer instituição escolar, planejado e controlado. Seus movimentos e suas ações são distribuídos em espaços e tempos regulados e reguladores. Elas devem estar sempre ocupadas, envolvidas em atividades produtivas. É importante notar que o tempo escolar se constituiu em suas origens, como um “tempo disciplinar”. Mestres e estudantes tiveram (e têm) de aprender uma lógica e um ritmo próprios da escola. O tempo escolar, como um fato cultural, precisa ser interiorizado e aprendido.

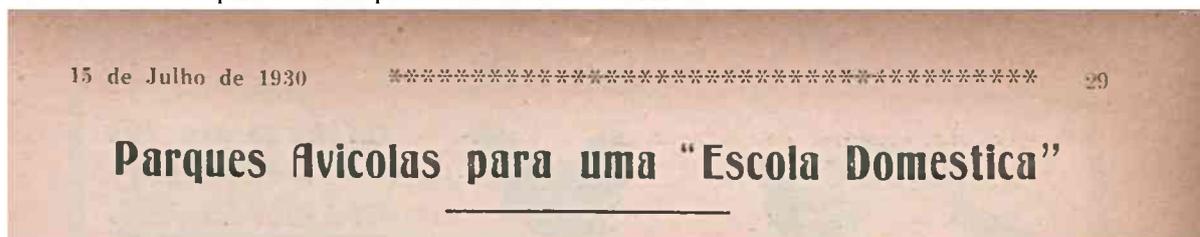
Trabalhavam de forma integral a partir de um ideal de mulher que “[...] deveria ser suplantado pelo ideal de mulher prática, civilizada, com uma formação voltada para sua vida, para o seu dia-a-dia nos espaços privado e social”. Dessa forma, “[...] a filosofia de formação feminina trouxe embutido o referencial de mulher equilibrada financeiramente, econômica no uso dos recursos do lar, organizada em suas tarefas domésticas” (RODRIGUES, 2007, p. 112).

O programa de ensino doméstico, mesmo que voltado para a formação e profissionalização da mulher para o lar, abarcou temas para além, como destacamos na disciplina de vestuário no tópico “Máquinas de lavar roupa” discutiam a partir do ponto de vista econômico e higiênico, mas também as descrições, manejo e preços de máquinas de lavar. No programa de trabalho manual era ministrado o curso de corte e confecção que trabalhava a produção de enxoval de bebê, roupa de crianças, vestidos simples, pijamas, como também roupas de cama (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, s. p.). Nessa perspectiva, Ribeiro e Araújo (2021, p. 51) afirmam que “[...] as mulheres

foram ampliando suas atividades de trabalho. A máquina de costura e a de escrever **significaram avanços na mudança da condição social feminina**”.

O curso doméstico também compreendia a disciplina de agricultura, a qual era dividida em quatro partes: a primeira abrangia a agronomia, trabalhando a partir do conceito de formação da terra, origem e formação do solo, camadas do solo, propriedades gerais como permeabilidade, capilaridade, poder de retenção da água, química, biológicas, bem como a fertilização, classificação do solo e plantação; a segunda parte compunha ao ensino de horticultura, como o estudo das hortaliças e plantas medicinais; a terceira parte trabalhava a pomicultura, com a plantação e multiplicação de árvores frutíferas, podas, como também a cultura dessas; e por último a floricultura, período de plantio, cultura, ornamentação floral em jardins e apartamentos, e também o arranjo de vasos (PROGRAMMA DE ENSINO, 1927, s. p).

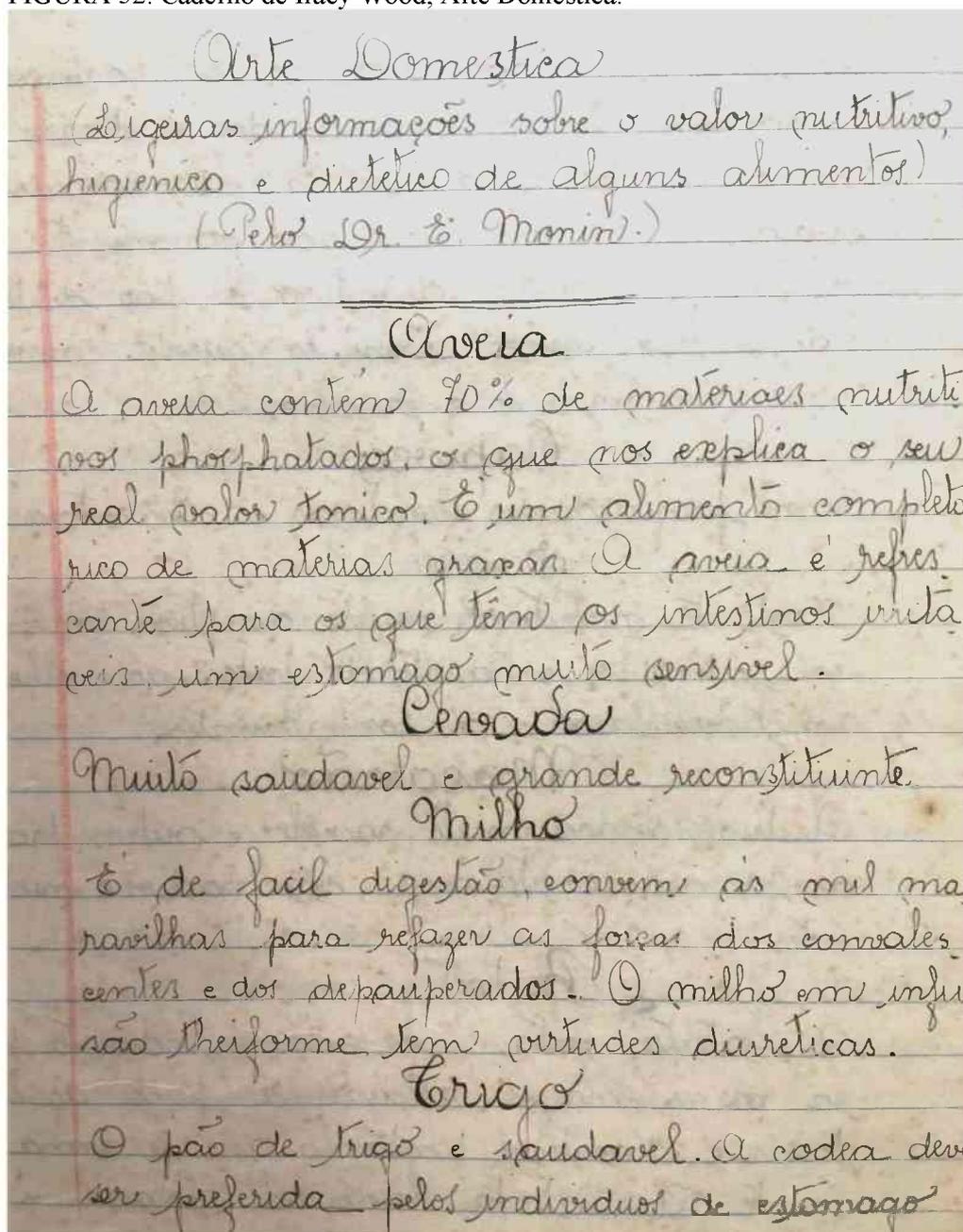
FIGURA 31. Parques avícolas para uma Escola Doméstica



FONTE: Chacaras e Quintaes (1930, p. 29)

Em 15 de julho de 1930 é publicada no jornal *Chacaras e Quintaes*, de São Paulo, uma resposta da Sociedade Brasileira de Avicultura referente à Ordem de Serviço para construção de um parque avícola na Escola Doméstica. O agente desta sociedade, nomeado como J. A. G. pela notícia, solicitou avaliação do terreno da **instituição para a instalação do parque avícola, afirmando que “[...] a Escola necessita de um projecto para a instalação do aviario com divisão do terreno em varios parques para as diversas especies e raças de aves, com separação das gallinhas de pintos, frangos, etc”**. A Sociedade Brasileira de Avicultura respondeu à análise aprovando a criação de no máximo 75 aves, desde que atendessem às orientações dadas como os locais para construção do parque, medidas, quantidade de grupos e tipos a serem separados, entre outros. Nota-se a preocupação da instituição para além das atividades e estudos teóricos, a realização dessas atividades práticas em todos seus aspectos.

FIGURA 32. Caderno de Iracy Wood, Arte Doméstica.



FONTE: arquivo pessoal da família de Iracy Wood, caderno da primeira turma

Eram trabalhados os conceitos, os valores nutritivos, químicos e biológicos de elementos. Vemos na imagem xx, anotações de Iracy Wood durante a aula de Arte doméstica, na qual eram trabalhados a composição, classificação, valor nutritivo, falsificação dos principais alimentos e informações sobre bebidas. Na disciplina de Economia Doméstica trabalhavam a escolha de casa e do mobiliário como a disposição dos móveis, a organização, conservação da mobília e a correta forma de limpeza destes,

tal qual a organização do serviço da dona de casa com a limpeza e arranjo da casa, lavagem de roupa, engomagem, a arte de comprar e também a contabilidade doméstica.

A primeira turma a concluir o curso Doméstico era constituída por cinco alunas, sendo elas: Isabel Braz P. Gomes, Orlette Braga, Iracy Wood, Lourdes Vergueiro e Edir Britto. Wenceslau Braz foi o paraninfo da turma. Destacamos a reportagem de *O Jornal*, publicada em 1930 acerca da cerimônia.

BRAZOPOLIS (Minas) 5 (Do correspondente) - Acaba de ser diplomada a primeira turma de alumnas da Escola Economica Domestica de Brazopolis, que concluíram o curso que é de quatro annos. O acto revestiu-se de grande solemnidade e despertou interesse nas localidades de toda a zona, pelo facto de ser a primeira escola especializada no genero criada em Minas. Foi paronympho das diplomadas o sr. Wenceslau Braz, ex-presidente da Republica. Sr. ex., que foi o criados da Escola Domestica, proferiu notavel discurso sobre o palpitante assumpto da educação technica da mulher esposa, mãe e mestra. Terminou affirmando que o problema educacional era a obra maxima da revolução, cujo chefe mostrou bem conhecer a magnitude do assumpto, criando o Ministerio da Educação, confiando a sua organização a um sabio educador - o sr. Francisco Campos¹⁶. (O JORNAL, 1930, p.2)

Em seu discurso, Wenceslau Braz reafirma que a educação era a obra máxima, porém neste momento, “da revolução”.⁶⁰ Momento em que se inicia o período Vargas (1930 a 1945), quando ocorre a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública logo após o início da gestão de Getúlio Vargas. Como apresentado em capítulo anterior, Wenceslau Braz também dispunha de boa relação política com Vargas.

Ata de entrega dos diplomas lavrada pela irmã Maria Marcel informa a presença de importantes figuras políticas na cerimônia que ocorreu dentro da instituição: além de Wenceslau Braz, o coronel Henrique Braz, presidente da Câmara, Pedro Machado, inspetor escolar, membros da Sociedade Protetora da Instrução e do corpo docente da instituição, diretor do Ginásio de Brazópolis, padre Joaquim Noronha, então vigário do município, e familiares das formandas de Brazópolis e Itajubá (CADERNO DE ACTAS DE EXAMES E PROMOÇÃO de 1930 a 1936, 1930).

⁶⁰ Wenceslau Braz nomeia como Revolução os acontecimentos históricos de 1930, o movimento liderado por civis dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que findou o Golpe de Estado e depôs o Presidente da República, Washington Luis, dando fim à República Velha. Sobreveio para pôr “fim à hegemonia da burguesia do café [...] o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário” (FAUSTO, 1976, p. 149)

Constatamos a efetividade do currículo e sua aplicação no cotidiano escolar da instituição de forma a atender aos objetivos de formar a mulher para o lar, como boa dona de casa, preparando-a para o cuidado da casa, dos filhos, bem como o cuidado e trabalho na agricultura familiar. A instituição se caracterizou como modelar dentro de parâmetros que atendiam aos ideais difundidos pelos republicanos e na mesma medida, atendiam aos princípios de uma sociedade cristã, movida pela ideologia católica. A administração das irmãs da Providência se finda em 1927, porém as atividades ligadas às práticas religiosas permaneceram na instituição até seus últimos anos de funcionamento. Como podemos ver a seguir, na fotografia de arquivo pessoal de uma ex-aluna da instituição na década de 60, as alunas frequentavam missas uniformizadas, como também as atividades continuavam ligadas a práticas religiosas. A instituição encerra suas atividades em 1965 (SILVA, 2019).

FIGURA 33. Celebração da missa com a presença das alunas, entre 1963 e 1964



FONTE: Arquivo Pessoal de Maria da Glória Pereira Rosa (ex-aluna).

A influência da Igreja católica marca o currículo e as práticas sociais da instituição, tal como o cotidiano escolar. A proposta da pedagogia moderna se alicerça às propostas de educação feminina da época buscando formar a exímia e exemplar dona de casa, profissionalizando a mulher para o lar, para a casa e o cuidado dos filhos, bem como diminuir os índices (mesmo baixos) de divórcios, como exposto por Wenceslau Braz.

3.4 Encerramento da administração das irmãs da Providência

O jornal *A Luz* foi fundado em 1934, escrito pelas alunas da Escola Normal de Economia Doméstica, no qual destacamos o artigo publicado em 2 de dezembro de 1934 o qual as alunas fazem “O Histórico da nossa Escola” e afirmam que “[...] desde 1927 a organização administrativa vinha sendo inteiramente confiada às Irmãs Providencia: lucros ou perdas por conta d'ellas” (A LUZ, 1934, p. 1), porém, alegam que todos os anos aumentavam-se os déficits da instituição. Não raro é possível encontrar requerimento das freiras ou da Sociedade Protectora da Instrução ao presidente de província do Estado de Minas Gerais, solicitando subsídio e auxílio para manutenção e conservação da escola. Conforme também afirmado por Guimarães (1998, p. 4–5):

A organização administrativa da escola, no período de 1927 a 1932, estava inteiramente a cargo das Irmãs da Providência. Como só havia déficit, as irmãs resolveram entregar a escola à “Sociedade Protectora da Instrução”. A sociedade não visava lucros e poderia administrar a Escola. Então, a “Sociedade Protectora da Instrução” passou a dirigir a Escola e a parte técnica ficou sob a direção de D. Idalina de Oliveira Castro.

No dia 27 de novembro de 1932, data de celebração solene do encerramento do ano escolar, entrega dos diplomas ao segundo grupo de nove alunas que concluíram o curso na Escola Doméstica de Brazópolis. O paraninfo da turma foi dom Otávio Chagas de Miranda, então bispo diocesano. A madre superiora e a irmã da anunciação participaram da solenidade e, após o fim do ano letivo, deixam a direção da escola.

Compreendemos que a administração das irmãs, sua atuação na formulação do currículo, e a efetivação para alicerçar a Escola Doméstica de Brazópolis nos primeiros anos de funcionamento, foram fundamentais para constituir à proposta e missão da

instituição. Suas finalidades estavam ligadas diretamente à formação e disciplinarização da mulher para o lar. A pedagogia proposta no currículo da instituição proporcionou à mulher a profissionalização para o lar, porém propiciando, além dos conhecimentos domésticos, os conhecimentos gerais acerca de aspectos ligados à sociedade, como também conhecimentos que poderiam ser aplicados em outros segmentos, como a indústria têxtil, escritórios, escolas e hospitais. A Escola Doméstica de Brazópolis correspondeu aos ideais republicanos na defesa de educar para civilizar e modernizar. A proposta de uma mulher educada para formar o homem moderno, por intermédio da maternidade, transpassou pelos currículos da instituição e propiciou uma formação pertinente a proposta inicial e contextualizada com o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto] pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de [seus] vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer.

— BLOCH, 2001

A pesquisa aqui apresentada, a partir de vestígios do passado, nos proporcionou conhecer mais sobre a história de Minas Gerais e as contradições que permearam a educação profissional domésticas feminina nas montanhas mineiras. Lukács (2010, p. 171) esclarece que “o ser só pode ser abordado como ser se for objetivamente determinado em todos os sentidos. Um ser privado de determinações é apenas produto do pensamento: uma abstração de todas as determinações”, dessa forma, a análise é indissociável ao contexto em que está inserido. Utilizemos do ofício do historiador, como nos apresenta Bloch (2001). Para compreendermos o passado, faz-se necessário interpretarmos o presente; além da realização da pesquisa, é necessário que esta seja publicizada de forma cognoscível a todos. Mais: para analisarmos e interpretarmos as fontes históricas, é condição sine qua non que saibamos interrogá-las e investigá-las até em suas zonas silenciosas (LE GOFF, 2013). Por mais que nos intentemos a pensar que estão “[...] mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...] Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção” (BLOCH, 2001, p. 79)

A partir da trajetória investigativa, sendo possível consumir de forma integral os objetivos iniciais para fazer da pesquisa um discurso historiográfico relevante, faz-se imprescindível que apresentemos as respostas a partir das questões que nortearam esta pesquisa.

Em síntese, compreendemos que com a Primeira República os ideais republicanos foram de defesa da expansão do ensino público de forma que diminuísse os índices de analfabetismo e viabilizasse as condições do progresso almejado.

Intentando buscar a distância do país do tempo imperial, encontramos uma disputa entre republicanos que defendiam educação laica e a Igreja Católica, que teve seu poder reclinado com o fim do reinado e a separação Estado–Igreja no alvorecer da República. A Igreja se ancora em medidas para retomar a força social que detinha durante o Império, utilizando estratégias, com subsídios da elite para obras diocesanas e obter fonte estável para construção e gestão de escolas, asilos, hospitais e instituições para atendimento de crianças órfãs, retomando seu espaço e força social. Fica evidente no Estado de Minas Gerais a baixa adesão na defesa de separação entre Estado e Igreja. Ocorre a separação institucional, porém, a elite mineira se projeta no governo do Estado alinhando aos interesses da Igreja que reverberaram no campo educacional, principalmente na educação feminina.

Os achados do estudo se fazem presentes nos discursos de Wenceslau Braz, demonstrando a defesa de uma educação feminina voltada ao aprimoramento do lar, à preocupação com o desenvolvimento econômico da região e com índices de divórcios que poderiam ser combatidos pela profissionalização da mulher para o lar. Para o desenvolvimento econômico, a educação feminina promoveria uma educação moderna da prole, e estes viriam a ser os que efetivariam a modernidade no país. Acerca dos índices de divórcios, defendiam que através da educação da mulher, tornando-a educada e disciplinada, influiria nas decisões de separação de modo a ser extinto esses índices, pela manutenção do matrimônio. Destarte, destaca-se a ambiguidade presente no movimento de implementação da educação feminina no país, sendo por um lado uma ruptura com o ensino no lar, trazendo certa modernidade ao alterar antigos modelos; porém, com uma educação doméstica feminina firmada na característica principal de uma formação para o lar e educação dos filhos.

As disputas entre republicanos e Igreja não se fizeram presentes nas discussões acerca da educação para mulheres. Inferimos a compreensão de que a educação feminina, durante a Primeira República, continuou os conceitos trabalhados no período colonial, antes diretamente ligada à Igreja e com apoio da sociedade e do reinado, posteriormente, pelo Estado e Igreja; porém com o mesmo objetivo: profissionalizar a mulher para o lar, para cuidar do marido e dos filhos. Minas Gerais buscou promover a instrução pública em sintonia com ideais republicanos na luta pelo desenvolvimento

econômico e, por consequência, pela modernidade. Entretanto, encontrou dificuldades na instalação de novas instituições escolares e de formação de professores.

Concomitante a esses acontecimentos, encontramos na região sul mineira o projeto e a concretização da primeira Escola Doméstica do estado, na cidade de Brazópolis. Foi coordenado por Wenceslau Braz, que trazia já em seus discursos como presidente do país (1914–8) a percepção das necessidades de um povo instruído para o desenvolvimento. Este foi um político influente que empreendeu a iniciativa, obtendo apoio social para concretizar o projeto.

As primeiras discussões acerca da educação profissional feminina e a educação doméstica ocorreram durante a I Conferência pelo Progresso Feminino, na Conferência Pan-americana de Mulheres, em Baltimore, Estados Unidos, em 1922 (MARINHO, 2006), e influenciou nas concepções propagadas no Brasil. Defendiam que as instituições voltadas a esse público deveriam ser criadas nos moldes de educandários existentes na Suíça, Bélgica e Alemanha, dentre outros países desenvolvidos.

Guiados pela orientação pedagógica europeia, defenderam a implementação da Escola Doméstica de Brazópolis com um currículo que se assemelhasse ao currículo do *Institut Normal Supérieur d’Economie Ménagère et Agricole, de Laeken (Bélgica)*. Em discursos proferidos por Wenceslau Braz, compreendemos que o fim último da educação dessas mulheres seria a prosperidade no lar, a diminuição de casos de divórcios e profissionalização da maternidade para educar o homem moderno e, para tanto, estando este ensino indissociável da moral católica.

Com atividades teóricas e práticas, a Escola Doméstica de Brazópolis proporcionou um ensino além do lar, mas de forma que propiciassem atividades que não atentassem contra a domesticidade e a maternidade. Sua administração, confiada às irmãs da Providência, representou uma rígida cultura disciplinadora e normalizadora dentro dos muros da escola, visto que eram a escola modelar e exemplo a ser seguido pela sociedade sul-mineira, com atenção de jornais locais, estaduais e nacionais.

De fato, ocorreu articulação entre Estado, sociedade civil e Igreja na formulação e concretização da Escola Doméstica. Com currículo cultural e social amplo e fundado na proposta de uma pedagogia moderna, proporcionou a formação da mulher brazopolense na pretensão de aperfeiçoá-la para o lar. Portanto, “[...] a intervenção

feminina supunha-se capaz de uma ação moralizadora no seio da sociedade e serviria **para manter a unidade da família e da Pátria**” (SAVIANI, et. al. 2004).

A proposta da instituição se define através da administração das irmãs — voltada à formação de uma sociedade cristã, à promoção da ordem pela moral cristã; da ação do Estado — para instrução e preparação da mulher: ver nela a responsável pela formação de crianças, para o governo subsidiou a instituição e garantiu bolsas de estudos (mas se presumia uma porcentagem de vagas a jovens de famílias menos abastadas); e da sociedade civil — disposta ao desenvolvimento da cidade através da educação.

A partir da problemática levantada para o estudo, concluímos que a Escola Doméstica de Brazópolis pôde proporcionar uma formação pertinente e consentânea para mulheres da região. Ela as formou numa pedagogia moderna que abarcou questões teóricas e práticas para o lar e, imbricados a este, disciplinas que poderiam ser aplicadas em outros segmentos sociais, como a indústria têxtil, escolas e hospitais. Ainda assim, suscitamos questões que podem desencadear novas reflexões: o fortalecimento e a proteção da Igreja Católica na região sul mineira durante a Primeira República, através da educação feminina e num momento que se defendia a laicidade do ensino; os discursos proferidos por Wenceslau Braz e de que forma promoveram ou não discussões para a expansão de escolas domésticas e normais enquanto esteve à frente do país (1914–8). São questões que vemos como pertinazes para aprofundamentos e ampliações da história das escolas domésticas do Brasil no século XX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 55-100.

_____. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ANDRADE, Darcy B. O. **Wenceslau: um pescador na presidência**. Itajubá: Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. Políticas Educacionais: refletindo sobre seus significados. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAÚJO, J. C. S. Grupos Escolares em Minas Gerais: Um estudo de caráter regional e demográfico sobre a Primeira República. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, 19 fev. 2013.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História** [online]. 2012, v. 32, n. 63, pp. 143-170. Acessado em 12 Junho 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100007>

AZEVEDO, Nara. FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro de 2006: pp.213-254.
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200009>

AZZI, Riolando. A restauração católica no Brasil. 1920-1930. Parte 1. **Síntese - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v.4, n.10, 1977.

_____. (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

_____. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BALBINO, Antônio Gilberto. **A Igreja e a educação no Sul de Minas (1900-1950): o ultramontanismo e as incursões da modernidade**. 2018. 274 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, 2018.

BALBINO, Giovane Silva. **A Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre - MG (1917-1947)**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2020.

BARRADAS, Fernando da Conceição. Poder político, religião e absolutismo monárquico. **Akrópolis Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. v. 6, n. 24 .1998. p. 42-47.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- BATISTA, Felipe de Alvarenga. **O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária” em Minas Gerais, 1850-1940.** (Monografia de Bacharelado). Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das Ordens e Congregações religiosas no Brasil, 1870 – 1930. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BELLO, José Maria. **História da República 1889-195.** Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001.
- BRANT, Celso (org.). **Revista Acaiaca,** Belo Horizonte: Acaiaca, 1952.
- BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 29 de abr. 2021.
- BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891. Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. **Decreto N° 119-A, de 7 de janeiro de 1890.** Rio de Janeiro, 1890. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em setembro de 2021.
- BRASIL. **Decreto Legislativo n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-116, 1907.
- _____. **Decreto n. 7.501, de 12 de agosto de 1909.** Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 247-250, 1913.
- BRASIL. Presidente (1914-1918: Wenceslau Braz Pereira Gomes). Rio de Janeiro, 1915, 130p. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/140>.
- BRASIL. Presidente (1914-1918: Wenceslau Bráz Pereira Gomes). Rio de Janeiro, 1916, 143p. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/140>.
- BRASIL. Presidente (1914-1918: Wenceslau Bráz Pereira Gomes). Rio de Janeiro, 1918, 115p. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/140>.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, jan. /abr., 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000100010> . Acesso em: 6 jul. 2021.

CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de, et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Coisas velhas**: um percurso de investigação sobre cultura escolar no Instituto de Educação "Joaquim Ribeiro" de Rio Claro (1928-1958). 1997. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. tradução de Álvaro Lorencini.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: Evolução política. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1974.

CARVALHO, Carlos Henrique. Modernizar e civilizar: reformas educacionais em Minas Gerais no final do século XIX e princípio do XX (1982-1928). In: **Anais XXVII Simpósio Nacional de História 2013**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364488931_ARQUIVO_ANPUH.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. – 2º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. – 4º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. Nilo Peçanha e a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914. In: **Anais da 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

CARVALHO, Zélia Maria de Mello. História da Comarca. In: ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS E HISTÓRIA. **Brazópolis Cem Anos De Emancipação Política**, 1901 - 2001. Brazópolis, 2001. 250 f.

- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As estradas de Ferro no Sul de Minas. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 7 N° 12 Jan-Jun 2012.
- CAVICHI, José. Imprensa. In: ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS E HISTÓRIA. **Brazópolis Cem Anos De Emancipação Política, 1901 - 2001**. Brazópolis, 2001. 250 f.
- CINTRA, E. P. **Do Litoral a Vargem Grande**: Brasópolis, Aspectos Históricos Gerais. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.
- CINTRA, Pedro. Oração feita pelo Rvmo. Co. Pedro Cintra No Te Deum comemorativo do 50.º, na Matriz de Brazópolis, em 3-5-52. In: BRANT, Celso (org.). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte: Acaiaca, p. 61-66, 1952.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Edu. UFGD, 2014. 114p.
<https://doi.org/10.14393/CEF-v28n2a2015-9>
- COSTA, Amanda Ioos da. **Análise de duas traduções de Les Femmes Savantes de Molière**: uma reflexão sobre os traços estilísticos do autor. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. 2012. 289 f.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2000, n. 14 [Acessado 14 de abril de 2021], pp. 89-107. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>
- CURY, C.R.J. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. (p. 69 -107). In FÁVERO, O. (org). **A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.
- DALBOSCO, C. O mestre na praça: sentido pedagógico das metáforas socráticas. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 1, 17 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v16i1.7450>.
- FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Brasília: ed. UnB, 2008.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 4.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- _____. **História do Brasil**. 12. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

- FARIA, João Armando Braz de. Aspecto histórico-político do município. In: ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS E HISTÓRIA. **Brazópolis Cem Anos De Emancipação Política**, 1901 - 2001. Brazópolis, 2001. 250 p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918)**. Uberlândia, EDUFU, 2014.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-376-9>
- FERNANDÉZ, A. B. B. de et al. **Colar de Pérolas: presença e pioneirismo da mulher itajubense**. São Paulo: Chevalier, 2001.
- FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. Trad: de Lupe Contrim Garaude e J. Arthur Gioannoti. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.
- GOMES, Wenceslau Braz Pereira. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da nona legislatura pelo presidente da República**. Rio de Janeiro, 1915. Disponível em
<http://ddsnext.crl.edu/titles/140#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1192%2C0%2C4286%2C3023> Acesso em setembro de 2021.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. A República e os seus projetos de educação profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.3, n.1, p. 205-225, jan/jun. 2012.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique. A educação no período republicano em Minas Gerais: promessa por décadas acalentada e... não cumprida. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2019. Vol.3 p. 5-20.
- GUIMARÃES, Isa de Faria. **Resumo da história dos cursos de formação para jovens, na cidade de Brazópolis - Minas Gerais**. Brazópolis, 1998. (texto elaborado pela professora aposentada da E. E. "Presidente Wenceslau", disponível no Dossiê histórico na Prefeitura Municipal de Brazópolis)
- GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **"Templo do Bem": o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918)**. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, 2007. 215 f.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (vl.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Ensaios. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª. ed., Campinas: EDUNICAMP, 2013, pp. 104-141.
- LEAL, Luciana Silva. **Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e o processo de escolarização de mulheres negras na Primeira República (1889 – 1910)**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LEONARDI, P. “Puríssimo Coração”; uma escola de elite e sua imagem. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 77–95, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643813>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- _____. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 180–198, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i34.8639587>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639587>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- LOPES, Maria Noronha; LIMA, José Benedito Strazzer de; VILELLA, José Resende; SOUZA, I. A. Educação. In: ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS E HISTÓRIA. **Brazópolis Cem Anos De Emancipação Política**, 1901 - 2001. Brazópolis, 2001. 250 p.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 443-481.
- LUCAS, M. K. P.; MEDEIROS NETA, O. M. DE. Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz: formação de mestres e professores para o ensino profissional (1917-1930). **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. e11130, 8 dez. 2020.
- LUCAS, Marcelly Kathleen Pereira. **O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a expansão do ensino profissional (1909-1930)**. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/32382/1/MinisterioAgriculturaIndustria_Lucas_2021.pdf acesso em mai. de 2021.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINHO, Nailda. Concepções de educação doméstica: as teses da I Conferência pelo Progresso Feminino - 1922. In: VII Seminário Nacional de Estudo e Pesquisas, 2006, Campinas. Anais do **VII Seminário Nacional de Estudo e Pesquisas**. Campinas: FEHlstedbr/Unicamp. p. 1-10.

MARLIN, Mauro. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. In: ABREU, Alzira Alves de (et al.) (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSON, Michel Deliberali. A indústria de transformação no sul de minas, 1907 – 1937. **História econômica & história de empresas**, vol. 20, número 1, 2017.
<https://doi.org/10.29182/hehe.v20i1.477>

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. **Cidade, sociabilidades e educabilidades** (Príncipe, Rio Grande do Norte — século XIX). 2011. 141 f. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo** [online]. 2009, v. 13, n. 26, p. 15-31. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>

MENCARI, Filipe Prado. "**São Wenceslau**": O governo Wenceslau Braz na Imprensa de humor (1914-1918). 2019. 229f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MINAS GERAIS. (1891) **Constituição Republicana do estado de Minas Gerais**. Ouro Preto: Congresso Legislativo, 1891.

MINAS GERAIS. **Lei nº. 41, de 3 de agosto de 1896**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. **Lei N.º 1028, de 20/09/1928**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte.

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brazil 1920. Vol. IV - População do Brazil por Estados, Municipios e Districtos, segundo o grau de instrução por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro. Typ. da Estatística. 1929.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República**. v. 4. Reformas Rivadávia e C. Maximiliano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros**: (Brasil séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-420-9>

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas E Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa**. 2013. 370 f.

MOURA, A. B. O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna. **JURISVOX**, Patos de Minas: UNIPAM, vol. 10, n. 22\201034, 2010.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 341 f.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 8, n. 1/3, jan./dez. 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/393> Acesso em 10 de jun. 2021.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum***. Vaticano: 1891. In: www.vatican.va.

PAPA PIO XI. **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***. Vaticano: 1929. In: www.vatican.va.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1906].

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveria (et al.). **O Brasil Republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2007.

PROST, A. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A.; VINCENT, G. (org.). **História da Vida Privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p.13-155.

PUGLIESI, Miquelina. A instrução em Brazópolis. In: BRANT, Celso (org.). **Acaiaca**, Belo Horizonte: Acaiaca, p. 49-52, 1952.

REIS, F.A.R.; MARTINEZ, S. A. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930). **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 13, p. 27-45, 2012.
<https://doi.org/10.13102/cl.v13i1.1465>

- RENNÓ, E. R. **Irmãs da Providência em Itajubá** (1907 – 1987): 82 anos de Amor – Serviço à Igreja e ao Povo de Itajubá. Documentário.1989. [Datilografado].
- RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
- RICCIOPPO, Thiago. As dimensões do poder em torno da biografia política do Deputado Fidelis Reis na primeira República. Anais do XVII Encontro Regional da Associação Nacional de História - Minas Gerais. 2012.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAÚJO, José Carlos Souza. **“Na luta pela vida, úteis a si e à pátria”**: Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte (1919-1947). Uberlândia: EDUFU, 2021. 241 p. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-006-8>
- RIBEIRO, B. DE O. L.; SILVA, E. F. DA; ARAUJO, J. C. S.; BAO, C. E. Ensino Profissional na nova capital mineira (1909-1927). **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 2, p. e17351, 11 abr. 2019. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2019v2n0ID17351>
- RIBEIRO, Waldere Fabri Pereira. **Escola de Enfermagem Wenceslau Braz: Da Santa Casa de Misericórdia à Congregação das Irmãs da Providência do GAP** (Itajubá, 1953 - 1959). 2007. 139 f. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ROCHA, Ananda Figueiredo. Educação Profissional Brasileira e Participação Feminina: Uma Análise Histórica. **Criar Educação**, ed. especial II, Congresso Ibero Americano, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/issue/view/135>>. Acesso em 25 de abr. 2021. <https://doi.org/10.18616/ce.v0i0.2861>
- RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida** :cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SAVIANI, Demerval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 9-54.

SAVIANI, Dermeval; et al. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANFELICE, J. L. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR**, n. Especial, (pp 20-27). 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf Acesso em março, 2021.

SCHIRRU, Ana Carla Carvalho. A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CIDADE: IDENTIDADE SOCIAL E PLANOS URBANOS.. In: Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Belo Horizonte(MG) CAD II - UFMG, 2017. Disponível em:

<<https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/50792-A-IMPORTANCIA-DO-PATRIMONIO-CULTURAL-PARA-A-CIDADE--IDENTIDADE-SOCIAL-E-PLANOS-URBANOS>>. Acesso em 1º jul. de 2021.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (org.). **História e memórias da Educação no Brasil**, volume 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 131-145.

SILVA. Palloma Victoria Nunes e. **A Escola Doméstica de Brazópolis: a educação profissional feminina nas montanhas mineiras (1927-1965)**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 5ª edição, São Paulo/SP: Editora Alfa-Ômega, 1981.

SILVE, O Hospital São Caetano. In: BRANT, Celso (org.). Revista Acaiaca, Belo Horizonte: **Acaiaca**, 1952.

SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Abr. 2021.

<https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Mulher e divórcio em São Paulo na Primeira República (1890-1930). **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 37-44, 1992. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 out. 2021.

TAVARES, Marianna Carla Costa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A concepção de mulher no currículo da Escola Doméstica de Natal (1914 – 1944). **Research, Society and Development**, v.7, n. 3, p.01-17, 2018. v <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i3.243>

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

YOKOO, Sandra Carbonera; CHIES, Cláudia. O Papel das Praças Públicas: Estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. **IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, 2009.

WIRTH, John D. **O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes documentas

Caderno de Actas de Exames e Promoção de 1930 a 1936 da Escola Doméstica de Brazópolis, 1930, s/p. Disponível no arquivo histórico da Escola Estadual Presidente Wenceslau.

Estatuto da Sociedade Protectora da Instrução de Brazopolis, 1926. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

Livreto Escola Domestica N. S. Aparecida, 1927, s.p. , disponível no Arquivo Público Mineiro.

Programma de Ensino da Escola Doméstica de Brazópolis, 1927, s.p. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

Regimento Interno da Escola Doméstica de Brazópolis, 1927, s.p. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

Requerimento ao Estado, 22 de janeiro de 1929, assinado por Henrique Braz Pereira Gomes. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

Acervos consultados

Arquivo Municipal de Brazópolis.

Acervo Público de Minas Gerais.

Arquivo Pessoal de Maria da Glória Pereira Rosa (ex-aluna)

Arquivo Pessoal da família de Iracy Wood.

Fontes jornalísticas

A LUZ. Brazópolis, MG, dez. De 1934.

A NOITE. Rio de Janeiro, RJ, mar. 1928.

CHACARAS E QUINTAES. Parques Avícolas para uma “Escola Doméstica”, São Paulo, 15 julho 1930, v. 42, n. 1.

CORREIO PAULISTANO. BRAZÓPOLIS. São Paulo, 9 nov. 1926.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 9 ago 1929, ano XXIX, n. 10.616.

JORNAL DE BRAZÓPOLIS. Brazópolis, MG, 1926.

O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, RJ, 1936.

O VARGEM. *As cousas actuaes e o ensino* — “Communicado”, Brazópolis, MG, 1892.

O VARGEM GRANDENSE. Vargem Grande, MG, 17 abr. 1892, anno II, n. 67.

O VARGEM GRANDENSE. Vargem Grande, MG, 5 dez. 1909. Disponível no Dossiê organizado por Maria Noronha sob tutela da Prefeitura Municipal de Brazópolis.

O PAIZ. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 1º fev. 1913, anno XXVIII, n. 10.345 p.1

SEMANA RELIGIOSA. Pouso Alegre, MG, 14 dez. 1935, anno XIX, n. 960.

SEMANA RELIGIOSA. Pouso Alegre, MG, 19 mar. 1927, anno XI, n. 530.

EXCELSIOR. Uma Escola Modelo. Rio de Janeiro, RJ, dezembro, 1928, v. 1, n. 11, p. 61.

